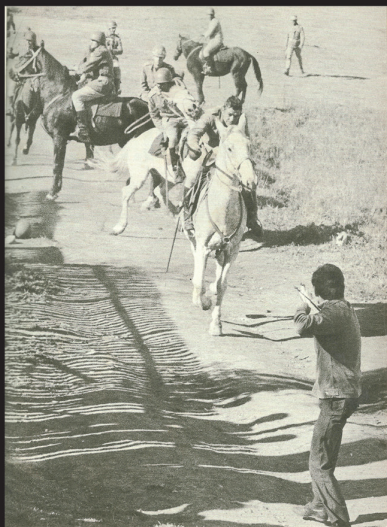


Heróis de uma Revolução Anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?

*A atuação das organizações de esquerda
em Campina Grande – 1968/1972*

Gilbergues Santos





Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antônio Guedes Rangel Júnior | *Reitor*

Prof. José Etham de Lucena Barbosa | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor*

Conselho Editorial

Presidente

Antonio Roberto Faustino da Costa

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Hermes Magalhães Tavares

Cidoval Moraes de Sousa

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Editores Assistentes

Arão de Azevedo Souza



Editora filiada a ABEU

EDITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Gilbergues Santos

**Heróis de uma Revolução Anunciada ou
aventureiros de um tempo perdido?**

A atuação das organizações de esquerda em
Campina Grande – 1968/1972



Campina Grande-PB

2015

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Antonio Roberto Faustino da Costa | **Diretor**

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Lediana Costa
Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

Vilani Sulpino da Silva
Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

320.981

S237h

Santos, Gilbergues.

Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?/ Gilbergues Santos. – Campina Grande: EDUEPB, 2015.
0000 kb - 212 p.

Modo de acesso: Word Wide Web

<http://proreitorias.ascom.uepb.edu.br/prograd/?page_id=655>

ISBN 978-85-7879-246-6

ISBN EBOOK 978-85-7879-245-9

1. Política. 2. Socialismo. 3. Campina Grande. 4. Ditadura militar.
5. Revolução. 7. Partido comunista do Brasil. 8. Marxismo. 9. Situação política. I. Título.

21. ed.CDD

*À Liliann, pelo amor e pelos belos dias.
À Vinicius, Clara e Lívia, pela vida, e por
me terem dado um novo coração.*

“Democracia é eu mandar em você.
Ditadura é você mandar em mim.”

Millôr Fernandes

Sumário

Apresentação	11
Introdução	13
Capítulo I - PCB e a Matriz Autoritária da Esquerda Brasileira	23
Os Elementos Autoritários do PCB	26
A crítica marxista à democracia política.....	26
O PCB e seus modelos autoritários: a 3ª IC e o PCUS.....	47
A pobre tradição democrática da sociedade brasileira	54
Comunistas e militares: o início de uma longa relação.....	57
A Ação Comunista de 1935: Um putsch tupiniquim	63
Capítulo II - O dilema dos comunistas: revolução ou reformas?	77
O tempo das ambiguidades:	
Atuação Democrática x Organização Revolucionária.....	79
Reformas, mesmo que seja sem Democracia!.....	89
A total negação da Democracia:	
Golpe militar e Ação revolucionária	94
Os comunistas entre o pacifismo reformista e a violência revolucionária	94
Comunistas retornam ao caminho da ação armada.....	99
As organizações revolucionárias:	
vanguardas da revolução anunciada	105

Campina: uma cidade que absorvia a política nacional . 112

Capítulo III - Atuação das Organizações

Revolucionárias em Campina Grande..... 131

Por que fazer a revolução?..... 133

Como fazer a revolução?..... 146

PCB: crer no partido ou morrer por ele!..... 147

PCBR: organizando-se para apoiar a luta armada 157

AP: do catolicismo ao maoísmo 177

Últimas Considerações 197

Referências 203

Apresentação

O professor Gilbergues Santos é um intelectual com quem você pode travar um debate por horas a fio sem correr o risco de que não tenha, no minuto seguinte após encerrar um assunto, um novo viés para abordar o mesmo tema.

Conheço-o desde tempos atrás quando cerramos fileiras no movimento sindical da Universidade Estadual da Paraíba. Sempre disposto a uma boa discussão, como polemista e possuidor de verve diferenciada, somente agora põe em livro parte de sua profícua criação e a EDUEPB apresenta, neste caso, o resultado de seu trabalho de pesquisa e dissertação no Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Pernambuco.

Com um texto instigante e acidamente crítico, o autor faz um verdadeiro mergulho em águas profundas ao investigar a história da participação das esquerdas de Campina Grande, Paraíba, na luta contra a última ditadura do século XX instaurada no Brasil.

O trabalho faz um percurso que vai da fundação dos partidos comunistas no primeiro quarto do século XX, a interpretação daquilo que denomina de “pobre tradição democrática da sociedade brasileira”, ao período crítico e mais repressivo do governo militar instalado no país a partir de 1º de abril de 1964.

E se você pensa que o título provocativo, bem ao gosto das polêmicas sempre propostas incisivamente pelo Professor Gilbergues Santos, é apenas um apelo pra despertar

curiosidade, pode cometer sério engano. Entre o ex-militante estudantil de correntes identificadas com o socialismo e o pesquisador existe uma profunda identificação, porém em nenhum momento se verá aqui um militante apaixonado defendendo o conteúdo de um panfleto.

O pesquisador vai fundo na problemática da democracia, vista por ele como uma proposta radical, não somente como tese a ser defendida, mas prática a ser efetivamente adotada em todas as situações, mesmo no enfrentamento da mais dura luta pela transformação e a perspectiva de ruptura com as estruturas conservadoras vigentes.

De todo modo, o percurso feito pelo cientista político permite também que ele chegue a algumas conclusões importantes e que não deixam também dúvidas acerca de sua leitura de mundo. Ainda com a vantagem de poder contar, em vida, com a possibilidade de confrontar suas “leituras” do processo com quase todos aqueles que foram seus entrevistados e que atuaram como protagonistas no enfrentamento heroico da última ditadura brasileira do século XX.

Que o livro possa ganhar vida e ser efetivamente completado com a leitura crítica não somente do “outro” da própria história, aqui retratado, mas também dos que se interessam pela política, pela história e se comprometem cotidianamente com a perspectiva da construção de uma sociedade pautada pela justiça social, uma nação solidária, um Brasil dos brasileiros e de todo e qualquer cidadão do mundo que aqui aporte e queira colaborar também para transformá-lo cada dia mais num bom lugar pra se viver.

Um bom estímulo à reflexão crítica. Uma leitura que vale a pena!

Antônio Guedes Rangel Júnior

Introdução

Após ter atuado por quase quinze anos em duas organizações “de esquerda”, na cidade de Campina Grande, comecei a sentir a necessidade de avaliar essa minha participação. Devo salientar que meu afastamento ocorreu por achar que as formas de atuação e estruturação, bem como aspectos teóricos e filosóficos dessas organizações, tornaram-se anacrônicos a partir da primeira metade da década de 1990, tendo em vista as mudanças ocorridas no leste europeu e o fim da guerra fria. Junto a essa necessidade individual, a perspectiva de uma análise sobre a própria esquerda brasileira logo se fez presente. Em seguida, a possibilidade de realizar essa análise no âmbito de uma pesquisa acadêmica tornou-se plausível.

Apesar de ter minha formação acadêmica na área de História, o fato de nas minhas atividades de professor ter trabalhado com o que costumava chamar, de forma imprecisa é bem verdade, de “história política”, me indicava o caminho da Ciência Política. Achava, e com o passar do tempo me convenci, que uma análise sobre a esquerda brasileira (em qualquer período ou espaço) que se detivesse exclusivamente nos seus feitos seria limitada. Se essa análise não levasse em consideração a vinculação que a esquerda tem com a democracia política, a transformação social e o autoritarismo, além das formas de organização e atuação utilizadas, correria sério risco de ser uma mera descrição de

episódios. Desse modo, foi na Ciência Política que encontrei os suportes necessários para analisar os grupos de esquerda como fenômenos políticos, apesar de considerá-los, também, históricos.

Como mostrarei em todo o primeiro capítulo e em parte do segundo, a esquerda comunista brasileira reuniu, desde o seu surgimento na década de 1920, elementos que lhe conferiram um viés autoritário e antidemocrático, que influenciaram sobremaneira a esquerda revolucionária das décadas de 1960 e 1970.

Um dos motivos que fez o Partido Comunista Brasileiro (PCB) defender, por cerca de quarenta anos, revoluções armadas como meio impulsionador da mudança social foi o fato de sua base teórica e filosófica ser o marxismo-leninismo. A profunda desconfiança que os comunistas brasileiros tinham em relação à democracia política deveu-se, em grande parte, às influências de Marx e Lênin, por exemplo, já que eles trataram-na, em vários momentos, como sendo um mero instrumento de dominação burguesa. Sem contar que o PCB manteve, por vários anos seguidos, uma estreita relação com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a Terceira Internacional Comunista (3ª IC). Veremos também que o PCB, em muitos momentos, esteve mais próximo das Forças Armadas do que de setores populares da sociedade civil, como se percebe no caso da chamada Intentona Comunista de 1935, da qual falarei ainda no primeiro capítulo.

Entretanto, por ter atuado politicamente na cidade de Campina Grande, achei necessário que minha análise contribuísse de alguma forma para os estudos já existentes sobre sua história entre as décadas de 1950 e 1970. Por esse motivo, conforme vamos ver em parte do segundo e em todo o terceiro capítulo, estarei atento aos grupos revolucionários que existiram na cidade, a suas formas de atuação e

organização, sempre levando em consideração que esses grupos eram parte de organizações que atuavam em todo o país. Como não poderia deixar de ser, observarei como a democracia política perpassa os grupos locais.

Seguindo a conjuntura nacional delineada entre as décadas de 1950 e 1960, Campina Grande passou, também, a contar com movimentos e grupos políticos que visavam, dentre outras coisas, questionar e até derrubar a ordem política e econômica estabelecida pelo regime militar. Nesse sentido, é do meu interesse investigar algumas questões que acredito que não receberam a devida atenção, como fato político, do meio acadêmico campinense e, paradoxalmente, dos próprios partidos e organizações de esquerda existentes na cidade.

Para poder trabalhar essas questões, e aqui pesa a influência do historiador, terei que seguir alguns passos; um deles será analisar como o PCB, com seus marcos teóricos-filosóficos e práticas políticas, influenciou a esquerda revolucionária das décadas de 1960 e 1970. Aliás, analisar essas questões na história do PCB é penetrar numa estrutura político-partidária das mais complexas, e aqui correrei o risco de ser superficial em alguns momentos, já que o espaço não me permite avaliações mais aprofundadas. Fique bem claro, então, que o objetivo central neste trabalho não é o PCB, embora, por questões óbvias¹, seja o ponto de partida para as análises, e a quem sempre vou recorrer para fazer comparações, deduções, referências e para exemplificar situações.

1 Digo óbvias porque é o PCB o partido que origina toda a esquerda comunista revolucionária brasileira.

Portanto, tenho como principal objetivo analisar a atuação das organizações de esquerda entre 1968 e 1972² em Campina Grande e observar de que forma elas, bem como a esquerda nacional, relacionavam-se com questões como a democracia política e o autoritarismo. Não pretendo fazer única e exclusivamente a reconstituição esquemática de um grupo de organizações. O que pretendo, principalmente, é contribuir para a análise das relações políticas desse período no meio da esquerda revolucionária comunista.

Assim, as motivações para a concretização desse trabalho são o ineditismo desse tipo de análise em Campina Grande e a necessidade de uma abordagem crítica do tema que estava esquecido e relegado a um segundo plano. Claro, existem, também, as motivações subjetivas, de ordem pessoal, e as razões objetivas, de ordem política e acadêmica. Acredito que quem produz um trabalho científico necessita ter, também, uma aproximação pessoal com o tema, caso contrário torna-se quase impossível a convivência com o assunto que, em muitos momentos, acontece em condições adversas.

O meu envolvimento pessoal com o tema acontece, como já disse, por ter atuado em organizações de esquerda e, apesar de ter-me afastado, continuar a ter relações profissionais e pessoais com seus militantes. Esse envolvimento pessoal não me permitiu adotar uma postura de neutralidade em relação ao objeto de estudo. Certo distanciamento foi necessário para evitar as análises suscetíveis de paixões, o

2 Assim como em quase todo o país, é entre o período de 1968, principalmente a partir da decretação do AI-5, e 1972, quando os órgãos de repressão do governo Médici conseguem aniquilar várias organizações revolucionárias, que as que atuavam em Campina Grande vão concentrar suas atividades clandestinas que serão estudadas no terceiro capítulo.

que não implica em neutralidade, em evitar o necessário posicionamento e a emissão de minhas opiniões.

Do ponto de vista político-acadêmico preocupa-me, sobretudo, como hoje em dia setores da sociedade brasileira, mesmo alguns dentro do meio acadêmico, dispensam pouca atenção aos estudos e análises sobre os movimentos de esquerda da recente história política do Brasil. Em algumas oportunidades que tive de expor essa pesquisa para outras pessoas, pude ouvir comentários como “este é um assunto ultrapassado” ou “isto já passou, vamos nos preocupar com as questões políticas do presente”, ou ainda “vamos analisar a esquerda atual, esta que pegou em armas não tem nada a ver com a do presente”.

Infelizmente (ou felizmente), as pessoas que fizeram tais comentários estavam (espero que não mais estejam) equivocadas. A esquerda atual, que se dedicou sistematicamente a tentar chegar ao poder através de eleições e da atuação parlamentar, é descendente direta daquela que há pouco tempo atrás pegou em armas. Vejamos o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado por sindicalistas, setores da Igreja Católica e ex-militantes da esquerda armada, e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) que até hoje, em tempos de governo democrático, se mantêm fieis a alguns postulados políticos defendidos à época em que o autoritarismo era uma das principais características do governo militar.

Nessa perspectiva, procuro combater esse desinteresse, presente até mesmo em setores da esquerda. Apesar de não estarem “na moda”, assuntos afins a trajetória da esquerda continuam solicitando a nossa atenção, como foi o caso da concessão, pelo governo federal, de indenizações a familiares de pessoas mortas sob tortura ou em combate contra os órgãos de repressão do governo militar. Agora mesmo vemos

as “Comissões da Verdade e da Memória” buscando elencar fatos, através das audiências públicas, e documentos que possam elucidar uma série de questões dos tempos da ditadura militar.

Por isso mesmo, penso não ser desprezível tentar compreender como, em um país tão grande e diversificado, a esquerda, que em determinado momento pegou em armas, conseguiu ter, cerca de 20 anos depois, mais de 30 milhões de votos em uma única eleição³.

Assim, para fazer tal pesquisa, e as consequentes análises, parto de algumas questões iniciais como:

- Quais os atores políticos relevantes para o trabalho?
- Quais as organizações políticas que atuavam na cidade de Campina Grande no período de 1968/1972?
- Quais as regras do jogo neste momento histórico? - Como estavam delimitadas as formas de atuação para as organizações de esquerda?
- Quais eram as opções apresentadas aos atores políticos? - Quais as alternativas de luta política que se apresentaram para que eles atuassem?
- Quais as consequências das escolhas dessas opções? - O que aconteceu com as organizações que optaram pelo caminho da atuação revolucionária?

3 Refiro-me às eleições presidenciais de 1989, quando Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, teve 31,07 milhões de votos, ou 37,07% dos votos válidos, no 2º turno eleitoral.

- Como os atores políticos avaliam essas escolhas?
 - Qual a análise dos militantes, que atuavam nas organizações estudadas, sobre as atitudes tomadas por eles e por suas organizações?

Para responder a essas questões, utilizei basicamente, como fonte de pesquisa, a metodologia da entrevista semiestruturada junto a pessoas que atuaram em organizações revolucionárias da época, além de ex-militantes do PCB e de pessoas que eram simpatizantes da atuação de algumas organizações. Além das entrevistas, usei também outras fontes não menos importantes, como a literatura referente ao tema e reportagens da imprensa campinense.

Em fins dos anos 1970, com a luta desencadeada em todo país pela anistia dos presos políticos e dos exilados, assim como a própria distensão política da ditadura, surgem algumas publicações, parte na imprensa oficial e alternativa e parte através das editoras. Essa literatura publicada, fora e dentro do país, buscava relatar as experiências e trazer para o conhecimento público os documentos políticos que essas organizações produziam.

Como exemplos, posso citar o excelente trabalho de Marcos Aurélio Garcia – “Contribuição à História da Esquerda Brasileira 1960/1979”. Publicado no *Jornal Em Tempo* – hoje fora de circulação -, entre agosto de 1979 e fevereiro de 1980; e a coletânea de documentos, produzidos pelos grupos de esquerda, organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da Revolução - Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961/1971*.

É preciso citar, também, que os dois jornais que circulavam na cidade de Campina Grande entre 1968 e 1972, o *Diário da Borborema* e o *Jornal da Paraíba*, foram de grande

valia para minha pesquisa. Ainda utilizei vasta bibliografia que abrange desde a literatura clássica marxista-leninista até as memórias autobiográficas de ex-militantes da esquerda comunista, fundamentais para as análises, principalmente as que aparecem nos primeiro e segundo capítulos.

Mas, ainda preciso esclarecer porque este trabalho só agora vem a público, pois ele foi fruto da pesquisa que realizei, entre 1998 e 2000, quando estava produzindo minha dissertação de mestrado. Este livro é o resultado dessa pesquisa e desse trabalho com algumas necessárias mudanças. Por uma questão de honestidade intelectual, achei por bem não fazer maiores alterações, pois as análises que aqui apresento foram fundamentais para lastrear o processo que trilhei como professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campus I) e como analista político junto à imprensa de Campina Grande e do Estado da Paraíba.

Ao longo desses quase quinze anos pude retroalimentar as questões metodológicas, teóricas, históricas e políticas aqui desenvolvidas. Trazer este livro a público, só agora, importa na medida em que ele permite que se entenda o processo que trilhei daquele ponto onde, empiricamente, trabalhava com as organizações de esquerda até este momento em que o trabalho como analista político me força a ter uma atitude mais técnica e menos subjetiva, mais pragmática e menos historicizante, enfim, mais próxima dos rigores quantitativos da Ciência Política. Este trabalho contribui para que eu possa ver acima e além das rijezas impostas ao analista que diariamente escreve e apresenta uma coluna, numa emissora de rádio, analisando nossa realidade política. Ele me permite certo diletantismo e empresta uma leveza que raramente me é permitido experimentar.

Quando apresentei este trabalho no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, a fim de obter o título de mestre em Ciência Política, era questionado sobre quando iria publicá-lo. É que, intuitivamente, esperava o momento mais oportuno para transformá-lo em livro. Eu mesmo não sabia que iria demorar tanto, mas eis que chegou o momento, agora que parece haver um definitivo convencimento de vários setores de nossa sociedade, inclusive, e principalmente, dos governos federal e estadual sobre a necessidade de se remexer em nosso passado autoritário.

Eis que chegou o momento de servir de porta voz, sem deixar de imprimir um ritmo analítico, para aqueles que se dispuseram a enfrentar um Estado ditatorial e militarizado que reprimia, pela tortura e pelo assassinato, seus próprios cidadãos. Não deixa de ser interessante constatar que muitos daqueles que me concederam entrevistas, no final dos anos 1990, hoje são recebidos nas audiências públicas da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba para contarem suas histórias. Confesso certo orgulho de ter sido o primeiro a dar ouvidos a muitos que, com carradas de razão, receavam compartilhar suas histórias, versões, opiniões e, por que não dizer, suas dores e suas próprias vidas. Tenho um profundo respeito por essas pessoas e por suas lutas políticas. Graças a elas, pude contar uma história que fala da história das organizações de esquerda. Mas, essas pessoas não podem ser responsabilizadas por absolutamente nada do que aqui escrevo. Elas me contaram suas histórias e eu (como é próprio do pesquisador) “impus” minhas opiniões. Espero não ter sido desrespeitoso ou impulsivo a ponto de atropelar suas falas. A elas tenho muito que agradecer e a admirar pela coragem que tiveram.

Agradeço, também, a Jorge Zaverucha, meu orientador em Recife, que lia meus escritos, me questionava a fundo (para minha sorte) e seguiu ao meu lado durante longa jornada. Sempre vou lembrar o conselho que ele me deu na véspera da defesa desse trabalho: “Do que você tem certeza, lute com galhardia, do que você é frágil, aceite com humildade”.

Os amigos Roberto, Mariinha, Mônica e Mana foram fundamentais, pois iam lendo meu trabalho e controlando meus “debates” com a minha própria formação política. Aqueles longos almoços em volta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) me foram tão importantes quanto às leituras, aulas e pesquisas que fiz.

Devo agradecer ao reitor de nossa Universidade, Professor Dr. Antônio Guedes Rangel Junior, ou Jr. Rangel, como nos acostumamos a tratar para além dos rigores institucionais, pois aceitou apresentar este livro mesmo sabendo que discordaria de questões que aqui trato. Este comportamento democrático é o verdadeiro sentido da academia que, não raras vezes, foi duramente combatido num país que ainda aprende a ser republicanamente democrático.

Cidoval Moraes, meu, nosso, editor, me perguntou certa vez o que tanto eu esperava para finalmente publicar este livro. Como eu não soube responder, ele me impôs tarefas e prazos e, enfim, eis que este livro nos chega às mãos. Agradeço a ele pela iniciativa, pela paciência e pela confiança depositada.

CAPÍTULO I

PCB e a Matriz Autoritária da Esquerda Brasileira

Costuma-se dizer que a “direita” brasileira sempre foi conservadora e autoritária e que nunca se preocupou em ter uma prática política democrática. Isso é bem verdade, à medida que ela esteve a frente de quase todos os movimentos que redundaram na quebra da legalidade constitucional da história brasileira. Digo quase todos os movimentos porque, ao analisar a história política do Brasil no século XX, vejo que, não só a “direita”, mas também a “esquerda” estiveram envolvidas em vários acontecimentos pautados por atitudes autoritárias e antidemocráticas⁴.

4 Não é fácil definir “direita” e “esquerda”, pois como mostra Norberto Bobbio (1995) a conceitualização vai além da contraposição entre capitalismo e comunismo. Um critério interessante para definir quem ou o que é de direita ou de esquerda é a postura assumida diante dos conceitos de igualdade e liberdade. Por isso mesmo, o termo “esquerda”, neste trabalho, será sempre utilizado para denominar comunistas (principalmente), socialistas, nacionalistas e outras tendências políticas que assumiram a defesa dos princípios da igualdade durante quase todo o século XX. Mas, que não se pense que, em oposição, os que defendiam os princípios da liberdade seriam considerados como “de direita”. É que a direita brasileira, ao contrario daquela existente em alguns países da Europa, é bem mais identificada com uma postura conservadora, contrária tanto a liberdade como a igualdade.

Ao contrário do que muitos pensam, não foi só a direita que organizou golpes, assaltos ao poder e “revoluções” armadas. A esquerda também o fazia, só que com objetivos e interesses diferentes. Enquanto a esquerda golpeava as instituições para impulsionar mudanças, a direita o fazia para impedi-las como, por exemplo, em Março de 1964.

Muitas vezes, a esquerda não teve como um de seus objetivos centrais a consolidação da democracia política⁵. A luta por melhorias de vida no campo social e econômico sempre foi o centro das atenções. É preciso atentar para o fato de que, em muitos momentos, por defender reformas em prol da sociedade, a esquerda aceitou quebrar a legalidade constitucional através de movimentos armados ou golpes de força, mesmo sabendo que, dependendo dos resultados, poderia ser duramente reprimida.

Em vista disso, meu objetivo neste capítulo é mostrar que a esquerda brasileira comunista, em momentos políticos do século XX, preferiu optar por medidas antidemocráticas e que tinha (ainda têm?) dentro de si vários elementos e características autoritários, influenciados por alguns indicadores como:

- A crítica que a teoria marxista-leninista, base teórica dos comunistas brasileiros, fez à democracia política, como sendo um mero instrumento de dominação da burguesia;

5 Entendo, inicialmente, pelo termo “democracia política”, não só os mecanismos, instituições e práticas associados a formas de decidir políticas que interessem à sociedade, como também (e principalmente para os objetivos desse trabalho) às práticas e normas que regem a vida política dos partidos e organizações (comunistas), ou às atitudes e práticas que marcam a relação entre estes e as instituições e entidades políticas da sociedade civil.

- A estreita relação que os comunistas brasileiros tinham, entre as décadas de 1920 e 1930, com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a Terceira Internacional Comunista (3ª IC);
- A pobre tradição democrática da sociedade brasileira no período republicano;
- A origem da esquerda brasileira tem uma estreita relação com as Forças Armadas. Não é à toa que lideranças como Luis Carlos Prestes, Antônio Maciel Bonfim e Giocondo Dias foram oficiais, na patente de tenentes do Exército, e ocuparam o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista⁶.

Estes indicadores serão analisados na primeira parte deste capítulo. A segunda parte tratará do movimento revolucionário de 1935, ou Intentona Comunista, quando o PCB se armou para tomar o poder, tendo como base de apoio setores das Forças Armadas. A escolha desse fato não é aleatória. A razão é que o considero essencial para mostrar as características antidemocráticas e autoritárias da esquerda no Brasil. Analisar a ação armada do PCB em 1935 é fundamental já

6 De sua fundação, em 1922, até a segunda metade da década de 1930, o PCB teve vários militantes, em geral de origem anarquista, ocupando o cargo de Secretário-Geral. Em 1935, Antônio Maciel Bonfim ocupava tal cargo, após a sua prisão, Prestes foi eleito para a direção do partido e nela ficou até o início da década de 1980, quando Giocondo Dias assumiu por cerca de dez anos. Só então um civil voltou a ocupar a secretaria geral do partido, trata-se do atual Deputado Federal, pelo Estado de São Paulo, Roberto Freire (PPS), que ficou neste cargo até quando o PCB transformou-se em PPS, na primeira metade da década de 1990.

que ela permaneceu no imaginário e na cultura política⁷ da esquerda, servindo como exemplo para que parte dos comunistas voltasse, e outra parte evitasse, a pegar em armas nas décadas de 1960 e 1970.

Os Elementos Autoritários do PCB

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922, ano que, coincidência ou não, tivemos o início do Movimento Tenentista e a Semana de Arte Moderna. Neste ano se comemorava o centenário da emancipação política de 1822 e muito se questionava em que tínhamos avançado passados cem anos. Apesar da maioria dos fundadores do PCB ser oriunda de tendências anarco-sindicalistas, esse movimento pouco o influenciou, pois o partido já nasceu filiado a 3ª IC e aceitando forte ascendência do movimento socialista da União Soviética. O PCB identificou-se tanto com a teoria marxista-leninista quanto com os movimentos militares das três primeiras décadas do século XX no Brasil e recebeu toda a carga da pobre tradição democrática de nosso país. O que pretendo é mostrar como esses elementos influenciaram a formação e a história do PCB.

A crítica marxista à democracia política

Uma das primeiras preocupações dos comunistas brasileiros, ao fundarem seu partido, foi dotá-lo de um arcabouço teórico-filosófico que orientasse sua prática política. Eles foram buscar essa orientação no marxismo-leninismo. Já no

⁷ Entendo por cultura política o conjunto de atitudes, ideias, tradições, normas, crenças partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social, que tem como objetivo central fenômenos políticos.

documento de fundação do PCB, de Março de 1922, é possível ler: “[...] mercê das lições e experiências da Revolução Russa e pela leitura direta da literatura bolchevista, foi a ideologia mais ou menos caótica⁸ se transformando e firmando num sentido marxista” (CARONE, 1982, p.19).

O marxismo que influenciou o proto-comunismo brasileiro, desenvolveu suas teses com a constante preocupação de fazer oposição às teorias tidas como liberais e burguesas e isso, claro, porque se tinha a perspectiva de destruir o poder burguês. Essa oposição foi contundente em relação à democracia liberal, que seria a expressão maior do poder burguês, considerando que seus pilares como liberdade de pensamento e expressão, sufrágio universal, pluralismo de ideias e direito a propriedade seriam formas de preservação do sistema capitalista. Lênin (1987, p.189) dizia que: “A república democrática é a melhor forma de que pode revestir-se o capitalismo. [...] Há que se observar, além disso, que Engels, com maior precisão, chama o sufrágio universal de instrumento de dominação da burguesia.”

Entretanto, a questão não é tão simples como aparenta. Dentro da literatura clássica marxista-leninista, sobre a democracia política, pode-se encontrar desde o desprezo total, passando por um sistemático ataque, até formas de defesa, com algumas ressalvas. Em Karl Marx a abordagem sobre a democracia política é mais enfática nas obras produzidas em sua juventude. Ao romper com o idealismo hegeliano, Marx deu o primeiro passo para adotar as questões econômicas como o centro de suas atenções. Ao criticar a concepção que aceita as relações humanas, em suas perspectivas econômicas, políticas, culturais e sociais, como uma incorporação da

8 Por “mais ou menos caótica”, os comunistas estão se referindo a ideologias anarquistas e socialistas.

verdade eterna, ele passou a defender que elas são resultado dos procedimentos materiais (1985) e assim lançou uma de suas mais famosas máximas (SIC): “não é a consciência dos homens quem determina a sua existência, mas a existência social que determina a consciência”.

Estava, então, dado o primeiro passo para que Marx desenvolvesse a tese da estrutura econômica que determina uma superestrutura política. É baseado nisso que Marx, e tantos outros marxistas, vão relegar a política e a democracia a um segundo plano. Segundo ele, as relações de produção mantidas pelos homens são o retrato fiel do desenvolvimento dos poderes materiais de produção. Assim, o somatório dessas relações constituiria a estrutura econômica da sociedade que, por sua vez, seria a base de sustentação para a organização política e social. Enfim, é o modo de produção da vida material que determina o caráter geral dos processos sociais, políticos e espirituais da vida (MARX, 1985).

Desta maneira, se as questões políticas são uma consequência das econômicas, o mais sensato é concentrar todas as atenções e esforços nessas últimas. A conclusão marxista é até óbvia, apesar de não ser nem um pouco simples: se o conjunto das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, que determina a existência de uma superestrutura político/ideológica, então, ao mudar a base econômica, transforma-se, mais ou menos rapidamente, toda essa imensa superestrutura. A fórmula apresentada por Marx, para mudar a base econômica, é uma revolução armada comandada pelo proletariado.

Já neste momento podemos perceber a presença da tese da justeza da violência revolucionária, mais tarde aprofundada por Lênin e Trotsky. A violência se justificaria como uma forma de acabar com a exploração econômica da burguesia sobre o proletariado. Essa ideia servirá de sustentação

para as várias atitudes autoritárias tomadas em diversos processos revolucionários no mundo, inclusive no Brasil, como veremos adiante.

Sem questionar a lucidez com que Marx desenvolveu sua teoria econômica, baseada no capitalismo que sobrevive a partir de relações de exploração, como a mais-valia, quando ele se debruçou sobre as questões políticas condicionou sua existência unicamente ao poder de uma classe. Ao fazer isso, a ideia de hegemonia de uma classe social passou a ser incompatível com a de pluralismo democrático, e igualdade econômica e social tornaram-se independentes de liberdade política, coisa que em filósofos como Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill não acontece. É a partir de Marx que a ideia de ser possível viver sem liberdade, visto que se tem a igualdade, ou de, pelo menos, poder restringi-la, será utilizada para respaldar movimentos revolucionários.

A consequência imediata disso foi também óbvia para os seguidores incondicionais dessa tese: não seria preciso se preocupar com as questões políticas, principalmente com as instituições democráticas, bastaria mudar a organização econômica do país, que todo o resto se transformaria.

E necessário considerar também o fato de que Marx viveu em uma época (1818/1883) na qual a burguesia e o capitalismo industrial se afirmaram de maneira definitiva enquanto classe e sistema dominantes, respectivamente. Nesta época, a Europa estava em plena efervescência política e social e o tema revolução era prioritário em vários países, ele próprio foi contemporâneo das revoluções de 1830 e 1848 e da Comuna de Paris de 1871, além das memórias da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas ainda serem muito marcantes por todo o continente.

Marx manifesta suas inquietações sobre a questão da democracia em relação a esses movimentos. Ao analisar

a Comuna de Paris, ele chegou a teorizar sobre uma nova forma de democracia, batizando-a de “autogoverno dos produtores”, que teria as seguintes características distintivas da democracia representativa burguesa:

(1) Enquanto o regime representativo distingue-se entre poder executivo e legislativo, o novo Estado da Comuna deveria ser não um órgão parlamentar, mas de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Ou seja, Marx propunha o fim da teoria da separação dos poderes que o Barão de Montesquieu bem desenvolveu no clássico “O Espírito das Leis”;

(2) Já que o regime parlamentar deixou sobreviver consigo órgãos não representativos e relativamente autônomos, que continuam a fazer parte essencial do aparelho estatal, como o exército, a magistratura e a burocracia, a Comuna estenderia o sistema eleitoral a todas as partes do Estado;

(3) Se a representação nacional do sistema legislativo é distinta da proibição de mandato autoritário, cuja consequência é a irrevogabilidade do cargo enquanto durar a legislatura, a Comuna seria composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal, nas diversas circunscrições de Paris, responsáveis e revogáveis em qualquer momento;

(4) Como o sistema parlamentar não conseguiu destruir a centralização política e administrativa, pelo contrário, o confirmou através da instituição de um parlamento nacional, o novo Estado deveria descentralizar ao máximo as próprias funções nas “comunidades rurais”, que enviariam seus representantes a uma assembleia nacional. Esta seria baseada em algumas poucas, mas importantes funções, cumpridas por funcionários comunais.

É bastante provável que esses movimentos tenham influenciado Marx de tal maneira que, acompanhando o acúmulo de poder da burguesia, ele tenha chegado à

conclusão de que a fórmula de democracia que essa classe defendia - liberdades políticas com direito à propriedade - era apenas uma forma de manter seu poder e seus interesses econômicos. Tanto é que, nessa teorização, Marx propõe o aniquilamento das formas de poder burguês.

Tendo adotado uma prática política em defesa das classes exploradas, Marx passou a combater a democracia política, acusando-a de ser uma forma de exploração da burguesia sobre o proletariado. Mal sabia ele as consequências que essa formulação teria sobre as esquerdas de todo o mundo, pois, sendo ele o principal referencial teórico destas, não se tinha muito a questionar: a democracia política seria uma inimiga do proletariado!

Uma obra onde a posição contrária de Marx à democracia política é explicitada é o *18 Brumário* de Luís Bonaparte. Aqui, ele considera que a burguesia é capaz de usar vários meios, como o parlamento, a democracia e até uma ditadura, para defender seus interesses econômicos. Assim, a democracia política seria uma falácia por não estar a serviço da sociedade, mas de uma poderosa classe social. Para Marx, a burguesia foi capaz de valer-se de Napoleão Bonaparte para, através de um golpe, reafirmar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do capitalismo. Marx considera que a burguesia seria, também, capaz de atuar nas instituições democráticas para que esses interesses conquistados não fossem ameaçados por um proletariado cada vez mais organizado e combativo em torno de seus interesses. Em várias passagens do *18 Brumário* se vê críticas e acusações, feitas por Marx, às instituições políticas democráticas:

[...] essas leis foram promulgadas pelos amigos da ordem (burguesa) e as liberdades foram regulamentadas de tal

maneira que a burguesia, no gozo delas, se encontra livre de interferências por parte dos direitos iguais de outras classes [...] a Assembleia Nacional mostrava-se tão improdutiva que os debates sobre a estrada de ferro Paris/Avignon, que começaram no inverno de 1850, não tinham sido concluídos ainda em 02/12/1851. Onde não reprimia ou exercia uma atuação reacionária, estava atacada de incurável esterilidade (MARX, 1989, p.213-238).

Assim, quando Marx não atacava a constituição e o parlamento francês por considerá-los um instrumento de poder nas mãos da burguesia, o fazia por vê-los como objetos inoperantes, sem utilidade para a sociedade. A lógica da conclusão é um tanto quanto maniqueísta, mas nos serve para exemplificar a forma como a crítica de Marx, à democracia política, influenciou os comunistas brasileiros, a ponto de eles terem proclamado, em várias oportunidades, sua insignificância. Se a democracia política é o instrumento para a burguesia manter seu poder e explorar o proletariado, por qual motivo, então, os comunistas deveriam defendê-la e tentar preservá-la? Pelo contrário, ela deveria ser destruída juntamente com a própria burguesia.

O que nunca se quis perceber é que democracia é condição necessária, mesmo que não suficiente, para que se desenvolva um processo de mudanças, à medida que elas só são efetivas quando garantem a participação de todos os grupos sociais. O que historicamente os comunistas, em várias partes do mundo, negligenciaram foram os valores (principalmente a liberdade) da democracia.

Entretanto, engana-se quem pensa que é em Marx onde as críticas mais ferozes à democracia política são feitas. Ele chegou mesmo a aceitar, num discurso feito em Amsterdã, no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (em setembro de 1873) que, em algumas sociedades, a luta política pacífica - dentro do parlamento - seria uma forma de chegar ao poder. Para ele, o escasso peso da máquina burocrática em países como Inglaterra, Estados Unidos e a própria Holanda justificaria a possibilidade de um caminho pacífico, essencialmente parlamentar, para o socialismo⁹. É sintomático perceber que, nestes países, o Partido Comunista não tenha conseguido se desenvolver a ponto de ter um papel político relevante como na Itália, França e Alemanha.

Engels, por sua vez, na Introdução de *As lutas de classe na França*, publicado em 1895, no final de sua vida, afirmou que uma simples insurreição não levaria obrigatoriamente o proletariado ao poder. Ações armadas, como as Barricadas de Paris, estariam superadas por causa dos avanços militares alcançados pela burguesia e também porque o proletariado já tinha conquistado ganhos políticos, como o sufrágio universal, chegando mesmo a admitir que:

Se as condições mudaram na guerra entre os povos, não mudaram menos para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que

9 Citado em: RUBEL, Maximilien. **Crônica de Marx**. Barcelona: Anagrama, 1963, p.134.

as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido do que se trata (COUTINHO, 1994, p.26).

Chega a ser até irônico o fato de que muitos comunistas tenham ignorado essas avaliações de Marx e Engels e preferido valorizar aquelas que os dois consideravam em declínio. Por que valorizar as teses revolucionárias, quando os principais teóricos comunistas estavam, no final de suas vidas, em um processo de reavaliá-las? Essa forma de luta recebeu mais atenção dos comunistas do que a outra porque, em que pese mais perigosa, apressaria a chegada ao poder, coisa que a luta pacífica não faz por exigir a organização das massas, um processo lento que requer bastante trabalho. Nos seus cálculos políticos, os comunistas se convenceram que valia a pena perder as liberdades políticas para subir ao poder rapidamente e realizar as mudanças estruturais que defendiam. Mais adiante, veremos que esse cálculo mostrou-se errado e trouxe sérias consequências para sociedades como a soviética. Mas, é analisando teses de Vladimir Lênin e Leon Trotsky que veremos um combate mais direto à democracia política, dita liberal.

Trotsky, membro do Comitê Central do Partido Bolchevique e criador do Exército Vermelho Russo, defendia uma linha revolucionária antidemocrática. Ele afirmava que a revolução socialista é incompatível com os mecanismos das instituições democráticas, como o voto e o parlamento. Por este motivo, logo após a Revolução de Outubro de 1917, ele defendeu a extinção da Assembleia Constitucional Russa, por considerá-la um (SIC) “pesado mecanismo das instituições democráticas impregnado pelo poder burguês”.

Para Lênin, baseado provavelmente no *18 Brumário*, o poder político, em uma sociedade com duas classes, uma

exploradora e outra explorada, será sempre uma ilusão. Se uma classe social se apropria do excedente e passa a controlar os meios de produção, ela terá também o poder político. Portanto, ocupá-lo isoladamente sem ter, também, o poder econômico, seria inútil. Esta tomada de poder só aconteceria através de um processo revolucionário, quando todas as formas de poder político da burguesia tivessem sido aniquiladas em prol dos interesses do proletariado.

Principal líder da Revolução Russa, Lênin radicalizou ao apresentar uma raivosa avaliação, sintetizada nas teses da chamada violência revolucionária. É possível ver em *A defesa da pátria socialista*, uma coletânea de textos, discursos e artigos produzidos entre 1917 e 1920, a relação de uma série de ações violentas que justificariam a implantação do socialismo. Nessa obra se vê afirmações como “[...] o parlamento é o sócio da classe governante que reprime e esmaga as pessoas, essa é a real essência do parlamento burguês.” (LÊNIN, 1983, p.75).

Lênin afirmava ser justa a guerra, desde que fosse para evitar que a burguesia destruísse a pátria socialista que estava nascendo. Todos os pesados custos de uma guerra, como morte, destruição, fome e miséria social se justificariam pela nobreza do objetivo de se construir uma sociedade igualitária. Os discursos de Lênin são permeados pelo enaltecimento dos feitos dos “heróis da revolução russa” contra os crimes praticados pelos “criminosos a serviço da burguesia”. Toda e qualquer atitude tomada, até mesmo as mais violentas, não só eram justificadas como elogiadas, pois se tratava, na verdade, de construir o “reino da igualdade e da justiça” na terra. Mais tarde, quando Stálin afirmou-se no poder, crimes contra várias parcelas da população russa foram, também, legitimados pela justeza de um processo revolucionário.

Para os comunistas, portanto, não restava outra saída a não ser a de destruir as formas de dominação burguesa. O que Lênin preferia ignorar é que muitas dessas formas de “dominação burguesa”, como o sufrágio universal, a legislação do bem-estar nas fábricas e a participação no parlamento foram conquistas resultantes dos movimentos operários europeus do século XIX. Aqueles mesmos movimentos que Marx e Engels assistiram e até participaram. Ao reduzir essas conquistas a uma simples estratégia capitalista para perpetuar o poder burguês, Lênin lançava as bases para que, no período de Stálin, o princípio do contraditório e da liberdade política fossem de vez aniquilados.

Ao acabar com o que a União Soviética ainda possuía de democrático, no que diz respeito a eleições livres para os Conselhos dos Sovietes, direções de fábrica, fazendas e cooperativas, Stálin concretizou um modelo em que o todo poderoso Partido Comunista substituiu as formas de organização e participação populares e até mesmo a participação formal. O partido passava a ser uma espécie de “super-polvo”, com tentáculos que alcançariam toda a sociedade e se colocariam acima dela. Ao anular a participação popular, anulava-se, também, a necessária oxigenação para o desenvolvimento político de uma sociedade. A lógica presente na teoria marxista de que se o Estado é proletário nenhuma forma de democracia liberal pode ser aceita, se aplicava em um modelo de sociedade que, não por acaso, vai influenciar movimentos comunistas por todo o mundo, inclusive no Brasil através do PCB.

Entretanto, talvez por tentarem se manter fiéis ao princípio da dialética, tão marcantes dentro da filosofia pós-Hegel, alguns marxistas irão discordar dessas questões. Por motivos ainda não muito precisos, talvez por influência das revoluções burguesas, as maiores críticas aos métodos utilizados

pelos bolcheviques são de marxistas da Europa Ocidental. Rosa Luxemburgo, líder do movimento comunista alemão entre os séculos XIX e XX, será uma das mais proeminentes intelectuais a discordar dos líderes da Revolução Russa. Apesar de ser uma defensora do movimento de Outubro de 1917, Rosa Luxemburgo era, também, a favor da liberdade de opinião e da participação política popular. Para ela, em “A Revolução Russa”, escrito em 1918, foi um erro unir características da democracia ao elemento coercitivo da dominação proletária, como tentaram fazer os bolcheviques depois de instalados no poder.

Rosa criticou Lênin, pelo fato dele ter transformado as transitórias e graves limitações, impostas à democracia¹⁰ logo após a vitória, em princípios permanentes e de ter colocado isto como um fator central de qualquer revolução proletária no mundo. Mas, ela se voltou, principalmente, contra Trotsky por discordar de sua afirmação de que os mecanismos das instituições democráticas são incompatíveis com uma revolução socialista. Vejamos o que nos diz Rosa:

É um fato absolutamente incontestável que sem liberdade ilimitada de imprensa, sem completa liberdade de reunião e de associação, é inconcebível a dominação das grandes massas [...] Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem

10 A principal limitação foi a dissolução da Assembleia Constituinte – eleita em 17 de Novembro de 1917 – por um sistema de listas que era contrário aos princípios da própria revolução.

pensa de modo diferente (COUTINHO, 1994, p.86).

Enquanto Lênin e Trotsky afirmavam ser a liberdade um conceito burguês, que serviria apenas para instrumentalizar a burguesia em sua ação política, Rosa Luxemburgo contra-argumentava, afirmando discordar da democracia formal, querendo dizer com isto que:

Jamais fomos idólatras da democracia formal, mas isso quer dizer apenas o seguinte: sempre distinguimos entre o núcleo duro de desigualdade e servidão recoberto pelo suave invólucro da igualdade e liberdade formais, mas não para rejeitar estas últimas, e sim para incitar operários a não se contentar com elas e a tomar o poder político a fim de preencher esse invólucro com um conteúdo social novo (COUTINHO, 1994 p.86).

Muitos marxistas atentaram para o caráter formal que a igualdade recebeu em muitos sistemas políticos, inspirados pela democracia, e na própria literatura política liberal. Rosa Luxemburgo denunciava que o excesso de liberdade política limitava e até anulava a igualdade econômica. Porém, este fato não pode servir de justificativa para que se anule a liberdade, pois até para se saber que tipo de igualdade se quer, é preciso ter liberdade para se efetivar um debate.

John Stuart Mill (*apud* WEFFORT, 1998), um dos principais filósofos do liberalismo europeu no século XIX e autor de *Sobre a Liberdade*, defendia que uma sociedade só se desenvolve quando propicia o choque de opiniões, já que esse

embate criaria as condições necessárias para a justiça social. Stuart Mill percebeu, ao contrário dos líderes da Revolução Russa e de muitos outros comunistas, que a liberdade não é um artigo de luxo que interessaria apenas a grupos isolados no poder. Pelo contrário, ele via a liberdade como parte da própria natureza humana. Ela seria o substrato para o desenvolvimento social, por tornar possível a participação popular e a manifestação da diversidade. Esta questão valorizaria o princípio da dialética que, contraditoriamente, era tão caro aos marxistas.

Outro comunista alemão que questionou os rumos da Revolução Russa foi Karl Kautsky, participante de vários movimentos políticos em seu país. Para ele, em *A doutrina socialista*, publicado em 1899, a liberdade, enquanto livre direito de expressão, de associação, de participação em assembleias e de produção artística, é uma característica automática do sistema político socialista. O objetivo final deste sistema não é a propriedade social dos meios de produção, mas sim a abolição de todas as formas de opressão. Para Kautsky, não é possível criar um novo tipo de ser humano, em uma sociedade socialista, controlando-se as formas de pensamento e comportamento dos homens.

Ao criticar as atitudes tomadas na Revolução Russa, Kautsky vai ser duramente atacado por Lênin, que com uma linguagem virulenta, o chamou de (SIC) “lacaio da burguesia”, “cretino parlamentar” e de “estúpido”, por não ter, dentre outras coisas, “entendido os princípios fundamentais do marxismo”. Ao que parece, as críticas de Kautsky incomodaram muito Lênin, pois este chegou a escrever um livro intitulado *O renegado Kautsky*, onde fez essas e muitas outras acusações (*apud COUTINHO*, 1984).

Ainda tratando das divergências internas dos marxistas acerca da democracia, é preciso observar as teses de Antônio

Gramsci. Enquanto Stálin implementava o processo definitivo de bolchevização, Gramsci defendia a não separação estanque entre a estrutura econômica e a superestrutura política. Por isso mesmo sua obra foi censurada pelo regime stalinista e em vários partidos comunistas, como o PCB. Para o comunista italiano, essa superestrutura política tem uma autonomia, que deve ser respeitada, e a estratégia de luta dos operários deve ser baseada numa busca constante de espaços no interior da sociedade civil, inclusive setores tidos como de dominação burguesa, como o parlamento. Gramsci pretendia a busca do consenso da maioria, ou seja, com a hegemonia seria possível realizar profundas transformações sociais. Apesar de não negar a luta revolucionária, ele defendia espaços políticos, que para os russos deveriam ser fechados. Esses espaços deveriam ser, na verdade, utilizados como “locais” por onde se buscaria o poder.

Assim, haviam duas vertentes no movimento comunista europeu na primeira metade do século XX: uma, que tinha como principal referencial a Revolução Russa, e outra que era representada por marxistas como Rosa Luxemburgo e Kautsky. Ambas defendiam a via revolucionária, só que a segunda, ao contrário da primeira, não concebia esta via sem o respeito à democracia. Enquanto que para Trotsky era preciso destruir as formas democráticas de participação política, para Luxemburgo a liberdade era um bem imprescindível do proletariado.¹¹

11 Apenas para indicar as necessárias relações que farei adiante entre a teoria marxista e a prática dos comunistas no Brasil, é sintomático que tenham sido as teses de Trotsky, e não de Rosa Luxemburgo, as mais difundidas no seio da esquerda marxista brasileira. Data de 1929 o surgimento da primeira organização trotskista no Brasil – a Liga Comunista Internacional – que em 1953 ressurgiu como Partido Operário Revolucionário. Já sobre

Outro marxista, Nicos Poulantzas, que foi membro do Partido Comunista grego na segunda metade do século XX, também se utilizou da crítica à ortodoxia marxista para relacionar socialismo e democracia. Em um livro chamado *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas não tratou o Estado como um ente que pertence a uma superestrutura política/ideológica, determinada por uma estrutura econômica. (1990). Pelo contrário, o Estado seria, também, influenciado pelos vários movimentos políticos e pelas classes sociais existentes.

As críticas de Poulantzas são direcionadas ao que ele chama de simplificações marxistas. Para ele, o velho hábito de relacionar, monoliticamente, o Estado com a dominação política da burguesia, levou a banalidades, que ganharam status de palavras de ordem, como (SIC) “toda dominação política é uma ditadura de classes” ou “o Estado capitalista é uma ditadura da burguesia”. À medida que os marxistas passaram a tratar o Estado capitalista como se fosse imune a contradições, estavam diminuindo as possibilidades de mudança social, só restando uma revolução violenta que estabeleceria a ditadura do proletariado¹². Poulantzas observa as consequências dessas análises da seguinte maneira:

[...] um resultado e efeito concomitante da simplificação-dogmatização estaliniana sobre a questão do Estado, esta análise conduziu a desastres políticos,

Rosa Luxemburgo, até onde sei, seus escritos ficaram restritos a alguns setores acadêmicos e intelectuais do país.

- 12 Foi isso que ocorreu com os grupos revolucionários que atuaram no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Ao tratarem a ditadura militar como um bloco monolítico de poder, lhes restou apenas o enfrentamento armado.

especialmente no período do entre guerras, quanto à estratégia adotada face à ascensão do fascismo (POULANTZAS, 1990, p.143-144).

Sendo o Estado um espaço destinado à luta política, além do reflexo das contradições da sociedade, o autor considera viável se trilhar um caminho pacífico e democrático para o socialismo. Ocupar o poder, através de métodos que negam as liberdades políticas, seria uma forma equivocada de conduzir um processo revolucionário. Este, para sagrar-se vitorioso, teria que ter uma fase inicial onde o capital monopolista seria questionado, porém o núcleo das relações de produção não seria, ainda, subvertido.

A transição para o socialismo deveria ser gradativa e respeitar as especificidades de cada aparelho de Estado. Sobretudo, no caso de ser democrática, garantiria a liberdade. Quando, na URSS, o Estado cerceou as eleições gerais, a liberdade de imprensa e de reunião e debates, a vida política da sociedade morreu por inanição e apenas sobreviveu uma rígida estrutura burocrática comandada pelo Partido Comunista. Essas críticas ganham força por terem sido pronunciadas, não por filósofos burgueses e liberais, mas por marxistas identificados com o processo revolucionário, como Rosa Luxemburgo e Gramsci.

Admitir a democracia política como um (SIC) “instrumento de dominação da burguesia” serviu como racionalização para que se aceitasse a ditadura do proletariado como único caminho viável para a implantação do socialismo, onde os trabalhadores seriam os donos dos meios de produção. Assim, a luta central seria por democracia econômica. Para os marxistas, democracia é sinônimo de igualdade econômica e social. Simples assim.

Ao classificar a democracia política dessa forma, se entendeu ser possível viver sem ela para que se pudesse ter igualdade. Aqui, vamos ver os marxistas presos à lógica de que os fins justificam os meios. Se o fim nobre era a conquista de uma sociedade igualitária, onde não existiriam explorados e exploradores, se aceitaria, então, que o meio para se chegar a isso fosse à extinção da liberdade política, através de golpes, assaltos ao poder e revoluções. É curioso ver como os comunistas russos desenvolveram a esdrúxula ideia de que para se ter liberdade permanente seria preciso acabar com ela temporariamente. Como nos mostra Luciano Oliveira, em *Imagens da Democracia*, existia a tese da “violência parteira”, ou seja, através de um processo revolucionário violento se faria a passagem para o socialismo. Citando Trotsky, ele escreve:

[...] a revolução exige da classe revolucionária que ela coloque em prática todos os meios para atingir seus fins; pela insurreição armada, se preciso; pelo terrorismo se necessário [...] Trotsky insistirá no argumento de que o único critério válido para um marxista condenar ou justificar uma guerra reside no interesse de classe (OLIVEIRA, 1996, p.99).

Qualquer atitude seria justificada, desde que fosse para instalar o reino da igualdade na terra. A guerra só seria passível de condenação se, e somente se, estivesse a favor da burguesia, caso contrário, seria declarada a sua justeza.

Falando das raízes das concepções golpistas e conspiratórias de vários partidos e organizações de esquerda (espalhados pelo mundo no século XX) vejo que elas podem

ser encontradas ainda na metade do século XIX. Tais concepções já foram chamadas de “blanquistas”, pois um de seus principais inspiradores foi o revolucionário francês Louis Auguste Blanqui. Ele defendia que uma minoria audaciosa, organizada em torno de um comitê central secreto,¹³ tomasse o poder mediante um golpe de força (“putsch” ou “via prussiana”¹⁴) para que se pudesse dar início à construção de uma nova sociedade.

Segundo Coutinho (1994), em *Marxismo e Política*, parece ter sido mesmo Blanqui o primeiro a usar a expressão “ditadura do proletariado”, como forma de nominar a transição do capitalismo para o socialismo. Esse tipo de concepção é resultado de uma análise que subestima a sociedade, ao considerá-la com um baixo nível de participação política e, portanto, incapaz de decidir suas próprias demandas, tratando o Estado como centro único de poder. Para reverter essa situação, faz-se necessário um grupo bem organizado e muito bem armado que, audaciosamente, ocuparia os aparelhos de Estado. Coincidência ou não, por volta de 1848, época de lançamento do *Manifesto Comunista*, é possível perceber similaridades entre a formulação “blanquista” e as propostas de Marx e Engels de transição para o socialismo. Para eles, “a conquista do poder resultaria de uma insurreição proletária dirigida por uma vanguarda de tipo jacobino,

13 Sendo francês e tendo vivido no século XIX é possível que Blanqui tenha se inspirado nos clubes jacobinos da Revolução Francesa. Blanqui já foi associado ao socialismo utópico, mas na verdade ele dedicou sua vida adulta a projetos revolucionários, como o da “Revolução de 1848”, ou a criação da “Société Républicaine Centrale” que defendia a violência revolucionária como meio para se fazer mudanças sociais.

14 Via prussiana foi a fórmula alemã, também utilizada em várias partes da Europa oriental, de se fazer modernizações ou reformas (conservadoras ou não) vindas de cima.

uma minoria conspirativa organizada clandestinamente” (COUTINHO, 1994, p.80).

A União Operária Internacional - Liga dos Comunistas, que encomendou a Marx e Engels o *Manifesto Comunista*, se organizava pelo método blanquista. No prefácio à edição alemã (de 1872), eles dizem que a Liga não poderia deixar de ser secreta, devido às condições políticas do momento na Europa. Muito bem sintonizados com essas ideias, os primeiros comunistas brasileiros devem ter-se perguntado: - como acolhermos algo que serve para dominar o proletariado, se surgimos para defendê-lo? Assim, passou-se a considerar que a luta do PCB seria por reformas econômicas e sociais. A democracia política, assim como nos clássicos do marxismo, ficou relegada a um segundo plano bem distante.

Esqueceram-se os comunistas brasileiros que a democracia política tem um valor universal, passível de servir a todos os grupos e classes sociais e que, por isso, não pode ser aprisionada, como mero instrumento de dominação, a uma única classe social. A democracia tem um papel fundamental nas transformações sociais de nossa época. Eles não observaram que muitas das liberdades políticas se tornaram leis na Europa, defendidas pela própria burguesia, depois que os trabalhadores fizeram inúmeros movimentos grevistas, até violentos, reivindicando-as.

Alexis de Tocqueville (*apud* WEFFORT, 1998), em *A democracia na América*, formulou uma teoria para dar apoio aos governos burgueses e tentou encontrar uma forma de coexistência harmônica entre um processo de desenvolvimento igualitário e a manutenção da liberdade. Esses dois conceitos não poderiam ser contrários em um mesmo conjunto. Para ele, ter igualdade é ter democracia, mas a democracia só sobrevive com a presença da liberdade. Tocqueville propunha uma espécie de equação matemática onde o somatório

de igualdade e liberdade seria igual à democracia. Essa análise sobre a perspectiva de democracia para os marxistas, e também para os liberais, traz à tona uma discussão, presente na linguagem política contemporânea, que trata a democracia de duas maneiras: formal e substancial.

A primeira é assim chamada por caracterizar os “comportamentos universais”, utilizados para se tomar decisões de conteúdos diversos, priorizando a liberdade de pensamento e expressão, a livre iniciativa e a escolha dos ritos formais de uma democracia, como eleição, constituição e parlamento. Já a segunda, centra suas atenções sobre a igualdade entre os membros da sociedade e enfoca questões básicas como saúde, educação, moradia e alimentação. (TOCQUEVILLE *apud* WEFFORT, 1998). Levando em consideração a velha fórmula que diz ser democracia um governo do povo e para o povo, a democracia formal é mais um governo “do povo”, por valorizar sobremaneira a representatividade. Já a democracia substancial é mais um governo “para o povo”, por preocupar-se com as questões sociais. Mas, importa dizer que nas expressões “democracia formal” e “democracia substancial”, o termo ganha aspectos diferenciados. Enquanto aquela indica certo número de meios que são exatamente as regras de comportamento referidas acima, independente da consideração dos fins, a segunda indica justamente um conjunto de fins, entre os quais se considera a igualdade jurídica, social e, principalmente, econômica, independentemente dos meios adotados para alcançá-la.

Enquanto que para uma não importam os meios empregados, como violência revolucionária e aniquilação da participação política popular, para se chegar a um fim (a implantação de uma sociedade socialista igualitária), para a outra, não importa o fim a que se chegue (uma sociedade dividida em classes) e sim os meios que se utiliza, ou seja,

uma democracia representativa. Tentativas obsessivas de opor essas duas formas de democracia são um falso dilema. Na verdade, as duas se complementam, o que não significa dizer que simplesmente juntar as duas seria o ideal e, como diria Bobbio (1995), utópico. O fato é que, idealmente falando, elementos da democracia liberal e da social têm que estar juntos, caso contrário corre-se o risco de termos, unilateralmente, ou uma sociedade liberal desigual, ou uma sociedade igualitária iliberal.

A democracia pode, e deve, ser vista como espaço de lutas pela liberdade política, com todas as suas características liberais, e onde ocorre à busca das transformações estruturais na sociedade. A perspectiva por melhores condições de vida não pode ser dissociada da democracia representativa, da articulação com os organismos de democracia de base e defesa de uma vida política e cultural aberta e pluralista. Essa questão foi colocada para os movimentos de esquerda, em várias partes do mundo, entre as décadas de 1980 e 1990, de forma impositiva: “a questão democrática coloca ao marxismo o célebre enigma: ou me decifras ou te devoro” (COUTINHO, 1994, p.73).

O PCB e seus modelos autoritários: a 3ª IC e o PCUS

Além de dotar o partido de um arcabouço teórico-filosófico, outra preocupação preliminar dos fundadores do PCB era garantir sua filiação junto à 3ª IC, sediada na União Soviética, intenção compreensível, se levarmos em consideração que esse é o primeiro país socialista do mundo. Não é à toa que, no seu primeiro estatuto, aprovado no Congresso de Fundação de março de 1922, o PCB se autodenominou de “Partido Comunista - Seção Brasileira da 3ª Internacional Comunista – (SBIC)”. Moscou era a sede da 3ª IC e o PCUS

a controlava com mão de ferro. Por se considerar parte de um todo, o PCB assumiu o posto de filial, que deveria total obediência à sua matriz. A influência que a 3ª IC teve sobre o PCB, nos seus primeiros anos de existência, foi fundamental para que o partido desenvolvesse uma prática autoritária e antidemocrática.

Não seria exagero dizer que se deve à 3ª IC a difusão, diria mesmo vulgarização, do marxismo-leninismo entre partidos comunistas de várias partes do mundo. Digo vulgarização porque foram alocados, num programa dogmático, apenas os pontos do marxismo-leninismo que beneficiariam a expansão do socialismo soviético de tipo stalinista para vários países do mundo. As ponderações que Marx e Engels fizeram sobre a viabilidade de uma transição pacífica¹⁵ foram deixadas de lado, ou só utilizadas em momentos conjunturais, a favor da política expansionista soviética.

Entre as décadas de 1920 e 1950, quando se construía a divisão do mundo em dois blocos, capitalista e socialista, as sistematizações e reduções eram bem vindas. Nos mal afamados manuais de filosofia marxista¹⁶, produzidos na Academia de Ciências da URSS, a mando do PCUS, se via a sociedade capitalista fadada a destruição. A capacidade que o capitalismo tem de se reestruturar não era nem considerada; a

15 Durante muito tempo, as reduções stalinistas consideraram os marxistas que defendiam a tese da transição pacífica como ‘traidores do proletariado’, ‘reformistas’, ‘capitulacionistas’, etc.

16 Em meus anos como militante de uma organização de esquerda lia um desses manuais, a título de “fazer um curso de formação política”. *Fundamentos da Filosofia*, de V. G. Afanásiev, editado em Moscou (1978), era uma espécie de panfleto recheado de banalidades e vulgarizações, acerca do materialismo histórico e dialético, com pretensões de encerrar os conhecimentos acerca da “ciência que transformaria o mundo”.

revolução socialista era apresentada como único caminho para a humanidade; e o proletariado seria a classe detentora da verdade revolucionária. Tudo era organizado dentro de uma lógica que não permitia outra conclusão, a não ser a de que (SIC) “o mundo caminhava inexorável e inevitavelmente para o socialismo”, desde que sobre o comando da URSS, bem dito. Nesses manuais, com pretensas instruções filosóficas para a ação revolucionária, a dialética deixava de ser um método que levaria a uma verdade pela aplicação da oposição entre conceitos e pela exploração das contradições entre os fenômenos sociais. A ideia era encontrar a verdade axiomática que levaria sociedades capitalistas ao socialismo. A contradição serviria tão somente para mostrar que a crise do sistema capitalista (principalmente a díade capital/trabalho) redundaria numa sociedade sem contradições, sem paradoxos. As teses do materialismo dialético e histórico só se aplicariam as sociedades “pré-socialistas”, pois uma vez atingida a forma mais bem acabada de organização econômica e social, o comunismo, não haveria mais contradições e a dialética poderia ser descartada. Os “cientistas” sociais de Moscou ousaram definir uma dialética não dual, instrumentalizada a bel prazer deles, que se tornou a verdade acima de qualquer outra coisa. Como nos diz Poulantzas, o modelo que a IC stalinista legou para os partidos comunistas pressupõe que:

[O] Estado Capitalista é considerado sempre como um simples objeto ou instrumento manipulável à vontade pela burguesia [...] ele não é considerado como sendo atravessado de contradições internas [...] O Estado é entendido como um bloco monolítico sem fissuras. As

contradições de classe estariam entre o Estado e as massas populares exteriores ao Estado (POULANTZAS,1990, p.291).

O tipo de organização partidária adotada pelos comunistas brasileiros seguia o modelo stalinista da 3ª IC, apesar de se perceber semelhanças com o estilo blanquista. O exemplo disso é que para aceitar qualquer partido comunista como membro, a IC exigia uma organização militarizada, com aparelhos clandestinos; a aceitação, sem direito a questionamentos, dos princípios do marxismo-leninismo; a atuação sobre uma disciplina de ferro, semelhante a dos militares; e a total segurança ideológica¹⁷. Além disso, se definia que “nos países onde os partido comunistas militem legalmente, deve-se depurar periodicamente suas organizações, a fim de expulsar os elementos arrivistas e pequeno-burgueses” (VIANNA, 1992, p.37). Seria imperdoável ter um partido, filiado à 3ª IC, com militantes vindos da classe inimiga do proletariado. Não por acaso, o PCB, entre 1922 e 1929, observava à risca esse preceito. A prática da “depuração” virou um hábito. Aos comunistas brasileiros eram oferecidas duas opções: ou a proletarização ou a expulsão do partido.

A 3ª IC se considerava o partido da revolução mundial e, como tal, os interesses de cada partido, e de cada país, deveriam se subordinar aos seus e ao modelo de revolução mundial por ela preconizado. A 3ª IC legou, também, a visão insurrecional, tão cultivada entre os comunistas brasileiros

17 Ao todo existiam 21 condições a serem seguidas por um Partido Comunista, para que se pudesse ser aceito na 3ª IC. Inclusive os Partidos só seriam aceitos, como membros da 3ª IC, se participassem dos congressos e eventos realizados em Moscou, além de serem obrigados a manterem representantes seus vivendo na URSS, trabalhando como operários e estudando na “Academia de Moscou”.

durante mais de 40 anos, para se efetivar mudanças em um país. A estratégia era a concentração de todos os esforços para, em um momento pontual, assaltar o poder, bem ao estilo leninista¹⁸ ou blanquista. Esse modelo era reducionista e antidemocrático na medida em que restringia um longo e complicado processo de transição a um único momento, com dia, mês e ano marcados previamente, se possível. Este modelo negava a necessidade da participação das massas, já que quem realizaria a ação revolucionária seria um grupo bem organizado detentor das condições políticas, militares e intelectuais para comandá-la. Este grupo seria a “vanguarda do proletariado” como definiu Lênin.

Vanguarda é um termo historicamente ligado à teoria marxista-leninista do partido proletário. Ele indica o grupo mais consciente e ativo de um movimento de massas. Segundo Lênin, antes da mudança histórica geral, a verdade se limitaria a unidades numericamente reduzidas. Essas unidades, ignoradas e hostilizadas até mesmo pela parcela opositora da sociedade, poderiam (deveriam), graças à compreensão mais profunda do processo, se colocar na dianteira no momento decisivo. Já Bobbio, tendo por base Lênin, afirma que:

Um partido ou organização de vanguarda é assim denominado por que domina a teoria marxista, detém a consciência de classe, tem capacidade de direção e

18 Tomar o poder, na visão leninista, significava ocupar - em um lapso de tempo - o poder estatal, controlando seus aparelhos ideológicos e seus postos de comando. Significa, também, manipular as engrenagens essenciais de seus dispositivos, visando, sobretudo, a substituição do poder burguês pelo poder proletário. Como veremos mais adiante, foi exatamente isto que o PCB tentou fazer em 1935.

inserção no meio das massas (BOBBIO, 1995, p.1291)¹⁹

Ao se filiar a um organismo como a 3ª IC, que exigia uma obediência cega e militarizada às suas concepções, o PCB recolheu uma série de influências autoritárias. Durante anos, Stálin dirigiu a 3ª IC com mãos de ferro e os comunistas brasileiros apreenderam muito do autoritarismo stalinista.

Uma das “verdades” que o PCB introjetou, incorporou inconscientemente, da 3ª IC foi a tese da “unidade ideológica”, que determina que as minorias não poderiam se constituir em frações organizadas. Por essa ótica, não haveria divergências no seio de uma organização comunista, tudo deveria ser resolvido através da aplicação do controverso sistema de centralismo democrático, um eufemismo encontrado pelos comunistas para aliar, em um mesmo local, discussão democrática e imposição de ideias, ou seja, se não fosse possível encontrar o consenso através da discussão, ele instalar-se-ia através da imposição. O que interessava era ter o consenso. Caso a divergência persistisse, os discordantes deveriam ser sumariamente expulsos da organização. Essa concepção foi determinante para a falta de democracia interna que sempre acompanhou o PCB. Tornou-se prática comum no partido, em praticamente toda sua existência, e mais fortemente entre as décadas de 1940 e 1960, a expulsão de membros que divergiam das posições teóricas e políticas do Comitê Central.

Ainda no plano das influências internacionais, outros dois aspectos, que contribuíram para que os comunistas locais fizessem pouco caso da democracia política, foram

19 Essas definições são importantes à medida que as organizações revolucionárias que tratarei no 3º capítulo se autodenominavam de vanguarda.

os modelos revolucionários que colocavam os partidos comunistas como as “vanguardas das transformações revolucionárias”. As revoluções socialistas vitoriosas são exemplos de como conquistas sociais são instauradas sem a participação popular organizada. A URSS e a China implementaram transformações como reforma agrária, melhorias no sistema educacional e de saúde e a política do pleno emprego através dos chamados decretos revolucionários. Essas revoluções convenceram os comunistas brasileiros de que é possível fazer transformações passando ao largo da democracia e que se pode “oferecer” ao povo melhorias de vida, sem que se tenha que trilhar o caminho da organização popular e da discussão política.

Os comunistas que receberam essas influências devem ter justificado o não interesse pela democracia política fazendo questionamentos como “de que adianta participar se os eleitores não tem o que comer, o que vestir, onde morar e como educar seus filhos?”. No movimento de esquerda, dos tempos da guerra fria, se perguntava se democracia valia algo frente às desigualdades que o poder concentrador de riquezas impunha às sociedades. Ao valorizar a democracia econômica em detrimento da política, os comunistas aceitaram apoiar projetos reformistas nos planos sociais e econômicos, mesmo que fossem politicamente ditatoriais, pois admitiam ser possível viver sem liberdade. Ao fazerem isto se tornaram parecidos com os grupos que sempre combateram - os da direita.

O segundo aspecto diz respeito à questão do partido enquanto vanguarda da revolução e da classe operária como único a reunir condições de realizar uma revolução. Lênin (1983) defendia que a revolução socialista seria comandada por um partido forte que reunisse três qualidades: adiantado estágio de conhecimento teórico e político, uma bem montada estrutura de militantes profissionais e capacidade

para mostrar o caminho da revolução ao povo. Este partido seria o detentor da “verdade revolucionária”. Ao aceita-las o PCB admitiu que não existia ninguém mais em condição de liderar um processo de mudanças e que a sociedade dependia dele para levar adiante o processo revolucionário. Essas formulações são antidemocráticas pelo poder que têm de excluir forças políticas interessadas em contribuir com o processo. Já no seu surgimento, o PCB desenvolveu forte hostilidade para com outros grupos de esquerda, como anarquistas e socialistas. Além do mais, do ponto de vista social, a classe operária não era o único sujeito na luta por transformações, pois existiam outros grupos marginalizados pelo sistema capitalista e que deveriam se interessar pelas lutas travadas no sentido da mudança social. Passemos, agora, às influências locais à formação antidemocrática do PCB.

A pobre tradição democrática da sociedade brasileira

Desde o período colonial, a sociedade brasileira foi sempre muito frágil no sentido de não ter poderes suficientes para definir que rumos tomar, sempre esteve dependente do Estado, que definia as demandas de desenvolvimento de acordo com os interesses dos grupos nele instalados. A participação popular ficava quase sempre à margem dos acontecimentos. Em decorrência dessa fraqueza, difundiu-se no país um grande preconceito para com a democracia política, consolidando a percepção de que mudanças poderiam ser efetivadas passando ao largo dela. Uma ideologia autoritária e antidemocrática se instalou no Brasil e atingiu vários setores da sociedade. Entre os séculos XIX e XX é possível ver grupos políticos atacando a democracia das mais diferentes formas, algumas até cômicas. Konder (1980), em

A democracia e os comunistas no Brasil, cita obras e ideias onde a democracia é desvalorizada explicitamente.

A primeira delas é *Instituições políticas brasileiras*, de Oliveira Viana, que dizia que “o regime oligárquico era a única forma de democracia possível no Brasil”. Já Azevedo Amaral lançou *O Estado autoritário e a realidade nacional*, em 1938. Para ele, a democracia não era algo sério, onde “[...] em face da comédia democrática do sufrágio universal na América Latina [...] essas oligarquias tão malsinadas [...] constituíam um fenômeno interessantíssimo”. Como se não estivesse satisfeito, ele acrescentava que “a prática efetiva do regime democrático-liberal ter-nos-ia arrastado a uma situação de anarquia política e de caos social” (KONDER, 1980, p.23).

Que os conservadores brasileiros, ligados à estrutura secular do latifúndio e da escravidão, aqueles que convençamos chamar de “direita” brasileira, defendessem esse tipo de ideia é até compreensível. Mas, chama atenção que os próprios liberais e progressistas tenham tido, sobre democracia, opiniões parecidas. Continuando com os exemplos de Konder (1980), citados no capítulo *Uma ideologia dominante profundamente antidemocrática*, vemos Hipólito da Costa, um liberal fundador do Jornal Correio Brasiliense, defendendo, em editorial do final do século XIX, que: “ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós que essas reformas sejam feitas pelo povo”. Aníbal Falcão, empedernido defensor da República, queria uma que fosse “forte ditadura, inspirada no amor do povo”. Já os positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes preconizavam para o Brasil uma “ditadura republicana”, semelhante a que o general George Boulanger quis implementar na França através de um golpe de Estado no final do século XIX (KONDER, 1980).

O repúdio à democracia constava, também, na Literatura. Joaquim Nabuco, liderança na luta abolicionista, disse, em seu livro de memórias, “hoje em dia que ela (a escravidão) está extinta, experimento uma singular nostalgia: a saúde do escravo”. Rui Barbosa, aquele mesmo que ficou conhecido pelas lutas em defesa dos direitos humanos no Tribunal de Haia, afirmava: “Quem se poderia responsabilizar, hoje, por um movimento popular uma vez solto? Quem poderá ter confiança em dirigi-lo uma vez declarado?” (KONDER, 1980, p.26-27).

Essa consciência nacional antidemocrática contribuiu para que nossa história fosse recheada de golpes de força para solucionar crises institucionais. A emancipação política de 1822 foi liderada pelo imperador D. Pedro I quando reuniu uma tropa de soldados e proclamou o ato unilateral, passado à margem dos movimentos sociais em favor da independência que aconteciam no Brasil. A transição do Império para a República foi marcada por outro golpe de força. O Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República cercado por militares, e não pelo povo. O que levou Aristides Lobo, Ministro do Interior do primeiro governo republicano, a dizer que: “[...] e o povo assistiu a tudo bestializado”.

Assim foi, durante toda a República Velha, que vai até 1930. Ao menor sinal de crise institucional ou social, os militares intervinham com o argumento das armas. Os presidentes dessa época, ou eram os próprios militares, ou civis tutelados por eles. A consequência disso é que a sociedade brasileira acostumou-se a esperar que os homens de farda resolvessem os problemas institucionais à sua maneira. Até a decantada “Revolução de 30” foi um movimento autoritário. Primeiro, porque excluiu a participação popular e, segundo, porque se caracterizou por ser um conflito entre as elites urbanas e rurais, com as primeiras adquirindo o direito

de participar do centro do poder através de um movimento armado. O maior legado do movimento de 30 foi demonstrar que era possível destronar um governo através de insurreições e conspirações armadas. O movimento de 30 se tornou inspirador para outros acontecimentos que tivemos.

O que se percebe é que esses movimentos, citados superficialmente devido às especificidades desse trabalho, se inserem na tradição de conspirações e quarteladas que caracterizam a mentalidade e a ação política da sociedade da época. Eles influenciaram o PCB, que é fruto desse período. Senão vejamos que apenas cinco anos depois seus militantes tentaram uma insurreição para derrubar o governo de Vargas. Vejamos agora o último indicador - uma explicação direta para muitas das atitudes políticas tomadas pelo PCB.

Comunistas e militares: o início de uma longa relação

A fundação do PCB coincide com a eclosão de um dos movimentos mais interessantes da história política brasileira - o tenentismo. Nas primeiras décadas do século XX, as camadas intermediárias dos principais centros urbanos do país estavam em processo de formação e diferenciação, devido, principalmente, ao iniciante processo de industrialização. Os militares conseguiram se destacar por ser um grupo urbano bastante coeso. Claro, essa coesão, característica do Exército, foi alcançada na medida em que esta é uma instituição baseada no binômio hierarquia/disciplina. Dentro das Forças Armadas, os tenentes, que não eram enquadrados nem como soldados rasos e nem como oficiais de alta patente, conseguiram se tornar os porta-vozes das camadas intermediárias que queriam ocupar espaço no cenário político e econômico nacional.

Esses oficiais constituíam, principalmente, uma corrente dentro da Escola de Realengo, na Vila Militar do Rio de Janeiro, e foram formados na ótica de que a função do Exército é servir a nação e defendê-la de ameaças e crises, principalmente as que eram provocadas pelos civis. A questão é que nunca se definiu quais ameaças e que crises deveriam ser alvo das atenções do Exército. Ainda nos tempos da Guarda Nacional Imperial a função dos militares era cuidar das questões internas relativas, em geral, aos movimentos sociais que contestavam o poder político. O Exército brasileiro só veio a cumprir um papel externo a partir da segunda metade do século XIX quando da eclosão da Guerra do Paraguai. As Forças Armadas do Brasil foram sendo formatadas sem que soubessem fazer clara distinção entre as questões de segurança pública, as questões relativas às ameaças externas e as relações internacionais do país.

Eram os tenentes que tinham o contato mais próximo com a tropa de soldados e que percebiam a crônica situação de miséria enfrentada pelas baixas camadas da população brasileira, até porque muitos deles tinham origem humilde. Assim, se convenceram que deviam se fazer ouvir e participar da vida política e institucional do país, para cumprir a missão de “salvá-lo das crises”. A participação dos militares no movimento republicano, que redundou no processo da Proclamação da República, em 1889, serviu, também, de inspiração para que os tenentes se tornassem ativos militantes da política nacional.

Em que pese privilegiarem a ação prática em detrimento da discussão política, os tenentes tinham um conjunto de ideias que dava lastro aos manifestos que lançavam. Propostas como instituição do voto secreto e do voto feminino, justiça eleitoral e anistia a presos políticos, mostravam bem a vontade de acessar o sistema representativo

do país. Ao defender o voto secreto, os tenentes queriam, na verdade, ultrapassar o poder dos grandes latifundiários que perpetuavam seu poder através do chamado “voto de cabresto”. O ideário tenentista era um misto de ideias positivistas com propostas da Independência dos Estados Unidos do final do século XVIII. Misturavam-se, sem maiores divergências, a ideia de uma sociedade que deve progredir ordeiramente com alguns princípios do liberalismo federalista norte-americano.

Fiéis que eram às tradições intervencionistas do Exército, os tenentes resolveram se manifestar pela revolta armada. Acreditavam que através de um assalto ao poder mudariam a correlação entre as forças políticas e fariam reformas para melhorar a vida do povo. Os tenentes tinham firme convicção de que eram eles, os militares, os únicos capazes de realizar tal projeto, até mesmo por considerarem a sociedade civil desorganizada, amorfa, incapaz (devido ao analfabetismo), além de corrompida. A partir de 1922 as revoltas tenentistas vão acontecendo, sempre de forma elitista, por não incentivarem a participação popular, e seguindo a orientação militar baseada no binômio hierarquia/disciplina.

Pelo que se percebe em obras sobre o movimento, como em *O tenentismo*, do historiador Edgar Carone, os tenentes não pensavam em mobilizar o povo, chegando ao ponto de negarem seu apoio. Do levante do Forte de Copacabana (1922) até a Coluna Prestes (1925) este foi o *modus operandis*. Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes, líderes de levantes em São Paulo, rejeitaram a adesão de operários anarquistas às revoltas armadas num manifesto publicado em 5 de Julho de 1924. (CARONE, 1975). Nele se vê o moralismo excessivo, a vontade de subir ao poder e o paternalismo tão característicos do tenentismo:

[...] o Brasil está reduzido a verdadeiras satrapias, desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens e estabelecendo-se como condição primordial, para o acesso às posições de evidência, o servilismo contumaz, que, movendo-se pela mola das ambições, cada vez mais se generaliza, constituindo fatos de degradação social. O povo ficou reduzido a uma verdadeira situação de impotência, asfixiado em sua vontade pela ação compressoras dos que detêm as posições políticas e administrativas (CARONE, 1975, p.272).

Talvez seja difícil para alguns, nos dias atuais, entender atitudes como esta. Mas, o fato é que, na época, os vários setores da vida política nacional estavam convencidos de que seria possível fazer reformas sem a participação popular, através de movimentos comandados “por quem realmente entendia do assunto”, para usar um argumento corrente na época. Mesmo porque, este foi o padrão que estabelecemos historicamente. Na Inconfidência Mineira não se queria a participação popular, pois os revoltosos achavam que o povo não entenderia as reais motivações do movimento. Quase todos os movimentos sociais dos séculos XVIII e XIX não contavam com a participação de amplos setores sociais. Ou eles eram algo de uma pequena parcela da população, como no caso dos intelectuais na Confederação do Equador, ou se tornavam a ação política de algumas categorias profissionais, como é o caso da Conjuração Baiana.

Com o movimento de 1930, o tenentismo entra em seu ocaso e uma parte dos tenentes adere ao PCB, tendo como

maior exemplo Luiz Carlos Prestes. Os tenentes emprestam ao PCB a visão paternalista, elitista e autoritária da sociedade, eivada de um voluntarismo golpista. Para eles, a revolução estaria sempre sob a responsabilidade de quem saberia unir organização e força suficientes, baseando suas atividades no binômio hierarquia/disciplina, para levantar os quartéis e derrubar o governo estabelecido. Além disso, os tenentes incutiram no PCB a ideia da superioridade das Forças Armadas diante da sociedade civil e dos políticos “incapazes e corruptos”. Essa visão pode ser demonstrada na perspectiva que eles tinham em reformar as instituições políticas, no sentido de que também pudessem delas participar, e na mobilização das massas, desde que pudessem controlá-las.

O amálgama entre tenentes e comunistas se mostrou algo bem sucedido. Rapidamente essa mistura de pessoas e/ou coisas se tornou uma solução líquida e homogênea, pois os tenentes e o PCB traziam consigo as mesmas impressões autoritárias do processo político e a mesma visão de uma sociedade incapaz de se transformar, dependente de um setor que iluminasse seus caminhos. A visão, acima relatada, que os tenentes trouxeram para o PCB não foi imposta, pelo contrário, ela foi muito bem recebida, pois a formação dos comunistas era bastante parecida com a dos tenentes.

Nos documentos do PCB das décadas de 1920 e 1930 encontraremos as mesmas propostas de lutas nacionalistas, contra o imperialismo, sendo o desinteresse pela democracia política incontestável, diria marcante. Um documento (de 1928), *A política brasileira e a atual situação do partido*, mostra que a crise política que o país enfrentava não poderia ser resolvida dentro da legalidade política e explica que a fundação do Partido Democrático seria a forma encontrada pela burguesia para acalmar os conflitos entre as classes. Em

determinado trecho, o desprezo pela democracia política é explícito:

Baseado em uma plataforma liberal e democrática, em forma super-demagógica, o Partido Democrático manteve sua influência sobre grandes massas populares [...] Entretanto, sua direção está em mãos da grande burguesia e toda sua atividade encara a aplicação de soluções pacíficas: a instituição do voto secreto e outras panaceias do mesmo gênero. Seu lema é o seguinte: representação e justiça. Palavrório sonoro e sentimental destinado pura e simplesmente a amortecer o descontentamento da massa popular (CARONE, 1982, p. 53).

O Partido Democrático, que teve vida curta, não poderia deixar de ser alvo dos comunistas, não por ser um partido, mas por ter alguma pretensão em defender a democracia. Notemos a marca do desprezo pela democracia. Dois temas sempre presentes em vários movimentos populares no mundo todo, como representação e justiça, são ironicamente desprezados pelos comunistas brasileiros. Konder (1980) já alertava para o fato de que, entre os comunistas, desde o surgimento do PCB, o ceticismo em relação a todas as formas de democracia burguesa é muito grande. Segundo o autor, Otávio Brandão, um dos primeiros dirigentes do partido, referia-se a certa “comédia democrática”.

E não poderia ser diferente, pois a teoria marxista-leninista e o modelo da 3ª IC, que os comunistas brasileiros moldaram a seus interesses, determinavam justamente isto: o

desinteresse pela democracia política. A influência dos militares, nas ideias e ações do PCB, se manifesta quando se vê que o partido incorporou o estilo (golpista) dos tenentes a sua proposta de luta revolucionária e para resolver questões teóricas básicas da relação entre nacionalismo e democracia e dos interesses nacionais e de classe.

A entrada de Luis Carlos Prestes no PCB (1931), que se destacara no tenentismo pela sua capacidade em articular e comandar levantes armados, só reforçou a crença de que através de movimentos promovidos por grupos armados seria possível transformar o país. Eis aqui a tradição antedemocrática brasileira, que diz ser mais fácil fazer um levante em nome do povo, do que ajudar a organizá-lo para que ele mesmo realize os atos que achar necessário. O movimento liderado por Vargas em 1930 não foi exatamente isso? Como veremos o de 1935, liderado pelos comunistas, também.

A frase atribuída (em 1930) ao Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, “façamos a revolução antes que o povo a faça”, não representa só o pensamento conservador. Ela é a síntese do pensamento nacional quando o assunto é a participação da população nos processos político-sociais. É que nós, brasileiros, achamos que o povo não pode, ou não deve fazer revoluções que, antes, deve esperar que as elites a façam. Temos, então, elementos para analisar porque o PCB abandonou a defesa da democracia.

A Ação Comunista de 1935: Um putsch tupiniquim

Vocês se avexaram muito! Deviam ter esperado mais um pouco. Essas ‘leis’ vai tomar conta do mundo mais cedo ou mais tarde, mas não tão depressa assim,

seu sargento!²⁰ (CAVALCANTE, 1978, p.161).

No início da década de 1930, amplos setores da sociedade brasileira, incluindo os comunistas, não falavam em democracia. Os movimentos sociais e políticos não passavam pelas portas das fábricas e fazendas, pois dedicavam suas atenções e lutas contra os regimes totalitários europeus. Seguindo a tradição golpista da primeira República, estes setores careciam de um projeto alternativo ao governo e acreditavam que o caminho era um movimento armado para expulsar Getúlio Vargas do Palácio do Catete. Em 1929, Luis Carlos Prestes, que ainda não pertencia ao PCB, criou uma “Liga de Ação Revolucionária”, com alguma influência comunista, e deu a tônica dos discursos da esquerda de 1930 a 1935 ao combater a atuação política dentro das instituições do país:

Nós, os revolucionários, somos inteiramente descrentes das possibilidades de uma ação eficiente para o caso brasileiro dentro dos trâmites constitucionais. Nem cremos que os partidos de oposição consigam, pelo voto, desalojar de suas posições, os demais donatários do poder²¹ (VIANNA, 1992, p.80).

20 Diálogo entre o cangaceiro Antônio Silvino e o militante comunista Gregório Bezerra, na prisão, logo após o movimento de 1935. Reproduzi a frase tal como é citada em *O caso eu conto como o caso foi* (CAVALCANTE, 1978, p. 161).

21f Este manifesto foi publicado por Prestes para justificar porque não participaria das articulações que lançariam Vargas candidato a presidente

Ao entrar no PCB Luis Carlos Prestes encontrou o ambiente propício para exercitar suas posições políticas militarizadas. O PCB ganhou nova feição com a entrada dos jovens oficiais. De uma pequena organização clandestina, situada em poucas cidades e com uma atuação voltada para os trabalhadores urbanos, o partido passou a ter acesso às camadas intermediárias e a personalidades políticas e culturais. A vinda dos tenentes, liderados por Prestes, produziu o amálgama de ideias autoritárias e antidemocráticas, mesmo que revolucionárias. Enquanto o PCB contribuiu com a teoria marxista-leninista e com o stalinismo da 3ª IC, os tenentes trouxeram o positivismo republicano e a ideia de que só a força das armas resolveria os graves problemas sociais do Brasil. Assim, surgiu um **revolucionarismo comunista de tipo militarizado**, que caracterizou o partido por muito tempo. Importa ver como esses elementos, surgidos em tempos e espaços diferentes, tiveram características tão semelhantes e conviveram tão bem.

Expressões como “golpear as instituições”, “revolução” e “tomada do poder pela força das armas” passaram a influenciar os comunistas brasileiros e a orientar o discurso e a prática deles. Além disso, existia a própria justificativa da “Revolução de 30”. Depois dela, a repulsa às “ilusões democráticas” se fortaleceu. Seguindo a lógica de que os fins justificam os meios, os comunistas racionalizaram que deveriam fazer a revolução antes que os integralistas a fizessem.²² A questão era: se Vargas, cercado de militares, chegou

da República pela Aliança Liberal. O próprio Vargas chegou a convidá-lo para participar do movimento, por ele ser conhecido nacionalmente devido a Coluna Prestes.

22 O trocadilho aqui, com a frase do presidente mineiro Antônio Carlos, é proposital para exemplificar como os mais diversos grupos políticos da

ao poder, por que o “legítimo representante da classe operária”, como o PCB se considerava bem aos moldes da teoria leninista da vanguarda revolucionária, também não poderia fazê-lo, apoiado, obviamente, pelos militares progressistas?

Convencido de que o governo Vargas estava em (SIC) “marcha batida para a ditadura fascista”, o PCB decidiu que era hora de tomar o poder e para isso se organizou. O primeiro passo foi cooptar Luis Carlos Prestes e o enviar à URSS a fim de que ele fosse preparado para liderar a revolução brasileira. Junto a outros setores da sociedade e algumas forças políticas (socialistas, militares, religiosos, liberais e intelectuais) o PCB lançou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que seria o organismo legal do movimento e antagonizaria a cena política com a Ação Integralista Brasileira (AIB) de orientação fascista.

Os comunistas viam a ANL como organismo legal, para efetivar ações sociais e assessorar o partido para arregimentar apoios, já que o movimento seria clandestino e, logicamente, comandado pelo próprio PCB. Ao voltar da URSS, em 1935, para comandar o movimento, Luis Carlos Prestes estava totalmente alinhado a 3ª IC. Na oportunidade, ele lançou um manifesto, intitulado *Carta Aberta a ANL*, em que ficou patente a visão instrumental sobre a ANL; a ambiguidade entre defender procedimentos democráticos e a crença na via armada para se chegar ao poder; e a valorização meramente retórica da participação das massas no movimento²³:

época pensavam no mesmo sentido.

23 Em todos os documentos que li, produzidos pelo PCB, em toda a sua história, esta valorização é insistentemente presente, porém, a prática do partido foi sempre distante disso.

Para a ANL precisam vir todas as pessoas que queiram lutar contra o imperialismo e o feudalismo e pelos direitos democráticos [...] A situação é de guerra e cada um precisa ocupar seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas (KONDER, 1980, p.45).

Considerando, que seriam os militares os mais capacitados para protagonizarem um movimento de tomado do poder e que os comunistas só levariam o movimento à frente se fosse pelas mãos de uma vanguarda revolucionária, o PCB tinha como tarefa principal a organização de células comunistas dentro das Forças Armadas. Se a revolução começaria com um assalto ao poder, nada mais lógico que os agentes dessa ação fossem bem organizados. Mas, quais seriam os principais motivos para a eclosão do movimento armado de 1935 no Rio de Janeiro?²⁴

Primeiro, existia a crescente insatisfação pelos rumos impopulares que o governo de Getúlio Vargas havia tomado. Como se dizia na época, ele tinha “se desvirtuado dos ideais da revolução de 30”. Segundo, como já foi dito, existia na sociedade um espírito conspirativo e golpista que fundamentava a ação política dos grupos, tanto de direita como de esquerda. A via armada era bem aceita pelos brasileiros e

24 Além do então Distrito Federal, o movimento também eclodiu em Recife e Natal, mas nessas duas cidades com características bem diferentes, como mostra Marly Vianna em “Revolucionários de 35”.

os governos fortes apareciam como consequência natural de uma democracia liberal que se acreditava falida. Terceiro, as Forças Armadas apareciam como único grupo capaz de dirigir a sociedade, para uns, na direção do modelo fascista em ascensão no mundo e, para outros, na de garantir um modelo socialista, ou pelos menos reformista, de caráter nacionalista e popular. Quase todos os escalões das Forças Armadas conspiravam, com a participação de civis, já que existia a descrença na capacidade popular de realizar movimentos.

E por último, mais não menos importante, temos que o PCB tinha uma boa penetração em vários setores da sociedade, como sindicatos e entidades populares, universidades, instituições da administração pública e, claro, nas Forças Armadas. A afinidade entre militares e comunistas residia em que ambos, por motivos diferentes, acreditavam na mesma fórmula: movimentos armados impondo ações audaciosas contra o poder estatal. A fórmula era cartesiana: se para tomar o poder bastava uma intervenção brusca e se quem estava mais preparado para realizá-la eram os militares, então seria lógico buscar organizá-los, esperar que eles tomassem o poder, para depois ocupá-lo e decretar as reformas de que a sociedade precisa. Correndo risco de me tornar repetitivo, retomo o que talvez seja a maior contradição do PCB: nos seus documentos, a classe operária aparecia como a única capaz de fazer a revolução, mas era entre os militares que se concentrava a sua atuação política, visando organizar a revolução.

É de acordo com essa perspectiva insurrecional, e com a crença de que só os militares teriam as condições reais para conduzir uma revolta, que quartéis como o 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro despertavam mais interesse, nos comunistas, do que as fábricas da então capital do país. O 3º Regimento era uma das maiores unidades militares do

país, possuía enorme potencial bélico e protegia o Palácio da Guanabara, sede do governo estadual. A organização e atuação política de uma célula comunista no interior de um quartel, entre 1930 e 1935, era cercada de cuidados especiais. A preocupação com a formação política dos militares era tão excessiva que, segundo Vianna (1982) em “Revolucionários de 35”, editava-se um jornal exclusivo para eles, com questões da caserna.

O PCB tinha bases ou mantinha contatos em quase todas as unidades militares do Exército, Marinha e Aeronáutica nas maiores cidades do país. O Secretário-Geral do partido, Antônio Maciel Bonfim, coerente com a mentalidade da época, dizia ser possível (pasmem!) tomar o poder em apenas um único dia²⁵. O otimismo dos comunistas em relação à capacidade organizativa dos militares era tão grande que fazia com que eles cometessem erros graves, sendo o principal, achar que se poderia dispensar a participação da sociedade civil no processo revolucionário. Esta só seria convocada a participar após a tomada do poder. Coisa difícil de acreditar, pois o mesmo PCB defendia a tese de um governo “forte e autoritário” que conduzisse o povo ao socialismo (VIANNA, 1982).

A mãe de todas as contradições, neste processo, era que os comunistas esperavam que, pela força e pelo autoritarismo, chegassem a um sistema onde igualdade e liberdade seriam as principais características. O PCB não enxergava, ou fingia não ver, o exemplo de sua matriz ideológica, a URSS, que, ao asfixiar a participação política da sociedade, acabou com a liberdade e pouco promoveu igualdade social, terminando

25 Informação extraída do livro de memórias do militante comunista Giocondo Dias, *Uma vida na clandestinidade*.

por criar uma sólida ditadura não do proletariado, mas de um partido e de seu líder maior.

Talvez por otimismo em excesso, mas com certeza por desconhecimento da realidade que pretendiam mudar, os comunistas brasileiros acreditavam em toda informação vinda dos quartéis. Qualquer descontentamento na caserna era logo tido como o “espírito revolucionário” de toda a guarnição. Tomou corpo no PCB a ideia de que havia uma desagregação nas Forças Armadas e que seria fácil mobilizar as unidades militares para a revolução que seria comandada por Luis Carlos Prestes²⁶. Esse estado de coisas fez com que Rodolfo Ghioldi, argentino destacado pela 3ª IC para assessorar o PCB no levante²⁷, afirmasse:

Temos que fazer honra aos militares, que é gente de muita consciência, mas se o proletariado não tiver um papel preponderante, não vejo muito futuro na organização popular e na revolução (GHIOLDI *apud* MORAIS, 1989, p.84).

Porém, este tipo de pensamento não era a regra, era exceção. Em agosto de 1934, Prestes dá uma ordem, totalmente cumprida em novembro de 1935, quando do levante, que expressa bem sua visão militarizada cultivada desde os tempos do movimento tenentista:

26 Essa ideia foi transmitida ao comando da 3ª IC em Moscou, que, devido a sua perspectiva insurrecional, acreditou na possibilidade de ter na América Latina o primeiro país socialista a afrontar os EUA.

27 A 3ª IC destacou comunistas de outros países para atuarem no levante brasileiro como forma de ter certeza que o movimento seria feito em seu nome. É o caso de Olga Benário, Arthur Ewert, Victor Barron, etc.

[...] que o elemento civil continue a se arregimentar, se mantendo, porém, isolado da preparação militar até que esta esteja mais ou menos consumada e que os elementos militares continuem seus trabalhos através daqueles com quem já contamos, até ver-se a possibilidade real de que dispomos (VIANNA, 1992, p.80).

Aqui se vê que o PCB não confiava no “elemento civil” para a realização do movimento. Prova-se, ainda, que os comunistas viam os militares como os únicos capazes de fazer a revolução. Isto se explica pelo fato de que as lideranças comunistas e militares, devido suas origens sociais e pelas posições que ocupavam na sociedade, estavam distantes das camadas populares. A familiaridade que os egressos do tenentismo tinham com movimentos armados, como a Coluna Prestes, fazia os comunistas acreditar que, uma vez tomado o Estado, as mudanças sociais e políticas seriam mais eficientes do que as que resultariam de um demorado trabalho entre as massas proletárias.

É interessante focar essa visão. Vejamos a posição tomada por Luis Carlos Prestes neste contexto. Considerando os postulados da Escolha Racional, um ator, dentro de certos limites, lança mão de uma estratégia como forma de maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas. Os indivíduos atuam por planos pré-estabelecidos, guiados por seus interesses, de modo que eles pudessem ser favorecidos no momento em que interesses divergentes se atritassem. Um ator político pode não abrir mão de seus interesses centrais se perceber que, mantendo suas estratégias pré-determinadas, sairá vitorioso. Claro, ele não deverá se tornar escravo

de suas estratégias, principalmente se perceber a iminência da derrota. Do contrário, a escolha não seria racional.

Um militante comunista, desapregado de procedimentos democráticos, poderia participar de um levante armado se percebesse que esta seria a forma rápida para chegar ao poder, sendo a recíproca verdadeira, i.e., o mesmo militante atuaria nas instituições políticas, que seguem ritos democráticos, se entendesse que esta era a via mais rápida para alcançar suas metas. Luis Carlos Prestes, e o próprio PCB, colocava como fim último de sua ação a subida ao poder e a implantação do socialismo. Mas, os comunistas tinham pressa. Assim, retroalimentavam as tendências insurreccionais, suas e dos militares, já que se poderia, segundo visão corrente da época, chegar ao poder bem mais rápido através de uma ação, nos moldes blanquistas, do que pela atuação nas instituições políticas do país. Foi por isso mesmo que o PCB abandonou as orientações conjunturais, dadas pela 3ª IC, no sentido de valorizar todo e qualquer tipo de luta política, inclusive as legais, para combater o nazi-fascismo que se instalava na Europa. Assim, o PCB partiu para a insurreição. Em outros momentos (a exemplo do governo João Goulart), como veremos no próximo capítulo, os comunistas passaram a defender a atuação pacífica e democrática quando perceberam que poderiam efetivamente influenciar nos círculos do poder central.

No plano da ação de novembro de 1935, houve até mesmo o abandono das orientações emitidas pelo Comitê Central do PCB, voltadas para a sociedade civil, e que visavam o fortalecimento dos sindicatos, das associações operárias, das lutas eleitorais e dos mecanismos da democracia política em troca de uma orientação que incentivava as forças diretamente envolvidas no levante. Isto aconteceu porque, de fato, o movimento foi comandado por Luis Carlos

Prestes e alguns militares que não faziam sequer parte do Comitê Central do PCB. Mas, que não se diga que eles foram incoerentes, fiéis que eram a tese da vanguarda que conduziria o processo revolucionário em nome do proletariado. Lênin já demonstrava que a tomada do poder poderia ser feita a revelia de forças políticas, comprometidas com o processo de mudanças, caso essas forças não estivessem prontas para o assalto ao poder.

Os manifestos do PCB, da época do levante, definiam a tomada do poder, com Luis Carlos Prestes ocupando o lugar de Vargas, e a decretação de reformas necessárias à sociedade como seus objetivos. Prestes era muito benquisto nos meios populares, mas não se aproveitou disso para lançar um apelo à população para que esta se organizasse para tomar o poder. Preferiu fazê-lo com seu “estado maior” militarizado. A questão é: por que um líder popular, como Prestes, descartaria o apoio do povo e se juntaria a um único setor da sociedade?

É bastante difícil precisar os resultados de um movimento em que a população participa ativamente. Os resultados de uma ação, em que um pequeno grupo está à frente do processo, podem ser preditos. Mas, as massas podem tomar caminhos diferentes daqueles traçados originalmente e o grupo organizado pode não conseguir comandá-las, daí ser preferível atuar em um movimento em que a participação é limitada para que o controle sobre as ações seja garantido. Luis Carlos Prestes estava muito confiante na vitória do levante armado e na sua subida, junto com o PCB, ao poder central do país. Organizar o movimento com a presença de outras forças políticas traria como consequência, em caso de êxito, a divisão do poder, e, como se sabe, os comunistas não eram muito afeitos a dividi-lo, por se considerarem os justos representantes das classes exploradas.

Às vésperas da eclosão do conflito, em uma reunião do alto comando revolucionário, Prestes relacionou as unidades e guarnições militares dispostas a participar do levante. Ele listou, por exemplo, a Vila Militar, a Escola Militar e a Escola de aviação, todas no Rio de Janeiro. Segundo, Prestes a disposição para a insurreição eram alta. Após o levante militar, os sindicatos decretariam uma greve geral para expressar o apoio do povo ao movimento. Como se fosse possível à população apoiar um movimento do qual não participava, era apenas expectadora. Segundo palavras de Rodolfo:

Eu voto contra a insurreição e contra a greve geral. A análise que faço indica que não temos condições de realizar nem uma coisa nem outra coisa, porque não temos o apoio popular. Tenho tido contato com os companheiros e sei que isto só existe no papel (GHIOLDI *apud* MORAIS, 1989, p.96).

Um bom exemplo do quanto o PCB estava equivocado em depositar tantas esperanças no poder revolucionário dos militares é o caso de Sócrates Gonçalves, capitão da Escola de Aviação Militar e militante comunista, que, ao ser convidado para participar do levante, questionou:

Como é que nós vamos fazer uma revolução no momento em que o movimento social está na sua vazante? As greves já cessaram, que apoio popular nós temos? Como vamos pegar em armas com o apoio só dos militares? Com insurreição

não se brinca, isso será uma quartelada (VIANNA, 1992, p.225).

A disciplina do militar/comunista e do comunista militarizado falava mais alto. Mesmo discordando, Sócrates Gonçalves foi um dos poucos abnegados a tentar tomar de assalto o 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro. Junto com seus companheiros, ele foi derrotado pelas forças legalistas e confinado em uma prisão até a anistia de 1945, decretada com a queda de Getúlio Vargas e das ditaduras totalitárias da Europa. Ignorando que o apoio popular é decisivo para qualquer movimento desse cunho, Prestes e o PCB preferiram justificar o início da ação baseado na informação, errada por sinal, de que a Marinha de Guerra estava comprometida para com o levante. Os comunistas se lançaram num movimento (ou seria melhor dizer aventura?) que durou no máximo três dias e serviu de justificativa para que Getúlio Vargas desse o golpe do Estado Novo em 1937.

A lógica autoritária funcionou: se o movimento de 30 convenceu os comunistas de que podiam fazer sua revolução; o golpe de força de 1935 mostrou a Vargas que ele podia tentar o seu. Apenas que neste caso houve sucesso e se instalou uma ditadura no país. Aquilo que seria o grande levante armado, desencadeador de um processo revolucionário em favor das classes oprimidas, não passou de mais uma tentativa de assalto ao poder, ou uma quartelada. O próprio Luis Carlos Prestes, já na década de 1980, avaliou que:

Fazíamos apenas agitação nos quartéis, revelando a visão golpista que então tínhamos. E agitar um quartel, onde todos tem a arma na mão, pode levar a

uma precipitação. O movimento foi uma precipitação (KONDER, 1980, p.45).

A Intentona Comunista de 1935 é claro exemplo de como a esquerda brasileira, mesmo podendo fazer um trabalho político dentro das instituições e da sociedade civil, preferiu tomar atitudes autoritárias na esperança de maximizar seus ganhos políticos. Mesmo derrotadas, as ideias dos comunistas de 1935 deixaram raízes na esquerda brasileira das décadas seguintes. Após a derrota, a avaliação corrente era que o conteúdo não estava errado, apenas a forma é que deveria mudar. Dever-se-ia continuar tentando tomar o poder, só que não mais através da ocupação exclusiva dos quartéis, e sim com o trabalho de conscientização política da população. É com esse tipo de visão, mais todas as influências do marxismo-leninismo, que os comunistas vão fundamentar a sua atuação política nas décadas de 1940, 1950 e 1960, como veremos a seguir.

CAPÍTULO II

O dilema dos comunistas: revolução ou reformas?

[...] o que dizer de um movimento tão ambicioso na forma e no conteúdo, mas incapaz de suscitar o ânimo de grandes maiorias? Ora, a participação maciça era algo indispensável para efetivar muitas das mudanças preconizadas, mesmo porque já se sabe em que resultam processos de mudanças impostos de cima para baixo. (Daniel A. Reis).

Vimos os elementos indicadores da feição autoritária e antidemocrática do PCB e o momento no qual os comunistas, baseados nesses indicadores, tentaram tomar o poder. É hora de analisar questões importantes da atuação desse partido nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Essa análise é necessária, em nível nacional e local, pois parte substancial das organizações revolucionárias, que atuavam em Campina Grande, se originou do PCB. Neste período, o PCB praticava um discurso dúbio que ora atacava, ora defendia, as instituições democráticas. Ao mesmo tempo, sua prática política interna era autoritária, negadora

da ampla discussão política entre seus militantes, mantendo-a restrita à cúpula dirigente.

Importa, também, tratar de outros setores da esquerda brasileira que atuaram nas instituições democráticas, entre 1961 e 1964, e que defendiam a quebra da legalidade constitucional para realizar reformas estruturais na sociedade. O objetivo é demonstrar que, além dos comunistas, os socialistas e nacionalistas também acreditavam ser possível realizar, sem democracia, transformações na sociedade. Tratarei do período após o golpe militar de 1964 quando a esquerda revolucionária partiu para as ações armadas com vistas a derrubar o governo militar e instalar um regime socialista no país.

Aqui, subjacente às minhas análises, vou explorar a ambiguidade da esquerda brasileira que, quando sob repressão ou ameaça golpista de forças conservadoras, reivindica a legalidade democrática; mas quando percebe que, golpeando as instituições democráticas, aumentará a possibilidade de implementar seus projetos políticos, despreza essa mesma legalidade, dispondo-se a organizar e liderar movimentos armados. Importa observar a contradição da esquerda brasileira, principalmente na década de 1960, que, mesmo atuando em instituições democráticas, como o Congresso Nacional, trabalhava no sentido de fechá-las, por vê-las como um empecilho às transformações sociais.

Ainda, neste capítulo, veremos como Campina Grande foi adquirindo os meios que lhe permitiram ser uma cidade com alta capacidade para absorver os movimentos políticos nacionais. O que fez uma cidade, de porte médio do interior nordestino, reproduzir movimentos políticos que aconteciam nos grandes centros urbanos? O que levou esta cidade a abrigar, em menor escala, algumas organizações revolucionárias que atuavam nos grandes centros urbanos do país? Vi-me forçado a fazer um arrazoado sobre o período que vai da redemocratização (1945) até meados de 1968, quando as

condições políticas para que esses grupos atuassem amadureceram. Não pretendo tratar longamente das características da política campinense, mas reunir elementos essenciais para embasar a discussão que será travada no capítulo III.

O tempo das ambiguidades: Atuação Democrática x Organização Revolucionária

A análise da atuação política e da organização interna dos comunistas, nas décadas de 1940 e 1950, nos revelará que o PCB mudou seu discurso, em relação aquele utilizado na década de 1930. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o PCB passou a apresentar um crescente interesse pelas questões da democracia e pela luta política dentro das instituições, o que não quer dizer que ele tenha abandonado de vez as teses revolucionárias. Muito menos que tenha deixado para trás o tipo de estrutura organizacional burocratizada e autoritária, nos moldes do stalinismo soviético. Esse período pode ser definido como o tempo das ambiguidades, pois um partido que não se organiza democraticamente, não terá como atuar de forma democrática na sociedade.

No manifesto *Frente Democrática de Libertação Nacional*, lançado em agosto de 1950, o PCB defendeu que só o enfrentamento entre as classes é que poderia resolver as profundas contradições da sociedade. Fez, também, referências às possibilidades de atuação nas instituições políticas, numa tentativa de se mostrar coerente, já que nas eleições de dezembro de 1945 o PCB lançou candidatos a presidente da República, senador e deputado federal²⁸. A democracia liberal continuava a ser uma “arma na mão da burguesia

28 O candidato a presidente foi Yedo Fiúza e para o Congresso o PCB lançou, dentre outros, Prestes, Jorge Amado, Gregório Bezerra e Carlos Marighella.

para manter o seu poder econômico”, mas, revelando aí uma visão instrumental, os comunistas achavam possível utilizá-la para facilitar a chegada ao poder²⁹. O documento defende, então, questões que são os pilares de sustentação da democracia liberal: “[...] efetiva liberdade de manifestação do pensamento, de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical, etc. [...] completa separação da Igreja do Estado e ampla liberdade para prática de todos os cultos” (CARONE, 1982, p.110).

Contudo, o PCB só assumiu definitivamente sua linha pacifista³⁰ com a publicação da *Declaração sobre a política do PCB de Março de 1958*. Depois de eleito, Juscelino Kubitschek ofereceu ao PCB condições políticas para que ele atuasse, em troca, claro, os comunistas apoiariam o governo de Kubitschek. Assim, o PCB passou a valorizar a constituição e optou pelo caminho eleitoral, sempre enfatizando que para se ter democracia são imprescindíveis mudanças econômicas e sociais, só mudanças políticas não bastariam. O documento é pontuado por frases de efeito, que parecem querer convencer a todos de que a inflexão do PCB é verdadeira. O objetivo principal era deixar claro que o PCB aceitava atuar dentro da legalidade institucional. Interessa ver a capacidade que os comunistas tinham de ir de um extremo ao outro em tão pouco tempo e espaço. Se em um momento o parlamento é o “balcão de negócios da burguesia”, no outro é um “espaço legítimo de luta”. A declaração

29 Esta é uma característica que o PCB deixou de herança para as esquerdas no Brasil, defende-se a democracia como um caminho para chegar-se ao socialismo, e não como um fim.

30 Essa mudança deve-se também as alterações na conjuntura internacional com a divulgação do Relatório Khrushchov denunciando os crimes de Stálin.

apresenta, ainda, uma avaliação da realidade nacional e nesse ponto também é possível encontrar mudanças.

Se na década de 1930 a revolução brasileira tinha um caráter socialista e revolucionário, devido às contradições antagônicas do sistema capitalista, e poderia ser detonada de acordo com os postulados leninistas, agora ela se chamava, genericamente, de pacifista. O PCB sustentava que o Brasil não tinha realizado sequer uma revolução burguesa, que imperavam na zona rural relações feudais e que, nas cidades, o imperialismo norte-americano dominava as relações econômicas. Sendo assim, definiu que o caráter da revolução brasileira seria anti-imperialista, anti-feudal, nacional e democrático, e a estratégia de luta seria a união de todos os setores nacionalistas para, dentro da normalidade institucional, lutarem pela defesa dos interesses e riquezas nacionais. Vejamos o que diz um trecho do documento:

[...] significa a atuação de todas as correntes anti-imperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas [...] as forças progressistas tem interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática (CARONE, 1982, p.181).

A preocupação dos comunistas com a democracia e as liberdades políticas parecia ser mera retórica quando analisamos a estrutura do PCB. Internamente, o partido era pautado por uma estrutura burocratizada e autoritária. Os militantes, dentro do espírito stalinista, eram orientados a não discordar, em nome da unidade e do consenso. Para os que insistiam em defender opiniões divergentes, não restaria outra solução

a não ser a expulsão. José Maria Crispim, membro do Comitê Central, foi expulso sob a acusação de direitismo e traição, por ter discordado do Manifesto de Agosto de 1950, já citado aqui.

Mas, foi na década de 1950 onde o PCB depurou seu stalinismo. Em geral, os argumentos eram relegados a um segundo plano e as acusações e denúncias de prováveis erros e crimes ocupavam o centro das atenções. Os comunistas não estavam convictos de que era possível, e até imprescindível, convencer os divergentes. Na verdade, eles não aceitavam divergências de qualquer ordem. Como exigir esse tipo de atitude de quem foi formado dentro de uma ideologia que não admite o contraditório? Estava consolidada uma forma de pensar que se habituou a eleger verdades absolutas, que viravam banalidades (nas palavras de Poulantzas), para explicar fenômenos políticos. Com esta prática exclusivista, o PCB demonstrava um autoritarismo exacerbado que o fazia colecionar inimigos e que afugentava simpatizantes.

Seguindo os métodos de Lênin, que combatia inimigos com ironias altivas e juízos devastadores sobre condutas e opiniões³¹, os membros do PCB atacavam os que “pecavam” por não serem comunistas. Se o indivíduo não fosse militante, ou pelo menos um simpatizante, perdia qualquer importância como aliado ou mesmo como interlocutor. Konder (1980) relata os desatinos de Osvaldo Peralva, um militante com laivos de intelectual, que em um artigo de 1951, “Os intelectuais que traíram o povo”, acusava o escritor José Lins do Rêgo de ser um traidor da classe operária por ter sido nomeado fiscal do Imposto de Consumo do governo federal. Sem explicar por que, Peralva acusou Carlos Drummond de Andrade de ser um simpatizante de

31 Sobre isto ver as críticas feitas por Lênin a Kautsky, no ponto “A crítica Marxista à democracia política”.

intelectuais nazistas e defensor da bomba atômica. Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda, autor do clássico “Raízes do Brasil”, sobrou à pecha de ser um pelego da falsa Associação Brasileira de Escritores. Rubem Braga foi acusado de ter se vendido ao anticomunismo, por ter sido contratado pelo Escritório Comercial do Brasil em Paris.

Numa época em que a maioria dos intelectuais era funcionário público, ficava muito fácil acusá-los de estarem prestando “serviços ao capitalismo”. É risível que Drummond, com todo o seu lirismo, tenha sido acusado de defender a bomba atômica. É estulto chamar um escritor de “traidor da classe operária” que dedicou sua obra ao regionalismo modernista. O que fizeram de errado esses escritores, aos olhos da ortodoxia comunista, foi se recusarem a integrar o PCB por prezarem a liberdade de pensamento, tão necessária para suas atividades intelectuais. Se um José Lins do Rêgo tivesse se submetido à disciplina cega dos comunistas, talvez não tivesse produzido clássicos da literatura brasileira como *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Fogo Morto*.

Infelizmente, os desvarios de Peralva não eram exceção. Aquele que se atrevesse a criticar o PCB poderia ser alvo de duros ataques³². Luis Carlos Prestes se utilizou da revista “Problemas”, um dos órgãos de divulgação do PCB, para, no artigo “O imperialismo em busca de novos quadros”, investir agressivamente contra Domingos Velasco³³, que tinha afirmado que o PCB se equivocara em 1945-1946 por não

32 Não só poderia, como deveria, pois segundo o Comitê Central era função de um verdadeiro comunista denunciar e criticar os “vacilantes”.

33 Velasco era um socialista que fora deputado em 1934 e cassado, sendo inclusive preso, por se opor à repressão anticomunista desencadeada após o levante de 1935.

ter sabido prever a onda de reacionarismo de 1947³⁴. Jacob Gorender, um dos principais teóricos do partido, chegou a afirmar na *Revista Fundamentos*, de dezembro de 1948, que Jean-Paul Sartre era uma espécie de “assessor filosófico de Nelson Rockefeller”. Um indício de autoritarismo é não aceitar o contraditório, a polêmica. É achar que quem diverge é um inimigo. A história do PCB, nesse período, é repleta de fatos como estes.

No entanto, nada pode ser mais autoritária do que a prática do justicamento – um eufemismo utilizado pelos comunistas para denominar pura e simplesmente a eliminação física de um “indesejável”. Em geral, o justicamento era praticado contra os suspeitos de estarem traindo o partido. Em 1935, Elvira Cupelo (Garota) era namorada do Secretário Geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (Miranda). Após o movimento de 1935, com a dura repressão que se abateu sobre o Partido, eles foram presos pela polícia política de Getúlio Vargas. O Comitê Central desconfiou que os dois pudessem ter se tornado informantes da polícia, baseado em evidências de que muitos militantes presos eram contatos pessoais de Miranda. As suspeitas se intensificaram quando Elvira Cupelo foi libertada sem nenhuma explicação. O Partido, então, a agarrou e a conduziu para um “aparelho”,³⁵ onde ela foi interrogada. No final, os dirigentes não duvidaram da traição do casal. Como nada podiam fazer contra Miranda, por ele estar preso, passaram a discutir o que fazer com ela e a decisão foi fatal: se era uma traidora, teria que ser submetida à justiça revolucionária. Em fevereiro de 1936,

34 Ele referia-se à cassação dos parlamentares e do visto de funcionamento do PCB pelo governo Dutra.

35 Assim era como os comunistas denominavam os locais onde residiam e realizavam atividades clandestinas.

ela foi enforcada e enterrada nos fundos da casa de um dos militantes³⁶.

Em nome da segurança do partido e da causa revolucionária, uma vida parecia não valer muito. Se o PCB agia dessa forma em relação a seus militantes e simpatizantes, o que não faria, caso chegasse ao poder, com os que seriam declarados “inimigos do povo e da revolução”? O autoritarismo chegou a tal ponto que a direção do partido dispunha até da vida de cada militante. Esse fato não ficou sendo uma exceção, serviu de lição para que, nas décadas de 1960 e 1970, a esquerda revolucionária, exercitando as heranças autoritárias que trouxe do PCB, também praticasse atos iguais, como ainda se verá.

Ainda na década de 1950, a relação do PCB com Stálin é um capítulo à parte para demonstrar como os comunistas brasileiros eram infensos à polêmica. No auge da guerra fria, citar Stálin era demonstração de firmeza ideológica, era uma forma de se colocar contra o sistema capitalista e seus líderes. A admiração dispensada ao mestre, o guia e pai de todos os comunistas do mundo³⁷, era ilimitada. Luis Carlos Prestes se referia sempre, na imprensa do Partido, ao “honroso título de stalinistas que todos almejamos”. Jorge Amado, então um jovem escritor, chegou a dizer no livro *O mundo da paz*: “[...] sorrio porque penso que, no Kremlin, ele trabalha incansavelmente para o seu povo e para todos nós [...] seu nome é grito de águia contra os senhores das fábricas, é doce gorjeio de pássaro para os trabalhadores das fábricas”. (KONDER, 1980, p.88).

Só para citar mais um exemplo, na *Revista Nouvelle Critique* (1951) via-se que (SIC): “citar Stálin e Lênin é para

36 No livro *Olga*, de Fernando Morais, existe muitas outras informações sobre esse fato.

37 É dessa forma que o já citado manual de filosofia se referia a Stálin.

um comunista dever de honestidade científica”. Por trás dessa obsessão, escondia-se a necessidade de se evitar os questionamentos que poderiam ser feitos à prática de um homem que era, não só um dos responsáveis pela vulgarização do marxismo, como pela implantação de uma estrutura burocratizada e autoritária na URSS, que o PCB tentava copiar. À medida que existia um distante referencial, justificando determinadas atitudes, nada havia a temer. Como questionar o assassinato de um “traidor” se o “grande líder” permitia fazê-lo em nome dos mais belos ideais? Baseado nos métodos de Stálin é que, por exemplo, na articulação do IV Congresso do PCB (1954), que teria forte tendência à defesa da atuação pacífica, o Partido se utilizou de várias artimanhas para afastar aqueles que insistiam em promover um amplo debate sobre que linha política deveria ser adotada. O hábito era um pequeno grupo decidir e depois submeter (impondo) a todos os militantes. A seleção dos delegados presentes ao Congresso foi arbitrariamente manipulada pela direção.

A maioria dos militantes não teve oportunidade de discutir amplamente sobre os problemas do Partido e não participou conscientemente da elaboração da linha política. No segundo volume de suas memórias, o atuante militante comunista Gregório Bezerra contou como foi eleito para participar do Congresso e como foi impedido de comparecer, logo em seguida, por alguns dirigentes do Partido. Até mesmo quando decidiu se livrar do stalinismo, o PCB agiu de forma autoritária. O chamado processo de “desestalinização” é outro exemplo da estrutura antidemocrática que se mantinha no partido.

Em fevereiro de 1956, o PCUS realizou o seu 20º Congresso e o sucessor de Stálin, que havia morrido em 1953, Nikita Khrushchov, divulgou o famoso *Relatório Secreto Anti-Stálin*, denunciando seus crimes. Esse documento teve

um efeito devastador sobre os comunistas brasileiros³⁸, mas abriu o precedente para que eles se reformulassem, já que, pelo menos na teoria, estavam libertos da dominação do “grande irmão”³⁹. Muitos comunistas ficaram perplexos ao ver que aquele a quem veneraram por quase três décadas era na verdade um ditador, genocida, igual a Hitler, ou talvez pior, se é que isso é possível. Durante sete meses, o PCB se manteve no mais absoluto silêncio. Quando quase todos os partidos comunistas da Europa Ocidental já tinha reconhecido a veracidade do documento, no Brasil, ele era considerado uma falsificação do serviço secreto norte americano para desestabilizar o movimento comunista mundial. O Comitê Central do PCB, primeiro, se recusou a aceitar a existência do relatório e, quando o reconheceu, usou de meios para impedir que os militantes tomassem conhecimento de seu conteúdo. A maioria só o leu por intermédio do Diário de Notícias do Rio de Janeiro, em julho de 1956.

A partir daí não se pode mais impedir a discussão. Num artigo publicado em *A Voz Operária*, órgão oficial de divulgação do partido, João Batista de Lima e Silva disse que “não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças”. O processo de discussão começou, coincidindo com os debates de preparação para o 5º Congresso, com o Comitê Central tentando controlá-lo. Alguns militantes, revoltados com as deformações dos ideais do socialismo e das concepções de Marx no período de Stálin, se insurgiram, acusando o Partido de ter sido conivente ao propagar essas deformações. Alguns preconizaram até a dissolução da

38 Em seu livro autobiográfico, “*Eu fui um revolucionário*”, Agildo Barata relata que sua reação ao Relatório, em uma reunião do Comitê Central do PCB, foi física: ele teve uma crise de vômitos e passou vários dias bastante doente.

39 Outra forma utilizada pelos comunistas para se referirem a Stálin.

organização, mas os dirigentes reagiram de forma autoritária e divulgaram um documento com os temas que deveriam ser discutidos.

Aqueles que insistiram em tratar da questão foram, como de hábito, expulsos. Tentando purgar seu passado autoritário, o PCB usou de meios antidemocráticos, censurando discussões e opiniões. Assim como nos casos de picada de cobra em que se usa o veneno dela para salvar a vítima, o PCB acreditou que, para acabar com seu stalinismo latente, deveria usar do seu próprio veneno, o autoritarismo.

Enquanto uns abandonaram o partido e outros foram expulsos, por se identificarem com a necessidade de uma reflexão em torno da questão democrática e da atuação junto à sociedade, teve aqueles que deixaram o PCB por entenderem que o Partido estava “facilitando uma discussão que só interessava à pequena-burguesia”. Ao contrário do que se possa imaginar, o stalinismo sobreviveu e o exemplo disso é o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1962. Para os seus fundadores, não seria possível sobreviver politicamente sem uma personalidade para cultuar e um modelo revolucionário e de sociedade socialista a seguir.

Enfim, o PCB chegou à década de 1960 defendendo a legalidade e a democracia política e destilando todo o seu autoritarismo interno. Em um espaço de duas décadas só aconteceram dois debates públicos no Partido (1956 e 1960), ambos controlados pela cúpula partidária e que desembocaram na marginalização dos que divergiram das teses defendidas pelo Comitê Central. Aliás, paradoxalmente, as poucas vezes que o PCB se permitiu experimentar a ampla discussão democrática, foi quando ele mais perdeu militantes. O PCB entrou na conturbada década de 1960 indeciso entre ter uma organização democrática internamente ou manter uma estrutura fechada, resguardando os postulados

leninistas. Também não se decidia se deveria lutar por reforma ou por revolução ou se deveria mesmo manter-se como vanguarda da classe operária. O fato é que ele não tinha mais, neste momento, a hegemonia do movimentos de esquerda. Surgiram outros atores políticos.

Reformas, mesmo que seja sem Democracia!

Em que pese meu interesse imediato ser analisar a esquerda comunista, não quero fugir à tentação de observar outros grupos da esquerda que guardam muitas semelhanças com os comunistas, inclusive em relação ao trato para com as questões da democracia política.

Na década de 1960, os vários grupos existentes no cenário político brasileiro apontavam soluções para a crise política e econômica instalada. Direita e esquerda defendiam caminhos reformadores. O interessante é que, se os fins eram diferentes, os meios eram iguais. A esquerda defendia uma revolução socialista e/ou reformas de base. Já parte da direita queria modernizar o capitalismo brasileiro. Mas, ambos defendiam os mesmos meios para atingir seus fins: a mudança da estrutura de governo se daria através de golpes, assaltos aos poder e insurreições. Não se apontavam soluções para os dilemas institucionais e as crises econômicas “por dentro” da democracia. O comum era buscar soluções “por fora” da democracia, indo até ao autoritarismo para fazer mudanças no país. Sobre isso vejamos o que diz Argelina Cheibub em *Democracia ou Reformas?*

De fato, os grupos esquerdistas e pró-reforma buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam

dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas (FIGUEIRÊDO, 1993, p.202).

Nesse período, afora Luis Carlos Prestes, existiam outras lideranças no cenário da esquerda, como Leonel Brizola e Francisco Julião. Eles tinham posições políticas diferentes do velho líder comunista, alocando-se no campo do nacionalismo e do socialismo, respectivamente, mas em uma coisa concordavam: dever-se-ia fazer as reformas de base a qualquer custo, mesmo que fosse sem democracia. Não é a toa que a palavra de ordem dos setores favoráveis às reformas de base era: “reformas, na lei ou na marra”. É preciso não esquecer que, em que pese sua linha legalista, o PCB não excluía a possibilidade de quebra do regime democrático. Ao mesmo tempo em que defendia, de acordo com as Resoluções do 5º Congresso de 1960, o “estabelecimento de amplas liberdades democráticas”, Prestes lançou, em 1964, a palavra de ordem: “golpe com Jango, fechamento do Congresso e realização das reformas de base por decreto”. Mais uma vez, o dilema entre reforma e revolução se apresentava.

O PCB passou os anos da aparente estabilidade política do governo de Juscelino Kubitschek preso a uma linha de enfrentamento armado, mas, às vésperas do golpe civil-militar, adotou o equilíbrio e a moderação. No momento em que o regime estava mais firme, se tentava abatê-lo e, quando estava mais frágil, queria-se defendê-lo. Como se explica tal dubiedade? Para um partido, como o PCB, só se chegaria ao poder pela via eleitoral através da conscientização social já que não dispunha dos meios dos grandes partidos (UDN, PSD e PTB). Assim, a via armada se apresentava como uma espécie de atalho que o livraria de todo esforço político. Quanto mais complexo fosse o caminho democrático rumo ao poder, mais os comunistas defenderiam saídas de força as digressões revolucionárias. Vejamos, então, como alguns setores da esquerda se comportavam em relação à democracia.

Em 1964, Leonel Brizola pregava abertamente um golpe de força, que fecharia o Congresso Nacional, onde ele mesmo atuava como Deputado Federal pelo PTB. Às vésperas do golpe civil-militar, Brizola propôs ao presidente João Goulart que decretasse Estado de Sítio, com o apoio dos setores nacionalistas das Forças Armadas, dos comunistas do PCB e dos sindicatos ligados ao trabalhismo varguista. A ideia era enquadrar os poderes legislativo e judiciário e decretar, num ato unilateral, as reformas de base (FIGUEIREDO, 1993). O que Brizola propunha não era muito diferente do que Getúlio Vargas fez em 1937. Aliás, este foi nosso *modus operandis* – golpear as instituições para se processar reformas. Brizola ainda organizava os “Grupos de 11”, que eram formados por civis armados à espera de um levante – seria uma espécie de brigada brizolista pronta para lastrear a subida do político gaúcho ao poder central do país, independente se pela via democrática ou pelas saídas de força.

O fato é que Brizola almejava ser presidente da República, mas, a legislação eleitoral da época não lhe permitiria ser candidato em 1965, pois ele era casado com uma irmã do presidente João Goulart. Assim, a via golpista era a primeira melhor opção do líder gaúcho, já que a via eleitoral não lhe seria facultada. A saída autoritária que Brizola apresentou a Goulart era a opção que lhe restava ou a única que ele saberia praticar. Com ela, poderia chegar ao Palácio da Alvorada, livre dos trâmites legais, e ainda implementaria as reformas de base, das quais era um defensor em tempo integral. Ao tentar privilegiar seus projetos “por fora” da democracia, ele contribuiu para que todos a perdessem. Paulo Schilling, que foi assessor de Brizola na década de 1960, reconhece que:

[...] o maior erro de Brizola foi sua incapacidade em organizar massas que o sustentassem [...] a organização Grupos de Onze começou muito tarde porque os brizolistas estavam esperando generais nacionalistas para fazer a revolução (FIGUEIREDO, 1993, p.99).

Essa declaração lembra o velho paternalismo dos grupos políticos, de direita e de esquerda, que não viam o povo capaz de realizar reformas. A lógica tenentista se reapresentava – reformas podem ser realizadas de forma muito mais eficientes se feitas pelas Forças Armadas. Não era exatamente isso que os comunistas defendiam em 1935?

Francisco Julião, advogado socialista, era, assim como Brizola, Deputado Federal pelo PSB e líder das Ligas Camponesas. Ao que parece, entrou no Congresso Nacional para, usando um velho chavão da esquerda, “implodi-lo por dentro”. Apesar de suas atividades parlamentares, atuava no

sentido revolucionário. Em 1957, numa viagem a Moscou, ele pediu mil metralhadoras a um general soviético, alegando que elas seriam usadas para formar um exército camponês que lutaria em favor das reformas.⁴⁰ A prática de Julião é recheada de dubiedades. Ele afirmava que tinha sido eleito deputado para lutar pela reforma agrária no Congresso, no entanto, achava que os canais eleitorais e parlamentares eram incapazes de realizar reformas. Dizia ele: “[...] com o regime atual não é possível obter uma reforma agrária radical que dê à terra uma estrutura capaz de satisfazer as necessidades da massa camponesa (FIGUEIREDO, 1993, p. 67)”.

O que faz Julião ser diferente de Brizola, de Luis Carlos Prestes e do PCB é que ele parecia realmente acreditar que um processo de mudanças só poderia ser realizado pelas massas camponesas.⁴¹ Para ele, o processo tinha que ser através da violência revolucionária popular, e não de grupos políticos localizados apoiados pelos setores nacionalistas e progressistas das Forças Armadas. Interessa notar que Julião e Brizola eram deputados federais, mas não pareciam temer algum tipo de consequência caso um golpe de Estado fechasse o Congresso Nacional. Isso mostra o desprezo que esses setores da esquerda tinham para com as instituições políticas do país. A equação da esquerda era bem simples: se o Congresso Nacional não se dispunha a votar as Reformas de Base que iriam beneficiar o povo, devido aos interesses conservadores de grupos ali representados, então a solução era fechá-lo com o apoio das Forças Armadas e, através de decretos, implantar-se as reformas.

40 Em seu *Dossiê Brasil*, Geneton Moraes Neto relata detalhadamente essa operação.

41 Percebe-se, aqui, uma clara influência dos postulados da revolução cubana sobre Francisco Julião.

Eis aqui a mesma tese defendida pelos comunistas em outros momentos históricos. Se o fim era oferecer melhorias de vida ao povo, um fim nobre, diga-se de passagem, então estava plenamente justificado o meio golpista. Só que, ao admitir um golpe para tais fins, a esquerda precisaria admitir, também, que outros grupos poderiam golpear as instituições para defender seus interesses. E foi isso que aconteceu em 31 de março de 1964. Voltarei à análise da atuação e organização dos comunistas. Tratarei do pós-1964, dando ênfase às organizações revolucionárias que se dispuseram a enfrentar o regime militar de armas na mão.

A total negação da Democracia: Golpe militar e Ação revolucionária

A linha do partido era contra a luta armada, e eu queria ação (Antônio Arroxelas)

Após o golpe civil-militar de 1964 e com o “golpe dentro do golpe”, ou Ato Institucional n. 05, de dezembro de 1968, boa parte da esquerda brasileira se convenceu de que, dentro da democracia, era impossível realizar qualquer tipo de luta política e partiu para a ação revolucionária. Veremos aqui como se originaram e como atuaram as organizações, em nível nacional, defensoras da luta armada como forma de derrubar a ditadura militar e implantar o socialismo no Brasil.

Os comunistas entre o pacifismo reformista e a violência revolucionária

A divulgação do Relatório Khrushchov, em 1956, causou verdadeira comoção entre os militantes do PCB e acelerou o processo de divisão interna do partido. Abalados, muitos

comunistas queriam mudar a forma (stalinista) de organização partidária. Mas, a mudança mais sentida foi na linha política. Se até então o partido mantinha algum apego à postura revolucionária, passou a adotar definitivamente uma atitude reformista, como se percebe analisando a Declaração de Março de 1958 e as Resoluções do 5º Congresso de 1960. Na Declaração, se vê severas críticas ao stalinismo e um enfoque mínimo à possibilidade de insurreição armada, coisa que, em outros momentos, é tema central. Os comunistas não a descartavam por inteiro, mas diziam que a tarefa do momento seria a luta pelas reformas de base e por um governo nacionalista e democrático.

Em consequência disso, o Comitê Central, na pessoa de Luis Carlos Prestes, passou a defender a participação dos comunistas nas lutas políticas dentro do campo da legalidade, valorizando, como sempre, os setores progressistas e nacionalistas das Forças Armadas por considerá-los os únicos capazes de barrar as tentativas golpistas da direita. Na possibilidade de um golpe de esquerda, para implementar reformas sociais que o país tanto necessitava, o PCB iria mesmo recorrer as Forças Armadas como sempre se fez desde os tempos do tenentismo. O 5º Congresso do PCB ratificou as teses da Declaração de Março, reafirmando a aliança com a burguesia nacional e o caminho pacífico para a revolução, como se vê, “[...] enquanto existir a possibilidade do caminho pacífico os comunistas tudo farão para transformar esta possibilidade em realidade” (CARONE, 1982, p.234).

É nesse momento que grupos, dentro e fora do PCB, vão argumentar que a análise sobre a realidade brasileira, feita pelo Comitê Central, está equivocada. Isso acontece pelo fato desses grupos permanecerem fiéis aos postulados leninistas e por abandonarem o modelo de transição defendido pelo PCUS, abraçando os modelos de revolução da China e de Cuba. Segundo Hobsbawm (1982, p.234), em

Revolucionários, a questão é que, “tanto a URSS como o PCUS, deixaram de ser uma referência para comunistas do mundo inteiro, inclusive brasileiros, devido à burocratização estatal e ao autoritarismo stalinista”.

É preciso que se diga que esses grupos, questionadores da linha política do Comitê Central do PCB, não deixaram de manter íntima relação com os tais setores progressistas das Forças Armadas. Vejamos que muitos militares que foram expulsos acusados de atividades subversivas, ou mesmo que desertaram do Exército, terminaram por aderir aos grupos revolucionários⁴². É aqui que podemos detectar o surgimento das primeiras tendências⁴³ que, anos depois, já como organizações revolucionárias autônomas, i.e., como grupos compostos de pessoas com os mesmos interesses políticos e ideológicos (baseados em estratégias e táticas de lutas alternativas às adotadas pelo PCB), irão aderir à luta armada como forma de derrubar a ditadura e construir o socialismo no país.

Ainda sobre um conceito mínimo para as organizações revolucionárias, é preciso que se diga que elas possuem uma estrutura independente e que podem ser constituídas de diferentes aspectos, mutuamente independentes. O termo organização ganha conotação específica quando alocado

42 O caso mais famoso talvez seja o do Capitão Carlos Lamarca que, em janeiro de 1969, abandona o 4º Regimento de Infantaria de Quitáuna (Osasco-SP), em que servia, com um farto arsenal de armas e munições, para aderir à organização guerrilheira Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

43 Entendo por tendência, neste contexto, grupos políticos que se formam dentro de um partido ou organização, discordando das posições da direção. Porém, enquanto permanecerem dentro da estrutura da qual discordam são assim denominados por não possuírem independência política.

na década de 1960, a época das revoluções socialistas, por nos remeter a ideia de um pequeno grupo comandando um processo revolucionário, bem ao estilo da tese leninista do partido de vanguarda.

Da realização do 5º Congresso, em 1960, até por volta de 1967, o PCB foi dilacerado pela polêmica (na verdade um falso dilema) que tomou conta da política brasileira. A discussão se dava em torno do que se deveria fazer para resolver os problemas sociais e econômicos do país: uma revolução ou reformas? No PCB, como de resto na esquerda brasileira, essa discussão ganhou o título de “O caráter da revolução brasileira”. Havia os que defendiam que o PCB deveria compor com os vários setores da esquerda e com a chamada burguesia nacional para, através de um processo pacífico de lutas, realizar reformas estruturais, ou reformas de base como se costumou denominar. O que eles argumentavam é que esse processo político/partidário/eleitoral criaria as condições objetivas e subjetivas para se realizar uma revolução de cunho socialista.

E havia os que duvidavam do caráter revolucionário da burguesia nacional, enfatizando que só o proletariado é que conduziria o processo que toma da burguesia a propriedade dos meios de produção. Esses setores afirmavam que o caminho para a transformação seria a violência revolucionária que levaria diretamente, sem cumprir etapas, ao socialismo. A partir daqui, esses dois grupos ficam, simplesmente, sendo denominados de **reformistas e revolucionários**.

Além disso, a conjuntura mundial, dominada pela Guerra Fria, também influencia os debates entre os comunistas. As décadas de 1940, 1950 e 1960 são marcantes em vários aspectos para a sociedade brasileira e para o mundo. Foram décadas de guerras e revoluções. Os movimentos armados na China e em Cuba influenciaram a esquerda brasileira,

chamando atenção para a rapidez com que seus líderes chegaram ao poder e pelos meios usados para isso, a guerra de guerrilha ou guerra de movimentos⁴⁴. Vejamos os postulados básicos desses dois modelos, percebendo, inclusive, as diferenças entre eles, pois isso é fundamental para entender a prática política das organizações revolucionárias brasileiras na segunda metade da década de 1960 e início da década de 1970.

Para os chineses, os camponeses comandariam o processo revolucionário⁴⁵ e a revolução se desenvolveria em duas fases bem nítidas, uma democrática e a outra socialista. Sobre a liderança de Mao Tsé-tung, formularam a tese da guerra popular, revolucionária, prolongada e violenta com o cerco das cidades pelo campo. O exército guerrilheiro seria comandado pelo Partido Comunista e a guerrilha só se desenvolveria após o trabalho político junto à massa camponesa. Os maoístas definiram que os povos do terceiro mundo teriam um caráter revolucionário, ou seja, as revoluções socialistas aconteceriam nos países pobres do mundo. Em que pese defenderem o trabalho político, junto às massas, antecedendo a ação armada, os chineses afirmavam que “o poder nasce da boca do fuzil”, algo semelhante às ideias de Lênin e Trotsky.

Já os cubanos criaram a tese do “foquismo” – uma revolução que começaria com um pequeno foco de guerrilheiros,

44 Existem duas características básicas da guerra de guerrilha que, ao mesmo tempo, servem para defini-la: 1. O tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular; 2. Em geral, os objetivos perseguidos pelos combatentes são mais políticos do que militares.

45 E teria que ser já que, na década de 1940, o proletariado na China era uma ínfima parcela da sociedade.

numa região rural, de preferência montanhosa, para ganhar a adesão da massa camponesa e dos movimentos urbanos, através dos exemplos dados pelas ações armadas. Além disso, o “foquismo” priorizava o fator militar, o exército guerrilheiro, sobre o político, o partido comunista. Para Che Guevara e Régis Debray, sistematizadores da “teoria do foco”, as formas legais de lutas de massas seriam um “beco sem saída” e a ação revolucionária a única solução para a mudança social.

Assim como os chineses, os cubanos também acreditavam ser o fuzil capaz de gerar o poder. No entanto, os cubanos não atribuíam ao Partido Comunista o comando do processo revolucionário, ao contrário dos chineses. Para os cubanos “foquistas” não haveria fases intermediárias no processo revolucionário, o socialismo seria o caminho imediato. Já os seguidores de Mao Tsé-Tung acreditavam que numa espécie de pré-fase democrática as condições revolucionárias, rumo ao socialismo, seriam construídas. Cubanos e chineses concordavam que seus processos revolucionários só se iniciariam quando houvesse as condições objetivas, uma classe que explora outra, conforme indica o marxismo, e as subjetivas, a vontade de efetivar a mudança social. No PCB, muitos receberam essas influências e, com as divergências nutridas com o Comitê Central, promoveram os debates que levaram a uma série de divisões internas.

Comunistas retornam ao caminho da ação armada

A primeira grande divisão do PCB aconteceu em 1962 quando militantes descontentes com a linha pacifista, preconizada pelo Comitê Central, passaram a repelir a luta pelas reformas de base no campo da legalidade, justamente a principal bandeira de luta do PCB naquele momento. Os setores revolucionários do PCB não aceitavam a aliança informal

que Luis Carlos Prestes havia celebrado com o presidente João Goulart em torno das propostas reformista do governo. A aproximação entre o líder comunista e o líder trabalhista visava, dentre outras coisas, apoio incondicional do PCB a uma (provável) incursão golpista do presidente da República desde que este promovesse as tais reformas de base. Ou seja, os comunistas aceitariam que João Goulart reeditasse o Estado Novo getulista desde que colocasse em prática um projeto reformista. Assim, assumiam os riscos inerentes a uma atuação política sob as regras de um governo que teria que reprimir politicamente seus adversários e a própria sociedade.

Os revolucionários do PCB defendiam, claro, a conquista de um governo popular através da luta revolucionária⁴⁶. Assim, surgiram, de dentro do próprio PCB, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Enquanto a primeira reunia as referências trotskistas e aglutinava adeptos nos meios intelectuais, o segundo acusava o PCB de seguir a “linha revisionista dos soviéticos”, adotada após a publicação do “Relatório Khrushchov”. Para o PC do B era preciso retornar ao “stalinismo puro” (seja lá o que isso possa significar) e aderir a tese de uma guerra popular prolongada nos moldes maoístas da revolução chinesa. Ou seja, a ORM-POLOP e o PC do B escolheram, como referências teóricas, modelos e líderes totalmente contrários à democracia política.

Considerando o que já chamei de “as ambiguidades do PCB”, importa ver que justamente quando este partido apontava para a necessidade de uma atuação que fortalecesse as

46 Porém, só a partir de 1967 é que as organizações começam a implementar, de fato, formas de luta armada.

instituições democráticas do país, para se viabilizar reformas, alguns de seus militantes discordaram, devido a uma atitude saudosista em relação às ações revolucionárias da década de 1930. Claro, não se deve desconsiderar a marca da ambiguidade, pois o PCB esperava fortalecer as instituições democráticas considerando a possibilidade de um golpe de força dado pelo próprio governo federal. O PCB nunca abdicou da ideia de que golpes de forças e assaltos ao poder maximizam projetos reformistas e/ou revolucionários.

De tão apegados a seus modelos e teorias os revolucionários do PCB não aceitavam as reformas de base, pois elas eram tidas como um processo atrasado que interessaria tão somente a burguesia nacional. Na verdade, as reformas de base eram extremamente avançadas para o Brasil da metade do século XX e apontavam para a realização de mudanças sociais, econômicas e políticas⁴⁷. Foi com o golpe civil-militar de Março de 1964 que a crise interna do PCB alcança seu ápice. Todos aqueles que não concordavam com a linha política reformista e pacifista vão fazer parte de um amplo grupo denominado, genericamente, de “Corrente Revolucionária” (CR).

Para os membros da CR os graves erros do Comitê Central do PCB foram insistir na linha reformista e pacifista, abandonando a origem revolucionária, confiar na burguesia nacional, supondo que ela estaria disposta a lutar pelas reformas de base, além de acreditar que seria possível fazer mudanças dentro do campo democrático, deixando de incentivar

47 As “Reformas de Base”, defendidas por setores nacionalistas dentro e fora do Governo João Goulart, com apoio do Comitê Central do PCB, tinha propostas como reforma agrária e urbana, tributária, educacional, universitária e administrativa. Algumas dessas reformas nunca foram realizadas até os dias de hoje.

movimentos revolucionários, como as Ligas Camponesas. Tudo isso teria permitido que forças civis e militares dessem o golpe. A CR não buscou entender as causas do golpe civil-militar em bases políticas, sociais e econômicas. Tampouco, analisou os condicionantes externos, devido à conjuntura da guerra fria e o intervencionismo dos Estados Unidos em prol do golpe. Pelo contrário, o Comitê Central teria se limitado a nominar culpados para o que foi considerado como uma (SIC) “humilhante derrota”.⁴⁸

O golpe teria acontecido pela linha reformista e pacifista do PCB, pela política populista do PTB, que “anestesiava as massas”, e pelo os dois terem acreditado que existiria mesmo o chamado “esquema militar” de João Goulart disposto a reagir às atitudes da direita golpista. A avaliação da CR peca pela simplificação, pois o golpe tem implicações várias que extrapolam o campo de atuação de comunistas e trabalhistas, em que pese à crença nas saídas de força golpistas estivessem disseminadas entre a esquerda, assim como entre a direita.

Com a realização do VI Congresso do PCB, em Dezembro de 1967, as tendências revolucionárias recrudescem o debate acerca da necessidade de mudar a orientação política e tática do PCB. O VI Congresso não trouxe inovações e se limitou a reviver as teses do V Congresso, adaptando-as para a nova realidade pós-golpe militar. Suas teses apresentavam a luta contra a ditadura como “expressão atual da luta anti-imperialista e antifeudal” para se obter a independência nacional, o desenvolvimento econômico e a implantação de um regime democrático, tudo isso dentro da “normalidade institucional” (CARONE, 1982). Se é que é possível falar em normalidade quando o país já vivia sob uma ditadura militar

48 Humilhante porque, quando do golpe, os setores políticos atingidos esboçaram tímidas reações.

a quase quatro anos. Mais uma vez, a CR culpava o Comitê Central do partido pelo golpe. Aqui, é nítido o processo de luta interna, onde os dois lados não pensam mais em conciliação. A separação era inevitável.

O Comitê Central tratava os revolucionários como uma excrescência da realidade política do partido. Nesse aspecto não houve qualquer novidade, pois apenas se repetia o antigo erro de tratar os divergentes como inimigos. O problema é que o PCB passou muitos anos defendendo a luta revolucionária e doutrinando seus militantes a se entregarem de corpo e alma a revolução. Quando resolveu mudar, adotando o reformismo político, não o fez a partir de um amplo debate com seus militantes. O Comitê Central não partiu para o convencimento como forma de obter o consentimento. Os “doutrinadores” não queriam mostrar aos “doutrinados” os motivos pelos quais deveriam mudar de opinião. Seria, então, natural que eles não aceitassem essas mudanças.

Os motivos das cisões eram sempre os mesmos: quando uma tendência não concordava com as teses apresentadas pelo Comitê Central era expulsa ou abandonava o partido. O PCB, demonstrando seu intrínseco autoritarismo, tentava sufocar a discussão política em nome de uma suposta unidade ideológica e política do partido. Uma vez fora do partido, a tendência ou corrente, ganhava status de organização revolucionária. Não se assumindo mais como membros do PCB, os militantes revolucionários se sentiam livres para estruturarem suas ações. Interessa ver que, mesmo abandonando o PCB, as organizações não deixavam de reproduzir características como a pouca afeição à discussão democrática e a necessidade/vontade de ser a vanguarda do processo revolucionário.

As cisões originaram algo inédito. Uma série de divisões e subdivisões criaram não dois ou três partidos comunistas, mas cerca de dezoito organizações revolucionárias já num primeiro momento. Entre o final de 1967 e o começo de 1969 o fracionamento pariu um sem número de siglas em busca da revolução. Um intenso processo de fusões e separações fez surgir (pasmem) cerca de 50 organizações até o final de 1972. Interessa notar que elas se separavam para desenvolver as mesmas atividades e defender as mesmas ideias. A quase totalidade das organizações se dedicava às ações armadas⁴⁹ nos centros urbanos e as tentativas de instalar focos de guerrilha na zona rural. Esse processo era orientado por três pontos básicos: o caráter da revolução brasileira, as formas de luta a serem efetivadas e o tipo de organização necessária à revolução. A explicação plausível para essa fragmentação sem precedentes é que as organizações disputavam entre si o posto de vanguarda da ação revolucionária. Como apenas uma organização poderia ocupar tal espaço, as disputas se acirravam ao ponto das cisões serem a aparente solução. O fato é que atores políticos e organizações revolucionárias não aceitavam serem liderados. A luta era para ver quem lideraria o grande processo de transformação.

O momento em que os revolucionários deixaram o PCB para fundar suas organizações pode ser chamado de reedição dos postulados leninistas e da 3ª IC, que estavam adormecidos devido à “moda” reformista. A perspectiva leninista de se autoproclamar vanguarda do processo revolucionário voltou com toda força. O momento era de, seguindo a tendência da

49 As ações armadas, nos centros urbanos, eram atividades como assaltos a bancos e carros pagadores, roubos de armas e sequestros. Elas eram executadas pelas organizações revolucionárias visando aquisição de fundos para manutenção própria e para o financiamento da guerrilha ou propaganda dela.

época, “deixar a teoria de lado e partir para ação”. Não é à toa que Geraldo Vandré cantava nos versos de “Caminhado”: “[...] vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”, ou como nos versos de “Cantiga brava”: “[...] O terreiro lá de casa não se varre com vassoura, varre com ponta de sabre e balas de metralhadora”. (REIS FILHO, 1998, p. 46).

A tese leninista, ou blanquista, do assalto ao poder, que tanto influenciou os comunistas brasileiros na década de 1930, voltou ao centro das atenções, só que agora não mais sob as cores da revolução russa, mas da cubana e chinesa. As organizações armadas incrementaram suas atividades após a decretação do AI-5, que pôs fim as liberdades políticas e aumentou exponencialmente a capacidade repressiva do Estado. Essas ações acabaram em meados de 1974, quando as organizações já estavam quase totalmente destruídas, com muitos de seus militantes mortos, presos ou no exílio. Vejamos agora, mais detidamente, como algumas dessas organizações atuavam e o que pensavam.

As organizações revolucionárias: vanguardas da revolução anunciada

Um dado interessante sobre a Corrente Revolucionária é que ela era formada pelas mais expressivas lideranças do PCB. Militantes como Carlos Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. Todos eles, sem exceção, iniciaram sua militância partidária entre as décadas de 1930 e 1940, eram veteranos de lutas políticas contra a ditadura varguista e alguns atuaram na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas. Apolônio de Carvalho, por exemplo, lutou na Guerra Civil espanhola nas Brigadas Populares Republicanas contra o

exército do General Francisco Franco. Essas lideranças da Corrente concordavam com a falência do modelo defendido pelo Comitê Central do PCB e com a necessidade de se partir para a luta armada⁵⁰. Ao saírem do PCB, levaram farta experiência de atuação político-partidária, além dos muitos militantes de base que, influenciados pela conjuntura rebelde dos anos 1960, desejam unicamente “fazer a revolução”.

Mas, esses experientes comunistas não vão se unir em uma única organização. Devido às divergências sobre que modelo revolucionário seguir, que tipo de organização se ter e qual o caráter da revolução brasileira, eles terminavam tomando rumos diversos. O fato é que não haveria uma organização que pudesse comportar tantas lideranças desse quilate. Sair do PCB significa para estes homens, também, fugir das influências e do poder de Luis Carlos Prestes. Jacob Gorender relata em “Combate nas Trevas” que saiu do PCB por não suportar mais o peso do “prestismo”. Além do mais, cada uma das organizações revolucionárias precisava ter um desses homens, com uma história revolucionária que lhes precedesse, para servir como ponto de atração para os jovens revolucionários.

É assim que Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira fundam a Aliança Libertadora Nacional (ALN) que talvez tenha sido a organização que empregou os métodos de guerrilha urbana mais radicais. A ALN se inspirava no modelo “foquista” cubano. No jornal *O Guerrilheiro*, uma espécie de órgão informativo da organização lançado em 1968, se via os chamados princípios fundamentais de um militante. Eram regras e normas que o jovem comunista deveria seguir se

50 Luta armada é o conjunto de atividades políticas exercidas pelas organizações revolucionárias, que vão desde ações armadas nas cidades até a instalação de focos de guerrilha na zona rural.

quisesse enveredar pelo caminho da luta armada. O principal redator do jornal era o próprio Marighella e ele desenvolvia pontos como “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”; “o revolucionário não pede licença para praticar atos revolucionários e só tem compromisso com a revolução”; “a ação revolucionária como detonadora da conscientização das massas”. Um dos temas prediletos de Marighella era a crítica às estruturas partidárias (do PCB) que teriam levado os comunistas para a linha pacifista e reformista.

A CR foi, então, a porta de saída para muitos militantes do PCB. Jover Telles, por exemplo, aderiu ao PC do B, surgido em 1962 e liderado por João Amazonas, tão antigo quanto Luis Carlos Prestes na atuação política. Os militantes do PC do B começaram a defender a luta armada já em 1958, quando da elaboração da “Declaração de Março”, onde eles tentaram tornar públicas suas opiniões no jornal a “Voz Operária”, órgão de divulgação oficial do partido. O PC do B é um caso exemplar do que chamo de cisão autoritária. O seu surgimento não foi o movimento de uma base de militantes que questionou sua direção. Ele surgiu dentro do próprio Comitê Central do PCB, sendo o resultado de um processo marcado por atitudes autoritárias e pela falta de discussão democrática. O PC do B não surgiu porque seus membros estavam exigindo mais democracia no partido, e sim porque queriam a volta, ou a permanência, dos métodos stalinistas e o uso de uma estrutura partidária mais fechada e mais centralizadora do que já se tinha. Ele não surgiu defendendo algo novo, uma renovação do PCB, mas a volta a um passado que tinha fortes influências da 3ª IC e do PCUS.

Em seu “Manifesto-Programa”, de 1962, o PC do B defendeu a tese do “beco sem saída”⁵¹, que nada mais era do que uma reprodução de teses defendidas pelo PCB entre 1950 e 1954. Em julho de 1963, lançou “Resposta a Nikita Khrushchov”, onde reivindica para si a “herança stalinista”, aquela mesma que setores variados da esquerda afirmavam negar⁵². Ao invés de propor um passo adiante na atuação política, este documento sugeria um passo atrás. A necessidade de avançar nas formas de atuação e organização política cedeu lugar ao mais puro saudosismo stalinista.

Ao contrário da ALN, o PC do B adotou a experiência chinesa como modelo revolucionário e isso orientava sua ação, inclusive quando da efetivação da ação guerrilheira na Região do Araguaia, no Estado do Pará. Ao contrário de muitas outras organizações que defenderam a guerrilha rural, mas que ficaram reféns das ações nos centros urbanos, o PC do B foi bastante coerente com o modelo revolucionário que adotou. Preservou-se, não agindo nas cidades, preferindo montar uma estrutura no campo, nos moldes maoístas da guerra popular e prolongada com o cerco das cidades pelo campo.

Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves, que foram fundamentais no surgimento da Corrente, criaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em uma conferência no Rio de Janeiro em 1968, com a participação de delegados de vários estados da federação, inclusive da Paraíba, como ainda veremos. Essa organização

51 Essa expressão é uma alusão ao discurso de que o capitalismo era um sistema em crescente estado de putrefação e que, portanto, não existia outra saída que não a sua extinção.

52 As informações sobre esses documentos foram coletadas em *Imagens da Revolução*, de D. Aarão Reis (1985).

surgiu tentando fazer um amálgama das ideias revolucionárias que já existiam. Assim, contestava as teses maoístas e o foquismo cubano. Criticava severamente a “subserviência do PC do B à China” e o “foquismo militarizado da ALN”. Nessa tentativa de sistematização, o PCBR defendeu, num documento intitulado *Linha Política* (de abril de 1968), que o caminho da revolução brasileira seria a luta armada e que, no processo revolucionário, se deveria coordenar as várias formas de lutas de massa, pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais.⁵³

Importava bastante para o PCBR se diferenciar do PCB. Assim, ele se colocou contra a invasão do exército soviético em Praga, capital da Tchecoslováquia, em 1968, por entender que o objetivo era reprimir manifestações que questionavam a estrutura autoritária stalinista que o partido comunista tcheco impunha à sociedade. Enquanto o PCB hipotecava apoio à invasão, defendendo o fim da “Primavera de Praga”, o PCBR criticava o que chamava de “deformações stalinistas”.⁵⁴ O debate entre PCB e PCBR, sobre as manifestações feitas pelos jovens estudantes tchecos contra o autoritarismo do governo comunista, foi uma espécie de síntese do debate travado entre reformistas e revolucionários. Luis Carlos Prestes dizia que a repressão praticada pelo Exército Vermelho soviético em Praga não era igual às intervenções militares e políticas que os EUA realizam pelo mundo afora:

A ação das tropas do Pacto de Varsóvia se tornou uma necessidade, a fim de defender o socialismo, seriamente ameaçado.

53 Idem.

54 Idem

Na verdade, o governo e o PC da Tchecoslováquia haviam perdido o controle da situação. Os elementos hostis ao socialismo, apoiados pelos revanchistas da Alemanha Ocidental levantaram-se contra as conquistas revolucionárias do povo tcheco, o que constituía uma ameaça a todo campo socialista, à segurança europeia e à própria paz mundial (ENTREVISTA com Luis Carlos Prestes, dez 1968, p.54).⁵⁵

Como se vê, pela defesa do socialismo (que nas avaliações dos comunistas aparecia hora indestrutível, hora fragilizado) tudo se justificava até atos de força. Em que pese às críticas ao PCB e ao stalinismo, os militantes do PCBR não discordavam dos postulados do marxismo-leninismo e defendiam a violência revolucionária como forma única de se efetivar mudanças. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo. (REIS FILHO, 1985, p.171).

Em outro momento, se percebe o sério desprezo de uma organização do tipo do PCBR em relação a democracia e seus procedimentos. Vê-se que o PCBR tratava as liberdades democráticas como um meio e não um fim, se não vejamos:

Ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um Governo Popular Revolucionário e não a chamada “redemocratização” ou

55 “Entrevista com Luis Carlos Prestes” in: *Realidade*, nº 33, dezembro de 1968. p. 54.

a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como a existente antes do golpe de abril. A luta pelas liberdades democráticas é de grande importância e não significa um fim em si, mas um meio para aglutinar forças contra a ditadura, criar condições mais favoráveis à ação das massas e obter a vitória dos objetivos revolucionários (REIS, 1985, p. 175).

A conquista dos objetivos revolucionários era um fim em si mesmo. Por fim as liberdades democráticas seria uma necessidade, pois elas entravariam o desenvolvimento do verdadeiro processo revolucionário que, claro, seria capitaneado pelo proletariado e por sua vanguarda, o partido comunista. Ao analisar os documentos de várias organizações revolucionárias, contidos na coletânea *Imagens da Revolução*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira, percebi que essa visão contrária à democracia, eivada por um leninismo latente, não era exceção, era uma regra que ninguém ousou subverter.

Em sua maioria esmagadora, as organizações assumiam suas heranças leninistas, senão literalmente, pelos menos através do discurso. Não se discordava da necessidade de haver uma vanguarda que comandasse os caminhos do processo revolucionário. Ninguém olvidava que a violência revolucionária seria a única forma de mudança social, mesmo que se pudesse discutir se a vanguarda teria a forma de um partido comunista ou de um foco guerrilheiro. Tentando ser a negação do PCB, essas organizações seguiram defendendo aquilo que colaborava para fazer do partido de Luis Carlos Prestes uma “estrutura autoritária e burocratizada”.

Temos agora o panorama para alicerçar a análise sobre a organização e atuação dos grupos de esquerda na cidade de Campina Grande, que, juntamente com a discussão sobre a relação que a esquerda tem com a democracia, é objeto desse trabalho. Antes, devo contextualizar a ambiência política onde tais grupos atuavam, elencando elementos que contribuem para que se entenda como foi possível que, em uma cidade do interior nordestino, acontecessem os movimentos e fatos que se via nos grandes centros urbanos do país.

Campina: uma cidade que absorvia a política nacional

Na primeira metade do século XX, Campina Grande se desenvolveu pelos altos índices de produção e comercialização do algodão. Um dos fatores desse desenvolvimento foi a localização geográfica do município. Situada no agreste da Serra da Borborema, posicionada num entroncamento entre sertão, brejo e litoral, Campina Grande tornou-se entreposto comercial, fato que contribuiu para a formação de um centro urbano. A partir disso, já nos anos 1940, se vê em Campina Grande os sintomas característicos de um processo de desenvolvimento: iluminação pública, tráfego regular de veículos, aumento do número de prédios, crescimento populacional, abastecimento d'água, cinemas, colégios e fábricas.

Do ponto de vista das relações políticas, Campina Grande não se diferenciava tanto de outras cidades do interior nordestino. A política local era marcada pela presença de grupos políticos tradicionais que se alternavam no poder, sempre a serviço de seus próprios interesses. Como não existiam os partidos nacionais, cada grupo local/regional criava sua agremiação para poder controlar a distribuição de favores. Em *Morte e Vida das Oligarquias* vemos que “são pequenos partidos organizados, sob o esquema clientelístico, mantendo-se

assim, a forma de autoridade fundamentada na máquina coronelística” (GURJÃO, 1994, p.171). Assim, existiam o Partido Republicano da Parahyba e o Partido Progressista da Parahyba. Foi tentando se libertar dessa ambiência política que a sociedade campinense chegou ao início da segunda metade do século XX.

Como em todo o país, as mudanças causadas pelo final da Segunda Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo alteraram a vida da cidade e trouxeram novos atores políticos para o cenário municipal. Vários setores da sociedade brasileira reivindicam o fim da ditadura getulista, que era associada ao nazi-fascismo derrotado na Europa. Queria-se, também, anistia para os presos políticos, se falava em eleição e até mesmo em uma nova Constituição. Os brasileiros pareciam cansados dos autoritarismos totalizantes, pareciam querer algo diferente, algo que parecesse minimamente com democracia. Os atores políticos nacionais mais relevantes, a exemplo de Getúlio Vargas e de Luis Carlos Prestes, entenderam bem as demandas políticas da sociedade tanto é que passaram a defender eleições gerais.

É dessa maneira que o PCB, além de sindicatos e associações, voltam a atuar na legalidade. Em maio de 1945 a anistia política foi aprovada, libertando os que tinham feito oposição, armada ou não, ao governo ditatorial de Getúlio Vargas. O caso mais famoso é o de Luis Carlos Prestes, que estava preso desde 1935, com o fracasso da Intentona Comunista. A redemocratização brasileira de 1945 encontrou partidos nacionais como União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em processo de organização em Campina Grande⁵⁶.

56 Isto se deve ao fato de, ainda sob a ditadura do Estado Novo, ter-se aprovado o Decreto-lei nº 7.586 de 28/05/1945 (arts. 109 e 110) que

O PCB é um deles, só que inicialmente ele aparece com outra identificação. Primeiro em João Pessoa e logo depois com um núcleo em Campina Grande, surgiu no início de 1945 a União Socialista da Paraíba (USP), que menos de um ano depois passaria a se denominar de **Partido Comunista do Brasil**, com a sigla PCB.

E já é hora de explicar uma questão de aparência semântica, mas que importa para que entendamos os rumos que a esquerda comunista tomou quando do início do seu processo de fracionamento já na década de 1960. O que surgiu em 1922 foi o Partido Comunista do Brasil, seção da 3ª IC. Sua sigla era PCB. No início dos anos 1960, o grupo de comunistas liderados por João Amazonas, que saiu do PCB e fundou (ou refundou, como preferiam dizer) o Partido Comunista do Brasil, adotou a sigla PC do B⁵⁷, existente até hoje. Assim durante cerca de 40 anos tivemos dois partidos políticos com legendas bem parecidas, o PCB e o PC do B.

Para marcar seu aparecimento, no cenário político da cidade, a USP lançou um manifesto no jornal *A Voz Diária*, em 24 de maio de 1945, onde se lê:

O povo de Campina Grande não poderia permanecer alheio à renovação política nacional e mundial, oriunda da derrota

proibia a existência dos partidos regionais e estaduais, dentro do espírito de centralização político-administrativo promovido por Getúlio Vargas.

57 Importa lembrar que o Partido Comunista do Brasil (PCB), surgido em 1922, passou a se chamar de Partido Comunista Brasileiro (PCB) no final dos anos 1940. A estratégia dos comunistas era poder participar dos processos eleitorais lançando seus candidatos por sua própria legenda, sem que fosse necessário abrigá-los em outros partidos, devido à situação de ilegalidade que lhe foi imposta a partir da conjuntura dualista que se formava com a Guerra Fria.

do fascismo e da crescente importância das massas na vida dos povos. Por isso mesmo, acaba de organizar-se o núcleo local da União Socialista da Paraíba, com o fim de, oportunamente, filiar-se ao Movimento Socialista Nacional, liderado por Luís Carlos Prestes (SYLVESTRE, 1982, p.28).

Como se vê, as intenções dos que assinaram o manifesto, em nome de um “Comitê Provisório”, estavam bem claras. Pretendiam, a partir da nova conjuntura política, participar dos movimentos, liderados pelos comunistas, de forma organizada. Mas, inicialmente, eles pareciam ter dúvidas se fariam isso já como militantes do PCB ou de outra maneira. Ao que parece, o trabalho dos militantes da USP começou cedo a render, poucos é bem verdade, dividendos políticos em Campina Grande. Já nas eleições de dezembro de 1945, Yedo Fiúza, candidato a Presidente da República pelo PCB, teve 1.455 votos. Na mesma eleição, Luis Carlos Prestes⁵⁸ e João Santa Cruz⁵⁹ tiveram 1.501 e 1.494 votos, respectivamente. Em 1947, nas eleições para o legislativo estadual, Félix Araújo, ligado ao PCB, teve 885 votos, ficando na 1ª suplência de João Santa Cruz, eleito com 1.654 votos. Considerando que Campina Grande tinha 18.304 eleitores neste período, e que estamos tratando de um movimento

58 A legislação eleitoral da época permitia que um mesmo candidato concorresse a uma vaga tanto à Câmara como ao Senado Federal. Por isso, Prestes foi candidato a senador pelo Rio de Janeiro e a deputado em várias unidades da federação, inclusive a Paraíba.

59 Militante comunista da cidade de João Pessoa, candidato a senador da República.

em formação, essas não deixam de ser, relativamente, boas votações.⁶⁰

Em 1951, Félix Araújo foi candidato a vereador em Campina Grande, sendo eleito em primeiro lugar com 2.797 votos⁶¹. O curioso é que ele não foi candidato pelo PCB, e sim por um certo Partido Libertador. O motivo é que a permanência de Félix Araújo no PCB foi muito curta.

Segundo Sylvestre (1982) em *Lutas de vida e de morte*, Félix Araújo teve os primeiros contatos com o partido comunista e com o marxismo-leninismo alguns anos antes de ir para a Itália, como voluntário da Força Expedicionária Brasileira, para lutar na frente de batalha da Segunda Guerra Mundial. Na volta, participou, sempre em Campina Grande, de campanhas a favor da anistia e do fim do Estado Novo. Com a redemocratização, filiou-se ao PCB e desenvolveu sistemática atuação política na cidade, sendo candidato a alguns cargos até ser eleito vereador em 1951. Mesmo não sendo filiado ao PCB, Félix recebia votos que o Partido dispunha em setores sindicalizados e estudantis e em bairros populares.

O fato é que constantes desentendimentos entre Félix Araújo e a direção estadual do PCB vinham ocorrendo desde as eleições de 1947. O problema é que Félix enfrentava o dilema de ter uma formação cristã e ao mesmo tempo ser membro de uma organização que professava o marxismo-leninismo. Ele estava refletindo sobre a contradição de receber os “ensinamentos da filosofia marxista-leninista, sendo de formação cristã”. (SYLVESTRE, 1982, p.318). Considerando uma sempre manifesta vocação libertária e democrática,

60 Dados do Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Departamento de Imprensa. 1973.

61 Idem.

Félix saiu do PCB para “livrar-se da rígida disciplina partidária”. A saída dele, em outubro de 1948, foi o ápice de uma polêmica travada, pela imprensa, com as “figuras da ortodoxia do PC paraibano”. Na oportunidade ele divulgou uma nota em que justificou seu afastamento nos seguintes termos: “Em face da campanha de calúnia e de injúrias desfechadas pelos comunistas contra minha dignidade pessoal, declaro ao povo paraibano que, por uma questão de honra, desligo-me, neste momento, do Partido Comunista do Brasil - PCB”. (SYLVESTRE, 1982, p.320)

Para não demonstrar fraqueza, e mesmo para que o ato de Félix Araújo não se tornasse um (mau) exemplo, no sentido de demonstrar que a estrutura partidária poderia, sim, ser questionada, a direção estadual do PCB expulsou Félix, em fevereiro de 1950, em um comunicado intitulado *Ao povo paraibano*:

O C.E da Paraíba do Partido Comunista do Brasil dirige-se ao proletariado e ao povo paraibano para comunicar a expulsão de suas fileiras, baseando-se no art. 25 dos seus estatutos, dos seguintes elementos, que, pela sua conduta, se tornaram indignos de pertencer ao Partido da classe operária, ao Partido de Prestes: [...] *Félix Araújo* – Desde há muito passou-se, com bagagens e tudo, para a reação. A Paraíba inteira conhece a sua traição (SYLVESTRE, 1982, p. 319).

Félix Araújo não foi o único a ser expulso nessa ocasião. O documento contém o nome de mais sete militantes. Vê-se, também, que as justificativas para as expulsões são

baseadas em acusações genéricas do tipo “[...] expulso por trair a classe operária”, “[...] expulso por fazer parte do bloco divisionista”, “[...] expulso por sabotar a luta pela paz” (SYLVESTRE, 1982, p.320). Nada a estranhar se lembrarmos que Lênin já praticava este tipo de atitude em, por exemplo, o “Renegado Kautsky”. Era prática comum, as direções nacional e estadual do PCB racionalizarem as expulsões através de questões morais, na falta de justificativas plausíveis. O fato é que, independente das conjunturas e/ou ao sabor delas, o PCB nunca se livrou de sua cultura política stalinista.

Ao saber de sua expulsão, Félix Araújo a rejeitou, contra-argumentando que já tinha deixado o partido em outubro de 1948. Sempre pela imprensa local, ele lançou um manifesto com o pomposo título de *A humanidade em marcha*, no qual os motivos para os desentendimentos, e sua consequente saída, são esclarecidos. Ele critica, não só as posições políticas adotadas pelo PCB, como a forma de organização utilizada pelos comunistas:

Convicto que lhe fugiu, irremediavelmente, a confiança do povo e do operariado; distanciado do real interesse da coletividade pelo esquematismo oficial com que encara seus problemas, desmascarado em sua evidente subordinação à estratégia política da União Soviética, ao pensamento oficial do Cominform; reduzido a um grupo de homens presos entre si pelo medo mútuo, que se fiscalizam uns aos outros em nome da ‘vigilância partidária. [...] O rompimento, em 04 de outubro de 1948, político e ideológico do signatário desse documento com o

Partido Comunista, sua linha sectária, seu oportunismo insincero e suas 'verdades' pré-fabricadas culminou, no plano internacional, com a análise e aceitação, pelo autor, da atitude independente de Tito e a repulsa à indiscriminada perseguição religiosa movida contra católicos e protestantes nos Balkans e, na esfera interna, com o desencadeamento de uma política suicida e antinacional de greves e violências.. (SYLVESTRE, 1982, p.315-316).

Repetia-se em Campina Grande aquilo que já vimos no primeiro capítulo. O PCB paraibano, assim como o nacional, não era afeito à discussão política que considerasse as divergências. Mesmo indeciso entre a formação católica e a filosofia marxista-leninista, os argumentos de Félix Araújo, para sua saída do PCB, não diferem tanto dos que foram utilizados pelos membros da Corrente Revolucionária, como já vimos. A subserviência a URSS, o autoritarismo e a falta de discussão interna faziam os militantes mais liberais deixarem o PCB.

No documento *Ao povo paraibano*, o Comitê Estadual do PCB acusou de traidor da classe operária alguém que questionou sua própria ideologia, por conflitá-la com sua formação cristã, que por certo a maioria dos brasileiros tinha na metade do século XX. Era prática comum, na estrutura partidária dos comunistas, não se aceitar crises existenciais que, lógico, são próprias do ser humano. Aliás, crises não materiais foram sempre tratadas como "fraquezas ideológicas" até meados da década de 60. A partir daí, as organizações revolucionárias, formadas em sua grande

maioria por estudantes, tratavam essa questão simplesmente como “desbunde pequeno-burguês”.

Afastado do PCB, Félix Araújo atuou como vereador até julho de 1953 quando foi assassinado por João Madeira, segurança do então prefeito da cidade Plínio Lemos. Ao que parece, o crime teve implicações políticas, já que Félix Araújo presidia uma comissão que investigava as contas da Prefeitura Municipal de Campina Grande e vinha encontrando irregularidades. Félix era o líder de um grupo de vereadores (a exemplo de Manoel e Petrônio Figueiredo e Dulce Barbosa) que fazia organizada e sistemática oposição ao prefeito Plínio Lemos. Durante muito tempo se achou que Lemos poderia ser o mandante do crime, já que João Madeira era, também, funcionário da prefeitura. O processo que apurava o crime foi arquivado em fevereiro de 1955, sem que o mandante fosse encontrado. O assassino foi preso, sendo trucidado na prisão, numa bastante provável “queima de arquivo”.

Mesmo não sendo objeto desse trabalho é inevitável a associação, e/ou coincidência, do caso do assassinato de Félix Araújo com a tentativa de assassinato do Jornalista e político Carlos Lacerda. Notemos a proximidade dos fatos. O primeiro aconteceu em julho de 1953 e o segundo em agosto de 1954. O rumoroso caso da “Rua Toneleros”, como se costumou chamar, foi o atentado contra a vida de Lacerda, ocorrida em 5 de agosto de 1954 no Rio de Janeiro. Provou-se que o autor intelectual do crime foi Gregório Fortunato, responsável pela guarda pessoal do então presidente da República Getúlio Vargas. Assim, como Félix Araújo, em relação ao prefeito Plínio Lemos, Carlos Lacerda apurava e denunciava irregularidades no governo de Vargas, além, claro, da campanha sistemática que movia para que o presidente sofresse uma ação golpista. Seria no mínimo

imprudente fazer alguma comparação política entre Félix Araújo e Lacerda. Mas, a que se notar que ambos tiveram atuações no PCB, em momentos e locais diferentes, que dispunham de capacidade ímpar para a oratória, para escrever artigos jornalísticos e para liderar movimentos políticos. O fato é que, em boa parte do século XX, se preferiu, na política brasileira, aniquilar os adversários ao invés de lidar com eles democraticamente. Independente disso, o assassinato de Félix Araújo ganhou conotações e proporções políticas. Sendo identificado com as lutas da esquerda comunista, além das manifestações nacionalistas que cresciam pelo país afora, Félix foi transformado em símbolo desses movimentos em Campina Grande.

Na década de 1950, a tese de que o subdesenvolvimento do Brasil era fruto da dependência econômica que o país tinha perante o capital financeiro internacional ganhava adeptos. Vários setores da sociedade começaram a defender que o Brasil deveria se tornar independente, de fato, para ter total alcance sobre suas riquezas e sobre seu desenvolvimento. O exemplo disso foi a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo. Defendendo ideias como essas, surgiram em Campina Grande entidades como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), reunindo deputados de vários partidos, e o Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB), que reunia militares, liberais, comunistas, socialistas e católicos. As teses nacionalistas começaram a ser discutidas, em Campina Grande, através do “Grêmio Literário Machado de Assis”, frequentado por intelectuais de esquerda e seguidores do deputado federal José Joffily, filiado ao PSD e integrante da FPN. O Grêmio serviu de base para a criação, em agosto de 1957, do Movimento Nacionalista Brasileiro - Seção de Campina Grande, que tinha, como o nacional, uma composição heterogênea.

O MNB local participou dos movimentos políticos da cidade de 1958 até o golpe de 1964, notadamente nas eleições municipais de 1959 e 1963. Os militantes do MNB campinense atuavam no sentido de inserir os problemas da cidade no contexto das questões nacionais. Dessa forma, o alvo de suas ações eram as empresas estrangeiras Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro SA (SANBRA) e Anderson Clayton, que possuíam filiais em Campina Grande, e atuavam no processo de industrialização do algodão e do sisal, produtos de importância capital para a economia da cidade.

O MNB acusava essas duas empresas de impedirem que pequenos industriais paraibanos comercializassem seus produtos e de se apropriarem da produção local. Devido a desleal concorrência que promoviam, graças ao poder econômico que possuíam, as empresas criavam problemas para os produtores locais, como a dificuldade de manter e renovar maquinário. Segundo o MNB, “[...] a força monopolista da ‘SANBRA’ e ‘Clayton’ é dirigida também contra os agricultores na imposição dos preços do algodão e do sisal exclusivamente de acordo com interesses estrangeiros” (SYLVESTRE, 1988, p.128).

A seção campinense do MNB se desenvolveu a ponto de criar, em 1958, o jornal *Evolução*, que chegou a circular diariamente no início de 1960. Possuía, também, um programa semanal de rádio chamado “Voz Nacionalista”. Os dois divulgavam as ideias e ações do movimento nacionalista, em nível local, estadual e nacional. O jornal *Evolução* se ocupava, também, do sindicalismo, principalmente o bancário, já que um de seus redatores era presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande. Os apresentadores do programa “Voz Nacionalista” enfatizavam que “numa cidade onde o entreguista Assis Chateaubriand conta com duas

emissoras de rádio e um diário, um programa desse tipo é uma verdadeira arma popular!" (SYLVESTRE, 1988, p.137).

Como era comum desde os tempos do tenentismo, e em movimentos políticos como as revoluções de 1930 e a Constitucionalista de 1932, ou nas ações promovidas pela ANL e pela Ação Integralista Brasileira, ou mesmo nas lutas pela redemocratização em 1945, os estudantes participavam ativamente da política em Campina Grande. Os secundaristas se organizavam em torno do Centro Estudantal Campinense (CEC), do qual voltarei a falar em breve; já os universitários tinham a União Universitária Campinense (UUC) da qual não se tem informações relevantes.

Entre as décadas de 1950 e 1960 o nacionalismo campinense funcionava como uma espécie de caixa ressonância, para a sociedade local, do que ocorria no país. Porém, é na década de 1960 que se percebe bem a característica campinense de absorver os movimentos políticos nacionais. Um bom exemplo foi quando do impasse institucional criado pela renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961. Setores das Forças Armadas, e da sociedade civil, não aceitaram a posse do vice-presidente eleito João Goulart. Criou-se, então, a "Cadeia da Legalidade", liderada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e pela União Nacional dos Estudantes (UNE), para defender a posse de Goulart. Em Campina Grande aconteceram movimentos em defesa da legalidade. O CEC decretou greve geral dos estudantes, que só acabaria quando Goulart tomasse posse, e lançou, junto com sindicatos, o "Manifesto ao Povo Campinense", onde o nacionalismo é a marca. A Câmara Municipal de Vereadores aprovou moção em defesa da legalidade e se declarou em sessão permanente, até que fosse selado o acordo político-militar que permitiria a posse de João Goulart na Presidência da República. (SYLVESTRE, 1988).

Existia no legislativo campinense um bloco nacionalista composto por sete vereadores. Um deles, Ronaldo da Cunha Lima⁶² apresentou um projeto de lei para que o espaço físico entre os edifícios da Câmara dos Vereadores e da Prefeitura Municipal de Campina Grande fosse denominado “Largo da Legalidade”, com posição de um busto de Leonel Brizola. Já o vereador Williams Arruda⁶³, apresentou um requerimento à Mesa Diretora da Câmara Municipal para que as emisoras de rádio da cidade integrassem à “Cadeia Nacional da Legalidade”, sob o comando da Rádio Farroupilha de Porto Alegre. Além dessas ações, durante os dias 26 e 27 de agosto de 1961 foram organizados comícios e passeatas pela cidade contra as tentativas de impedir a posse de Goulart. (SYLVESTRE, 1988, p.187).

A década de 1960 iniciou-se movimentada em todo o país. Eclodiam movimentos políticos e sociais tendo as reformas de base como objetivo central e em Campina Grande não era diferente. Tínhamos um movimento estudantil atuante, a organização de Ligas Camponesas e de grupos progressistas dentro da Igreja Católica, além da atuação de partidos políticos, como o PCB, e de sindicatos, como Bancários, comerciantes e sapateiros.

Entre 1960 e 1968, o movimento estudantil ganhou força devido à atuação do Centro Estudantil Campinense. O CEC foi fundado em 1937 por estudantes que conheceram o Centro Estudantil Cearense, numa viagem a Fortaleza, e resolveram fundar uma entidade análoga em Campina

62 Ronaldo da Cunha Lima foi prefeito de Campina Grande em duas oportunidades, além de governador da Paraíba e senador da República. Foi cassado, por força do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968.

63 Foi prefeito de Campina Grande.

Grande.⁶⁴ Já na década de 1940, os militantes do CEC participaram de manifestações a favor da Redemocratização e da Anistia. Na década de 1950, realizaram passeatas em protesto ao assassinato de Félix Araújo e em favor dos movimentos nacionalistas. Entretanto, foi na década de 1960 que a atuação do CEC se intensificou, principalmente a partir da campanha pela posse de Goulart. Foi a partir disso que o CEC liderou greves contra os aumentos das passagens de ônibus e das entradas de cinemas. Claro, o CEC focava suas atenções nas questões da educação. Assim, organizou movimentos a favor da equiparação do curso básico de comércio ao ginásial e para que os concluintes do Curso Técnico e de Comércio pudessem prestar vestibular para faculdades.

Pelo seu nível de organização, o CEC influenciava, e até mediava, as questões sociais e políticas da cidade, além de “importar” as discussões e movimentos que aconteciam nos grandes centros urbanos do país. Por isso mesmo funcionava como uma espécie de porta voz das demandas e problemas comunitários, sem, no entanto, perder de vista as questões nacionais. Tratava-se de uma entidade com mecanismos e reivindicações específicas, que, ao mesmo tempo, pautava sua atuação pelas lutas políticas nacionais.

O CEC possuía uma espécie de “mini-legislativo” com 21 representantes⁶⁵ que semanalmente se reunia. Esses

64 Esta versão é apresentada por Josué Sylvestre em seu livro já citado. Mas, existe outra versão, não documentada, que diz que os fundadores do CEC resolveram mudar a grafia da palavra estudantil já que o país vivia sob a ditadura do Estado Novo varguista. Os estudantes teriam optado por uma grafia diferente como forma de burlar a vigilância dos órgãos de repressão. Para eles, “estudantil” teria conotação comunista, já “estudantal” remetia a uma entidade esportiva, cultural ou mesmo de lazer.

65 Cada escola secundária de Campina Grande elegia um representante para compor o conselho da entidade.

representantes, que podiam ser ligados a partidos políticos, debatiam ideias e apresentavam projetos. É sintomático que muitos deles tenham enveredado para a política institucional, como é o caso de Ronaldo da Cunha Lima, para ficar em um exemplo. Talvez seja por isso que a entidade fosse chamada, para o bem e para o mal, de “escola de líderes”.

Media-se a relevância do CEC, para a cidade de Campina Grande, pela forma como as eleições para sua diretoria mexiam com a cidade. Os partidos e políticos tradicionais se envolviam na disputa, lutando aberta ou disfarçadamente em prol das chapas ligadas às suas agremiações. Os candidatos à presidência iam às salas de aula dos diversos colégios, públicos e privados, participavam de debates e comícios à porta das escolas ou na Praça da Bandeira⁶⁶. Ainda se faziam passeatas e distribuíam boletins e panfletos, além dos carros de propaganda circulando pela cidade. No dia da eleição, ônibus e automóveis transportavam os “eleitores” dos bairros para os locais de votação.

Após o golpe de 1964, o CEC ainda se manteve atuante até a edição do AI-5. Até meados de 1963, o CEC era, em geral, presidido por estudantes ligados aos partidos e políticos tradicionais da cidade. Mas, com o golpe, ou por causa dele, estudantes de esquerda, ligados em sua grande maioria ao PCB, passaram a dirigir o CEC. Antenada com a conjuntura ditatorial, a entidade se concentrou em ações, como os protestos públicos, contra a ditadura militar. Porém, uma intervenção militar, no início de 1969, fez o CEC fechar suas portas para nunca mais abri-las, até porque muitos de seus

66 A Praça da Bandeira é ponto central da cidade e, nas décadas de 1950 e 1960, era o local das concentrações públicas, fossem políticas ou de qualquer outro caráter.

militantes partiram para outros tipos de atuação política, como ainda veremos.

Além do movimento estudantil, Ligas Camponesas também se organizaram em Campina Grande. A mais relevante delas foi a Liga Camponesa do bairro do Tambor, liderada pela advogada Ofélia Amorim, ligada ao deputado federal Francisco Julião que esteve em Campina participando de manifestações e reuniões. Na região monopolizada por Campina Grande, surgiram Ligas Camponesas, como a de Sapé,⁶⁷ que ficou conhecida em todo o Brasil pelo assassinato de seu líder, João Pedro Teixeira, em abril de 1962. Importa dizer que militantes do PCB, juntamente com membros da Igreja Católica, atuavam politicamente junto às Ligas, como mostra Aued (1986, p.35) na obra *A vitória dos vencidos - o PCB e as Ligas Camponesas*: “Não é simples coincidência que o processo de formação inicial das Ligas ocorreu no início da década de 50, quando o PCB começou a trabalhar no sentido de capacitar teoricamente seus militantes, ou seja, criar quadros para a luta política”.

Havia, também, a ala progressista da Igreja Católica que, sendo coerente com uma prática religiosa voltada para o social, se deixava influenciar pela encíclica “Paz na Terra” do Papa João XXIII, que defendia que a Igreja deveria se voltar para a situação de miséria dos povos do terceiro mundo. Foi pela influência desse grupo que surgiram a organização de esquerda Ação Popular⁶⁸ e os Serviços de Assistência

67 Sapé é uma cidade localizada no agreste, a 70 Km de Campina Grande. Sobre a Liga Camponesa de Sapé, e seu líder João Pedro Teixeira, uma boa fonte é o filme *Cabra Marcado Para Morrer*, de Eduardo Coutinho, narrado quase todo por Elisabeth Teixeira, viúva do citado líder.

68 Analisarei a atuação da Ação Popular no próximo capítulo, pois ela é uma das organizações mais presente em Campina Grande entre as década de

Rural, com uma orientação pastoral e educativa, baseada no método de ensino do educador pernambucano Paulo Freire.

Campina Grande, como todo o país, entrou em ebulição em 1963. Na eleição desse ano, Newton Rique foi eleito prefeito pelo PTB com uma plataforma nacionalista e popular. Rique aprovava as propostas reformistas de João Goulart, embora não concordasse com a atuação radical de Leonel Brizola, e mantinha clara mensagem desenvolvimentista, influenciado que foi pelos economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), onde ocupou o cargo de diretor entre 1960 e 1962. Após a posse de Newton Rique, os nacionalistas da cidade promoveram manifestações em favor das reformas de base e pressionaram os deputados federais do Estado para que votassem a favor delas no Congresso Nacional. Mas, com o golpe, eles foram desarticulados e já em junho de 1964 Newton Rique teve seu mandato cassado por um decreto do governo militar de Castelo Branco. A justificativa para retirar Rique da prefeitura municipal foi acusa-lo de cometer irregularidades nas contas da administração pública, coisa que nunca foi comprovada. (SYLVESTRE, 1988, p.220).

Cassar Newton Rique foi à maneira, bem sucedida, de desarticular o movimento nacionalista campinense. Os muitos militantes do MNB local, que haviam apoiado Rique e participado de sua gestão, na perspectiva de efetivar projetos reformadores, foram afastados da administração municipal, pois o prefeito que assumiu, João Jerônimo da Costa, havia se comprometido com os ditames do novo governo militar. Alguns fatos menores também concorreram para a cassação de Newton Rique. Um deles foi que Rique enviou a João Goulart uma mensagem parabenizando-o pelo “Comício

da sexta-feira 13”, realizado no Rio de Janeiro em favor das reformas de base. Outro foi à mensagem de Rique, também para Goulart, onde o ainda prefeito se solidarizava com o presidente que acabara de ser deposto pelo golpe de 31 de março.

Temos, então, a contextualização necessária que dá lastro para o que vem a ser o objeto central desse trabalho. A intenção era apresentar a ambiência política que permite a análise da atuação e organização dos grupos de esquerda em Campina Grande. Também, precisava recolher elementos, teóricos e práticos, para entender o que faz a esquerda partir para a ação revolucionária, abandonando a perspectiva política no campo democrático. Saber da existência, numa cidade como Campina Grande, de uma entidade que congregava os estudantes, de um movimento nacionalista e de organizações em defesa das reformas de base, além de Ligas Camponesas, facilitará, por certo, o entendimento das motivações de um grupo de campinenses que partiu em defesa da luta armada. Depois de termos entendido que a estrutura organizacional do PCB era autoritária, além de fortemente ligada a um passado leninista, teremos o caminho facilitado para observar o tipo de organização utilizada pelos comunistas entre as décadas de 1960 e 1970.

CAPÍTULO III

Atuação das Organizações Revolucionárias em Campina Grande

Nós nos preparamos para duas coisas: para a vitória e para a morte, mas não nos preparamos para derrota. Esse é o grande problema que aconteceu! (Carlos Eugênio Paz).

As questões políticas já vistas, além de algumas questões culturais das quais ainda me ocuparei, contribuíram para que organizações da esquerda revolucionária, com atuação nas regiões Sul e Sudeste do país, surgissem em Campina Grande a partir da metade da década de 1960. Importa, então, entendermos como uma cidade do interior nordestino, como Campina Grande, pode absorver as influências desses movimentos revolucionários nacionais.

Precisamos, então, verificar se a hipótese de que em Campina Grande não houve ações armadas, por se tratar de uma cidade interiorana, onde “nada acontecia”, se sustenta. Essa foi a justificativa (frágil, por certo) que tanto ouvi enquanto elaborava o projeto de pesquisa que redundou neste livro. Sempre que questionava pessoas,

que vivenciaram ou não a época, sobre os motivos de não termos tido (se é que realmente não tivemos) ações revolucionárias em Campina Grande, ouvia a resposta evasiva e nem um pouco conclusiva. Como o pesquisador não deve se satisfazer com respostas prontas, me concentrei em tentar fazer as devidas perguntas, já que são elas que nos levam às descobertas.

Se as organizações revolucionárias surgidas entre o eixo Rio/São Paulo, com atuação que abrangia outros centros urbanos, queriam realizar lutas organizadas contra o regime militar e por todo o país, quais as que aconteceram em Campina Grande? Ou, dito de outra forma, se as organizações que existiam na cidade não realizavam ações armadas, faziam o quê, então? Como se daria a atuação delas, já que é pouco provável que seus militantes se contentassem em, apenas, realizar demoradas reuniões?

Quais eram as organizações que existiam em Campina Grande, de que forma organizavam-se internamente, como atuavam e quais as linhas político-ideológicas que adotavam? Quais os modelos revolucionários que seguiam?

Campina Grande poderia ter desenvolvido a capacidade de abrigar grupos de militantes que desenvolveriam atividades acessórias às lutas feitas em outras cidades? Poderíamos afirmar que esta cidade se tornou um “ponto de apoio”, ou mesmo de logística, para os que atuavam em outros locais do país? Poderíamos encontrar nela atividades de agitação e propaganda como as que eram feitas nas grandes cidades? Se os grupos locais não seguiam a prática de seus congêneres do eixo Rio/São Paulo/Minas, como agiam, então?

No entanto, antes mesmo de iniciar essa análise, existe uma questão que não posso, não devo, dela fugir: quais os motivos que levaram essas pessoas a participarem das lutas e organizações revolucionárias? Essa discussão importa

na medida em que as questões postas pelas Comissões da Verdade, nos últimos anos, exigem que nos posicionemos. Além do mais existe a possibilidade, remota é bem verdade, de a Lei da Anistia de 1979 ser reavaliada ou revista. Caso isso venha a acontecer, os atores políticos da época, tanto os que eram a favor da “Revolução de 1964” como os que eram contra ao “Golpe Militar de 1964”, deverão se posicionar em outros parâmetros diferentes dos que são realizados pelas Comissões da Verdade.

Por que fazer a revolução?

É, ou foi, costume, entre os que estudam os movimentos políticos das décadas de 1960 e 1970, analisar os motivos que levaram pessoas a defender e desenvolver atividades ligadas às organizações revolucionárias. Por que aderir à luta armada, quando as dificuldades e perigos para a realização desse tipo de atividade eram inúmeros, além de óbvios? Por que a palavra revolução exerceu tanto fascínio sobre tantas pessoas? Por que a plausível possibilidade de ser preso, torturado, assassinado ou ainda exilado não serviu como justificativa para que tantos militantes se afastassem de suas atividades políticas? Porque pegar em armas, se tornar um guerrilheiro, atraía tanto? Sader apud Ridenti (1993, p.166) afirma que,

é preciso ter vivido aquele tempo de infâmia para saber por que teses revolucionárias as mais delirantes nos atraíram tanto. Mais do que no campo da racionalidade política, é no campo dos impulsos de quem queria reagir àquela realidade opressiva que devemos buscar os motivos

que sustentaram os nossos enganos políticos daqueles anos.

Mas, será mesmo que os militantes das organizações revolucionárias, que reagiram armados à opressão imposta pela ditadura militar, foram tão impulsivos assim? Podemos aceitar passivamente que uma pessoa tenha deixado sua vida “legal”, para reagir às infâmias, unicamente pelo ímpeto revolucionário, ou pelos estímulos e incitamentos que a década de 1960 oferecia? Satisfaz chamar esses atores políticos de “aventureiros”? Será que não poderemos ter uma explicação política racional para as atitudes da época? Será que só poderemos tratá-los como **aventureiros de um tempo perdido**, “apenas no grau superlativo” como nos diria o escritor inglês Charles Dickens?

“Era o melhor de todos os tempos, era o pior de todos os tempos, era a idade da sabedoria, era a idade do disparate, era a ciência da fé, era a época da descrença, era a estação da lua, era a estação das trevas, era a primavera da esperança, era o inverno do desespero, tínhamos tudo à nossa frente, não tínhamos nada à nossa frente, em suma, era uma época tão semelhante à atual, que algumas das suas mais espalhafatosas autoridades insistem em ser aceitas, para o bem ou para o mal, apenas no grau superlativo: deuses ou demônios”

Ou então, para sermos condescendentes com a boa vontade deles, vamos chama-los de **heróis de uma revolução**

anunciada, bem ao estilo das ideias de Lênin e Che Guevara que diziam caber ao comunista apressar o que é inexorável e inevitável? Aceitaremos a racionalização de que os tais atos heroicos eram irremissíveis, que a revolução iria acontecer de qualquer maneira? Ou seja, ela estava posta, era enunciada por algum tipo de força superior. Dessa forma, uma vez anunciada, caberia ao militante colocá-la em prática com seu heroísmo? Sobre isso as palavras de Aílton José de Araújo, ex-militante de uma organização revolucionária, do qual ainda irei falar, são reveladoras:

Pois é, eu não acho que foi nem aventureiro e nem herói, era apenas gente que queria fazer a revolução. E ela era palpável e estava na cabeça da gente, era uma coisa inquestionável e que ia chegar a qualquer momento, então o nosso papel era o da pressão, o de apressar a revolução.

Como chamar de aventureiros militantes como Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, dentre outros, que tinham ampla experiência de atuação política no PCB desde a década de 1940? Como chamar de aventura algo que o PCB passou cerca de quatro décadas defendendo enfaticamente?

A primeira questão a destacar é que a revolução socialista era, sim, algo palpável na década de 1960. O exemplo da Revolução Cubana, comandada pelos irmãos Castro, tendo Che Guevara como ícone, eram reais e próximos, geográfica e temporalmente. Ao contrário dos nossos dias, onde revolução é um termo antiquado que nos diz nada, nos anos 1960 “fazer a revolução” estava na ordem do

dia. Considerando esse contexto, prefiro tratar nossos atores políticos revolucionários como pessoas que estavam antenadas com o tempo em que viviam, mesmo que não descuide dos graves equívocos cometidos como ter rejeitado os valores universais da democracia ou ter se afastado da sociedade a qual pretendiam transformar, por privilegiarem as práticas clandestinas⁶⁹.

Sobre as motivações desses atores políticos para se lançaram à revolução ainda é preciso elencar mais algumas questões. Levando em consideração que o conhecimento é condicionado histórica e socialmente, e que o objeto de estudo não é deslocado da sociedade, entendo que o estudioso não pode tratá-lo de forma isenta. Como manter posturas neutras ou distantes, quando o pesquisador é fruto da mesma sociedade onde se desenvolveram os fatos que estuda? Como imunizar a subjetividade que os fatos analisados inevitavelmente trazem à tona? Vejamos o que Löwy tem a dizer (1996, p. 30):

Como o pesquisador em ciências sociais pode se colocar no estado de espírito do químico, se o objeto de seu estudo, o conhecimento da sociedade, é também objeto de um combate político acirrado, onde se enfrentam as ideologias, os “preconceitos passionais”, as concepções de

69 O argumento de que as organizações só partiram para a luta revolucionária, clandestina, como uma reação à prática antidemocrática da ditadura militar (principalmente após o AI-5) é insuficiente, pois uma característica marcante da esquerda comunista brasileira, desde o seu surgimento, tanto em momentos de legalidade democrática como de autoritarismo, foi defender atividades revolucionárias nos moldes leninistas e até blanquistas.

mundo e os interesses sociais radicalmente opostos?

Assim é em relação aos militantes das organizações de esquerda. Eles tomaram o caminho da revolução influenciados pelas coisas de sua época, pois, como diria o historiador Marc Bloch, o ator histórico-político é um homem do seu tempo. É ponto passivo, entre vários ex-militantes que entrevistei, que não se podia ficar alheio as questões políticas, culturais e social da década de 1960. Esse alheamento político que as sociedades atuais enfrentam, era, para o bem e para o mal, proibitivo na década de 1960.

O conhecimento sobre a política ou a cultura de uma sociedade deve ser relativizado de acordo com certa visão social de mundo e/ou de classe, vinculada a um ponto de vista político-ideológico em um dado momento. É por esse viés que podemos entender porque atores políticos tomam esta ou aquela decisão. O que leva os indivíduos, organizados em grupos políticos, a seguirem um caminho “suicida” pode, sim, ser fruto de um cálculo racional, por mais estranho que isso possa parecer. Não cabe, aqui, julgar a opção em si. Na verdade, o papel do pesquisador é analisar as consequências históricas e políticas dessas escolhas. Assim, é que é preciso estar sempre atento para os resultados gerados por essa forma de organização e atuação política.

Esses questionamentos dizem respeito, também, às condições objetivas em que se desenvolveram as lutas políticas e sociais aqui tratadas, já que finalmente parecemos ter nos libertado das amarras ideológicas, teóricas e acadêmicas que nos obrigavam a encontrar relações econômicas de classe em todo e qualquer processo social que estivéssemos analisando. Com isto, claro, não estou negando a existência dos conflitos entre as classes sociais. Apenas não vejo mais como

obrigatório dar a primazia, nas análises, às questões ligadas à estrutura econômica e relegar as políticas e culturais a um segundo plano.

Foi Antônio Gramsci, ao tratar o conceito de bloco histórico na primeira metade do século XX, que provou ser possível trabalhar dando prioridade, também, aos temas políticos, sociais e culturais. Bloco histórico é, para Gramsci (1978) em a *Concepção dialética da história*, um instrumento de uso teórico e analítico com o qual pode se rediscutir questões centrais do marxismo, como a relação entre estrutura e superestrutura, entre forças materiais e ideológicas e, em uma análise mais política, a relação entre força e consenso. Assim, a relação da política com a economia não seria mais de submissão, e sim dialética.

Já nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci trata partidos, sindicatos, organizações e grupos político-sociais como detentores de suas próprias leis de proporções definidas, que variam de acordo com o nível de cultura, de independência mental, de espírito, de iniciativa e de senso de responsabilidade, ou seja, eles atuam influenciados por um conjunto de questões bem mais amplas do que a econômica. (COUTINHO, 1994).

Os atores políticos nem sempre se movem por interesses de classe. É possível que, subjacente às suas atitudes, estejam presentes tais interesses, mas é possível, também, que eles pautem suas posturas por motivos de outra ordem. Desse modo, temos que relativizar o conhecimento em relação a fatores como visão social de mundo e de classe e os pontos de vista político-ideológicos. Para Przeworski (1989), em *Capitalismo e Social-Democracia*, essas questões são importantes para aferir em que medida os conflitos representam este ou aquele tipo de luta social, ou se realmente representam conflitos entre classes:

É óbvio que lutas concretas podem ser analisadas em termos outros que não os de classe; podem ser analisados como lutas entre grupos com diferentes níveis de renda ou graus de autoridade, como lutas entre sexos, raças, grupos religiosos, regiões, grupos étnicos, etc. Assim sendo, um conflito sobre o controle local de escolas, a divisão entre católicos e protestantes ou entre anglófonos e francófonos deveriam ser analisados em termos de classe e, se a resposta for positiva, por quê? E quanto ao movimento feminista? E o movimento dos negros? (PRZEWORSKI, 1989, p.101).

Considero essas questões por não estar convencido de que um jovem de classe média pudesse aderir a uma organização de esquerda “apenas” pela defesa dos interesses de uma classe social. Nem sempre os indivíduos agem como membros de uma coletividade. Eles podem tomar atitudes para atender a interesses próprios, sendo estes contraditórios ou não em relação ao grupo ao qual pertencem. Assim, aspectos da teoria da escolha racional que aceitam ser possível que, dentro de certos limites, os indivíduos sejam dotados de um comportamento estratégico me são válidos na presente análise.

A “Teoria da Escolha Racional” consiste na possibilidade de definir um tipo de comportamento que possa permitir a maximização da utilidade dos interesses individuais frente a um conflito. O que pretendo é substituir as hipóteses abstratas de determinadas teorias econômicas por uma análise mais realista, apoiada em fenômenos políticos e sociais, na

qual os indivíduos não atuam obrigatoriamente por planos preestabelecidos coletivamente, e sim guiados por seus próprios interesses. Aqui, o comportamento dos atores políticos será direcionado para a exigência, racional, de se maximizarem lucros e se minimizarem perdas.

De que outra forma seria possível entender como pessoas que desempenhavam atividades comuns dentro da sociedade, em um determinado momento, lançaram-se em um tipo de luta que envolvia alto grau de risco? Ao privilegiar os motivos que levam os atores políticos a tomarem esta ou aquela atitude, em detrimento das questões de classe, estou, na verdade, trazendo para a análise elementos que poderiam se perder caso estivesse considerando que só se entrava para uma organização revolucionária premido por motivos de classe.

Discordando de Sader (1995), por exemplo, não considero aquele momento histórico um tempo de “delírios inconsequentes”, posto que a revolução político-social era um dado tão real para aquelas pessoas, quanto a revolução nas tecnologias da comunicação nos é em nossos dias. Os interesses imediatos moviam, sim, alguém a enfrentar os perigos e ameaças daquela época. Muitos jovens oriundos da classe média começaram a participar do movimento estudantil, e depois entraram em organizações armadas, para defender seus interesses que a ditadura militar vinha impedindo. As lutas políticas nas universidades, entre 1964 e 1968, eram também associadas aos interesses imediatos dos estudantes. Muitos se envolveram nos movimentos estudantis para protestar contra o aumento das mensalidades e para obter uma vaga em um curso superior, estando aprovado no vestibular. Havia os que, despreocupados de questões financeiras, se envolviam no movimento estudantil para questionar as estruturas arcaicas das universidades públicas,

como a cátedra, que cerceava a liberdade de pensamento. Esses envolvimento levavam, quase sempre, a um processo de politização que poderia, sim, desembocar na aproximação de uma organização revolucionária.

A classe média via o estudo universitário como uma forma de ascensão social. Assim, muitos que se viam impossibilitados de estudar numa universidade, devido ao pequeno número de vagas oferecidas, terminavam engrossando as listas dos chamados excedentes. O movimento estudantil e a mobilização política terminavam sendo uma consequência natural numa época em que isso era uma regra, nunca uma exceção.⁷⁰ Além disso, existia o crescente aumento das mensalidades que onerava o rendimento das famílias de classe média. É que o regime militar, inaugurado em março de 1964, colocou rapidamente em prática uma política de elitização do ensino público superior, que teve nefastas consequências para a sociedade brasileira. Se os estudantes franceses falavam, em maio de 1968, em liberdade, os brasileiros estavam bem mais preocupados com questões materiais, no limite com as coisas da igualdade social.

No entanto, sabemos bem que a classe média, em geral, apoiou o golpe civil-militar, acreditando que assim se livraria da chamada “ameaça comunista”. Foram momentos diversos. Num primeiro, houve o apoio ao golpe, depois (entre 1966 e 1967) houve o instante da hesitação, seguido do breve espaço em que a classe média foi mais consciente e se posicionou a favor das manifestações estudantis de 1968. A fase final desse processo foi quando a classe média voltou a apoiar o regime militar encantada com os êxitos da política

70 Muitas manifestações políticas dos estudantes, entre 1964 e 1968, foram feitas em torno da questão dos excedentes.

econômica durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

Alfredo Syrkis, membro de uma família de classe média carioca e ex-guerrilheiro, relata, em seu livro de memórias *Os Carbonários*, que apoiou o golpe militar porque em 1964 ele e sua família eram lacerdistas⁷¹, anticomunistas ferrenhos e acreditavam que os militares estavam tomando o poder para defender a democracia ameaçada. (1980). Ele nos mostra que começou a mudar de opinião por causa de uma forte influência liberal e por ter percebido que estavam acabando com a democracia e implantando um Estado repressivo e autoritário. Foi a partir disso que ele começou a mudar de lado, indo para o outro extremo:

A partir de 65 tornou-se claro para mim que os militares, que haviam tomado o poder a pretexto de defender a democracia, estavam dispostos a continuar exercendo-o, sem consultar ao povo e afastar todos os líderes civis, inclusive o Lacerda (SYRKIS,1980, p. 25).

Já o relato de Jean Marc Von der Weid, líder estudantil universitário em 1968, a Daniel Aarão Reis Filho no livro *1968: a paixão de uma utopia*, mostra com mais fidelidade como a classe média portou-se em relação ao golpe:

Marchar com “Deus pela família” não marchei não. Mas é fato que apoiei o

71 Seguidores do governador do antigo Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos principais civis a articular, junto com os militares, o golpe de 1964.

golpe, que eu via como um ato de defesa da democracia. Caí, como muitos da minha classe e geração, na propaganda da direita que se dizia democrata e acusava Jango de golpista⁷² (REIS, 1998, p. 117).

O fato é que os governos militares não cumpriram com duas promessas fundamentais para que sempre contassem com o apoio da classe média. Uma, foi a estabilidade econômica, fundamental para quem não se aflige com a pobreza, mas também não se deleita com a riqueza. É que para a classe média conviver com o aumento da inflação, que atinge salários impiedosamente, é o pior dos mundos. Outra questão foi que o regime militar limitou ao extremo a participação política da classe média, via eleições, que as tinha como a manifestação típica de seu status. Como se sabe, o voto é, para essa camada social, elemento decisivo de participação. Ao transformar eleições diretas em indiretas e extinguir os partidos, os militares indicaram que estavam fechando os canais de participação e isso deixou as famílias de Alfredo Syrkis e Jean Marc Von der Weid descontentes.

Esses fatores são indicadores das motivações de jovens da classe média para questionarem o governo autoritário. Partia-se para protestar contra a ditadura por questões práticas: o estudante de classe média ia à rua porque queria uma vaga para estudar na universidade; já o profissional liberal por achar que o custo de vida estava alto e para poder votar. Para Daniel Aarão isto se confirma, já que:

72 Este depoimento foi retirado, como se encontra, da coletânea de entrevistas que ex-militantes do movimento estudantil concederam a Daniel A. Reis Filho e Marcelo Ridente, no já citado livro.

[...] as lutas de 1968 estiveram, sempre que adquiriram dimensão social, estreitamente vinculadas aos interesses imediatos das pessoas [...] A pujança do movimento estudantil e os programas das greves de Osasco e Contagem devem-se a objetivos definidos, compreendidos por todos os que participavam como capazes de alterar – para melhor - as possibilidades de realização de seus interesses mais imediatos (REIS, 1998, p.49).

Apesar da mitificação em torno do tema revolução, que tinha alto poder atrativo, os objetivos definidos, materiais, para se participar de movimentos existiam fortemente. Por último, ainda existe mais um elemento que indica porque os jovens passaram à luta revolucionária. O ápice, em 1968, das manifestações estudantis coincidiu com a decisão das organizações revolucionárias de partirem para a ação. Enquanto milhares de jovens realizavam manifestações nas ruas de grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, a ALN já realizava ações armadas, como assaltos a banco.

É sabido que as organizações tinham no meio universitário um vasto campo de atuação. Muitas eram tipicamente universitárias, como é o caso das Dissidências Estudantis que existiam nos Estados do Rio de Janeiro (DIRJ)⁷³, São Paulo (DISP), Minas Gerais (DIMG), Rio Grande do Sul (DIRGS), Bahia (DIBA) e no antigo Estado da Guanabara (DIGB).

73 A Dissidência do Rio de Janeiro se transformou, entre 1969 e 1970, no Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8), organização que, até o início da década de 1990, ainda existia, pelo menos no Estado de São Paulo.

As Dissidências assim se autodenominavam por terem se originado no interior do PCB. Elas foram parte daquele movimento de questionamento da linha política do PCB que, grosso modo, chamou-se de Corrente Revolucionária e que foi o ponto de partida do processo de cisão entre reformistas e revolucionários.

As dissidências até tentaram se unir, chegando a realizar alguns encontros nacionais. Havia, entre seus líderes, a ideia de formar uma única organização, mas isso não aconteceu devido às dificuldades de articulação causadas pela repressão militarizada. Havia, também, a endêmica indisposição para se aceitar teses divergentes, em que pese as DI's serem foquistas, adeptas do modelo cubano de revolução⁷⁴. As dissidências eram descrentes da viabilidade de qualquer tipo de luta no campo da legalidade política⁷⁵, como foi o PCB na década de 1930, até porque seus militantes seguiam a tese, leninista, de que é a vanguarda quem faz a ação revolucionária. Além disso, defendiam que os membros das organizações permanecessem na mais completa e absoluta clandestinidade, tal qual pensava Louis Auguste Blanqui ainda no século XIX.

Um estudante que participasse de um das tantas passeatas feitas entre 1966 e 1969 teria, inevitavelmente, algum tipo de contato com as ideias e grupos revolucionários que,

74 As Dissidências e Corrente Revolucionária eram a expressão máxima do descontentamento para com a linha política do PCB, sendo que, enquanto a primeira era formada por jovens estudantes universitários, a segunda era basicamente composta por militantes veteranos das décadas de 1940 e 1950.

75 A decretação do AI-5 só confirmou o que no meio revolucionário era uma certeza. Ou seja, para lutar contra a ditadura não se poderia empregar os meios pacíficos defendidos pelo PCB ou alguns procedimentos democráticos defendidos por setores liberalizados.

com suas ações armadas espetaculares, terminavam atraindo muitos jovens. O sequestro do cônsul norte-americano, o assalto a um trem pagador da Rede Ferroviária Federal, em São Paulo, e o roubo de um cofre do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, exerciam um fascínio tal sobre os jovens estudantes que eles terminavam por se convencer de que aquelas passeatas, e o próprio movimento estudantil, não levariam a nada. A própria época, inclusive, facilitava, por ser um momento em que fazer revolução estava na ordem do dia. De posse dessa análise, vejamos agora como se tentou fazer a revolução, citando como exemplo a cidade de Campina Grande.

Como fazer a revolução?

Até aqui, me dediquei a analisar as questões propostas me baseando nas referências bibliográficas recolhidas. Agora, é chegado o momento de “dar voz” aos atores políticos da época. Minhas análises, daqui em diante, serão feitas, principalmente, a partir das entrevistas realizadas com militantes e simpatizantes⁷⁶ das organizações que atuaram na cidade de Campina Grande entre 1968 e 1972.

76 Para efeitos desse trabalho, simpatizante é o indivíduo que não atuava organicamente em um grupo revolucionário, mesmo que mantivesse alguma afinidade político-ideológica com ele. O simpatizante era aquele que, em geral, tinha claro seus limites. Ele sabia que não poderia participar de ações armadas, por exemplo, mesmo que tivesse a firme convicção que deveria contribuir para com a causa. O simpatizante contribuía de alguma forma (financeiramente, por exemplo) para que uma organização pudesse desenvolver suas atividades. Para as ações das organizações em Campina Grande, a figura do simpatizante foi fundamental, posto que não se faziam ações armadas nesta cidade, mas que se desenvolviam

Durante a pesquisa⁷⁷, que deu lastro a este trabalho, foi possível detectar em Campina Grande, no período referido, a atuação de algumas organizações revolucionárias. Mas, o mais importante foi ter descoberto que elas terminaram por definir formas de atuação específicas para o local, mesmo que não deixassem de se relacionar com suas organizações em nível nacional. Essas formas de atuação foram sendo determinadas a partir das especificidades políticas, econômicas, culturais e sociais que Campina Grande oferecia. À medida que for apresentando que grupos eram esses e o que faziam, mostrarei aspectos internos das organizações, inclusive como elas percebiam a questão da democracia política, além do tipo de relação que mantinham com sua direção nacional e/ou regional.

Iniciarei pelo PCB, que mesmo não estando no campo revolucionário na década de 1960, foi base para o surgimento, assim como em nível nacional, de outra organização na cidade de Campina Grande.

PCB: crer no partido ou morrer por ele!

Coincidência ou não, o PCB cresceu em Campina Grande a partir do momento (metade da década de 1950) em que passou a defender uma atuação pacífica e reformista, valorizando a participação nas instituições democráticas, principalmente no parlamento. Com esse espírito, e

uma série de atividades que necessitavam de uma rede de apoios absolutamente confiáveis.

77 Pesquisa que, como foi dito na introdução, englobou entrevistas a ex-militantes de organizações revolucionárias e à consulta em jornais e revistas da época, além do estudo de uma vasta bibliografia que abrange desde a literatura marxista-leninista até as memórias de ex-guerrilheiros.

lastreado por aquela atuação que vinha sendo feito desde a redemocratização de 1945, o PCB elegeu (em 1955) Oliveiros Cavalcanti de Oliveira o primeiro vereador comunista de Campina Grande⁷⁸. Apesar de ter sido candidato pela Coligação Social Trabalhista, composta por PSD e PTB, Oliveiros era membro do Comitê Municipal do PCB e foi, indiscutivelmente, eleito com os votos desse partido⁷⁹.

Os comunistas campinenses atuavam no meio sindical, no movimento estudantil e nas Ligas Camponesas. Como tinham o gabinete de Oliveiros Oliveira na Câmara Municipal, dispunham de certas facilidades, sobretudo financeiras, para promover atividades, como a organização da celebração do 1º de Maio, e para criarem organismos e entidades de defesa dos interesses populares, como Associações de Amigos de Bairro. Além disso, desenvolviam atividades de agitação e propaganda, como o pichamento de muros e a distribuição de panfletos nas portas das fábricas existentes na cidade. Claro, a atividade central terminava mesmo sendo a realização de reuniões e assembleias. Os sindicatos mais atuantes na época, e que estavam sob a liderança de militantes do PCB, eram os dos trabalhadores na indústria, no comércio e nos bancos.

No sindicato das indústrias atuava-se, principalmente, pela manutenção de direitos trabalhistas, como o 13º salário,

78 Depois de cumprir seu mandato de vereador, Oliveiros passou a ser secretário geral da Câmara dos Vereadores de Campina Grande, de onde se aposentou no início da década de 1990.

79 Na época, o PCB encontrava-se sem registro, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, que lhe permitisse funcionar legalmente. A estratégia dos comunistas era filiar seus candidatos naqueles partidos com quem tinham alguma afinidade, nacionalista, por exemplo. Os partidos aceitavam tal estratégia, pois ganhavam votos dos comunistas para suas legendas e candidatos a cargos majoritários.

as férias proporcionais remuneradas e a assinatura da carteira profissional. A estratégia dos comunistas era organizar pequenas paralizações nas fábricas existentes na cidade⁸⁰, através da mobilização que as células do partido, compostas por operários, conseguiam realizar. A orientação do PCB campinense, para seus militantes, era que quem fosse sindicalizado deveria levar para seu sindicato as palavras de ordem do partido, sendo que a recíproca nem sempre deveria ser verdadeira.

No movimento estudantil, os estudantes ligados ao PCB, participaram seguidamente de diretorias do Centro Estudantil Campinense entre 1955 e 1964, bem como de diretórios acadêmicos universitários, como o da Faculdade de Direito da Universidade Regional do Nordeste (URNE) onde, segundo o odontólogo e ex-militante do PCB Antônio Arroxelas, dispunha-se de um núcleo bem organizado para liderar atividades políticas.

O PCB atuava, ainda, junto às Ligas Camponesas, através da ação parlamentar de Oliveiros Oliveira, e com seus militantes que eram membros das Ligas. Segundo Oliveira (1999) “foi nos primeiros anos das Ligas na Paraíba que o PCB conquistou importantes vitórias, como o fim das formas feudais de exploração da terra, como meia, terça, cambão e o pagamento de salários em espécie, através do barracão”. O PCB de Campina Grande deslocava constantemente seus militantes para o trabalho político, na cidade de Sapé, junto aos camponeses da Liga liderada por João Pedro Teixeira.

Foi na atuação junto às Ligas Camponesas onde o PCB local teve contatos com outras organizações e lideranças da

80 Segundo Josué Sylvestre, em *Nacionalismo e Coronelismo*, existiam em Campina Grande, no ano de 1955, 245 fábricas, sendo 71 com mais de 5 operários.

esquerda. No final da década de 1950, Francisco Julião despontara em Pernambuco como a liderança do movimento camponês. Sua atuação contribuiu para que o PCB campinense tivesse contato com as discussões travadas entre reformistas e revolucionários em nível nacional. Como era de se esperar, um grupo de militantes do PCB local aderiu à Corrente Revolucionária. É o próprio Oliveira (1999) quem explica como aconteciam essas divergências internas, em relação à atuação junto às Ligas Camponesas:

No PCB tinha divergências porque Julião era radical e intervinha no processo, provocando a luta armada sem chances de vitória. O partido não se afastava para não perder o contato com as massas, mas sentia que não daria certo. Quando Julião entrou, muitos membros do partido aderiram, era o grupo que defendia a reforma agrária na lei ou na marra⁸¹

Aqui, se percebe a luta pela hegemonia do movimento em torno da reforma agrária e que as ideias revolucionárias estavam causando no PCB local a mesma sangria provocada em nível nacional. Os militantes comunistas locais ainda se incumbiam de outras tarefas mais restritas, como a organização de reuniões orgânicas e o acolhimento de militantes, vindos de outras cidades, para desenvolver atividades ou por estarem sendo perseguidos pelo Estado militarizado. Aliás, mais adiante veremos que esse foi um legado do PCB para as outras organizações revolucionárias da cidade.

81 Oliveiros Oliveira, entrevista com o autor, Campina Grande, 02 de Agosto de 1999.

Antônio Arroxelas conta, em sua entrevista, como acolheu em sua residência um dirigente nacional que veio, clandestinamente e com pseudônimo, para Campina Grande a fim de participar de uma reunião representando o Comitê Central do PCB em meados de 1967. É o que eles chamavam de “descer para dar assistência”. O partido sempre dispôs de militantes profissionalizados que viajavam o Brasil inteiro levando as orientações e palavras de ordem do Comitê Central para as bases.

Os comunistas estruturaram gráficas clandestinas, após o golpe, para confeccionar material de propaganda, boletins e jornais que eram distribuídos na cidade ou enviados para fora. Em duas oportunidades, segundo reportagens do Diário da Borborema, foram apreendidos material de organizações de esquerda em ônibus que se dirigiam para outras cidades, saindo de Campina Grande. Na primeira, foram encontrados livros de autores marxistas que iam de Campina Grande para João Pessoa⁸². Na segunda apreensão se encontrou farto material, como panfletos, jornais do PCB e material de estudo em um ônibus com destino à cidade de Caruaru (PE)⁸³. Em setembro de 1971, o Diário da Borborema trouxe a seguinte reportagem:

Fontes da Polícia Federal, dão conta que todos os seis membros do aparelho terrorista, desbaratado no mês de agosto passado, estão presos incomunicáveis, a disposição da auditoria da 7ª

82 “Material subversivo apreendido no ônibus”. In: *Diário da Borborema*, 25 de Setembro de 1969.

83 “Exército apreende material subversivo no Tambor”. In: *Diário da Borborema*, 24 de Junho de 1971.

Região Militar, no Recife, aguardando julgamento. Eles eram responsáveis pela publicação de um jornal clandestino, 'Voz Operária', de caráter subversivo, que era impresso em Campina Grande e distribuído para todo o Nordeste.⁸⁴

A estrutura orgânica do PCB de Campina Grande se assemelhava a do Partido em nível nacional, como vimos no caso do afastamento/expulsão de Félix Araújo. Existia um Comitê Municipal que se encarregava da direção e as células que se organizavam de acordo com o local de trabalho, estudo ou moradia dos militantes. Nas épocas em que a repressão política estava mais acirrada, as células poderiam ser subdivididas, ou somadas, de acordo com as necessidades de segurança de seus militantes. A discussão era mesmo limitada, tendo em vista as imposições que vinham desde o Comitê Central. Oliveira relata duas oportunidades em que o desinteresse pela discussão coletiva e a imposição de ideias ficaram explícitas:

O partido tinha suas organizações de base, sua direção regional e nacional, mas todas as diretrizes vinham de cima. Em 1950 lançaram o Manifesto de Agosto, e eu fui a uma reunião em João Pessoa para discuti-lo. Lá disseram que quem discordasse seria expulso, que não tinha nada a adicionar e disseram: - "*Dê uma opinião*" E eu respondi: - "*Não*

84 "Terroristas do jornal já estão presos". In: *Diário da Borborema*, 07 de Setembro de 1971.

tem opinião não. Se discutir não vai ser expulso? Então é aceitar". Era crer ou morrer⁸⁵ (OLIVEIRA, 1999).

Na volta dessa reunião, Oliveira se reuniu com os militantes do PCB de Campina Grande e comunicou que existia um documento intitulado *Manifesto de Agosto*. Nele se determinava que o caminho para a transformação social seria a luta armada⁸⁶, que o dever dos comunistas era organizá-la e que não deveria haver nenhuma divergência em relação a isso. Segundo Oliveira, todos aceitaram a diretriz, mas, convencidos de sua nulidade, mantiveram suas atuações em seus respectivos sindicatos, ocupados com as questões trabalhistas. Como muitas outras, essa foi uma linha política adotada sem uma análise prévia da realidade brasileira. Quando perguntado por que os comunistas locais aceitavam isso, por que permaneciam em um partido que não levava em consideração a opinião das bases, Oliveira foi lacônico: "Pela crença e pela fidelidade ideológica". Em nome da coesão partidária tudo era aceito, inclusive o autoritarismo.

Apesar disso, temos aqui indícios da prática que as organizações revolucionárias reproduziram no município, onde cada local teria uma função específica dentro de um processo de luta nacional. Percebia-se as enormes dificuldades para se desenvolver ações armadas em uma cidade do porte de Campina Grande⁸⁷, assim se atuava no sentido de realizar

85 Oliveiros Oliveira, entrevista com o autor, Campina Grande, 02 de Agosto de 1999.

86 Essa foi a última vez em que a defesa da luta armada apareceu explicitamente em um documento do PCB.

87 Ainda segundo Josué Sylvestre, Campina tinha, no início da década de 1960, cerca de 185.000 mil habitantes.

atividades condizentes com a realidade local. Essa “rebeldia cordial” dos militantes do PCB, de não rejeitarem uma diretriz ao tempo em que nada faziam para cumpri-la, foi algo que influenciou a ação de outros comunistas algum tempo depois.

Em relação à atuação do PCB campinense após o golpe de 1964, pode-se dizer que a adoção da linha reformista e pacifista, contrária às demandas revolucionárias, foi fundamental para que não se realizassem ações armadas em Campina Grande⁸⁸. O PCB considerava aventureirismo fazer ações armadas em qualquer lugar do país e, até meados de 1968, conservava a posição de maior organização de esquerda da cidade. Os comunistas do PCB afirmavam em um documento, feito logo após o golpe, que se um movimento armado não tem condições de vitória, é uma aventura, e não uma ação científica. Por ação científica entenda-se algo que tivesse condições de se efetivar baseado na realidade social, política e econômica do país. O documento explicita que: “... se não for assim, é uma aventura ou um apressamento.”⁸⁹ A nítida ascendência do PCB sobre a esquerda de Campina Grande a influenciou no sentido de frear os ímpetus revolucionários de alguns de seus militantes.

O fato é que, partir de 1964, já existiam em Campina Grande algumas condições necessárias para que as ações armadas acontecessem. Havia um comércio bem estabelecido e uma indústria com certo nível de desenvolvimento,

88 Os dezessete entrevistados me afirmaram não ter conhecimento de ações armadas em Campina Grande. Assim como os dois jornais pesquisados também não trazem reportagens sobre isso.

89 Cópia de um documento sem título e sem data que me foi gentilmente cedida por um dos entrevistados.

além de agências bancárias.⁹⁰ Como se sabe, bancos e indústrias eram alvos prioritários das organizações em suas ações armadas. Mesmo que os militantes locais não pudessem realizá-las, para não se exporem, as organizações, através de suas direções regionais, poderiam ter enviado pessoas de fora com a incumbência de realizarem as chamadas ações de expropriação e depois retornarem para seus locais de origem, como Recife, onde se tem notícia de vários tipos de ações de expropriação. Apesar dessa influência, ou por causa dela, a relação entre o PCB e as outras organizações existentes em Campina Grande era conflitante. Se o PCB queria controlá-las, valendo-se de sua importância histórica, elas não aceitavam esse controle pelo pouco respeito que tinham a linha política pacifista e reformista do PCB. A questão central era em relação à luta pela hegemonia nos movimentos:

A gente discutia e participava juntos de atividades como greves e passeatas, mas sempre havia aquela desconfiança recíproca. Nós desconfiávamos deles por causa da defesa da luta armada e eles porque achavam que a gente queria a hegemonia do movimento, e queria mesmo, eles tinham razão.⁹¹

Para Oliveira, isso acontecia por causa do personalismo no processo revolucionário. Todos desejavam ser a vanguarda

90 Josué Sylvestre mostra que, em 1964, existiam na cidade de Campina Grande 14 agências bancárias e 06 casas de crédito.

91 Oliveiros Oliveira, entrevista com o autor, Campina Grande, 02 de Agosto de 1999.

dos movimentos, bem ao estilo leninista. No movimento estudantil universitário campinense, era mais comum haver o afastamento entre os grupos do que a tentativa de aproximação política para aparar arestas teóricas e práticas. O exemplo disso é a relação entre o PCB e Ação Popular. As duas organizações tinham um bom espaço de atuação, mas sequer sentavam para dialogar. Nesses conflitos, muitos acusavam o PCB de ser um partido imobilista. Aliás, esse tipo de crítica não era só externo, pois seus próprios militantes acusavam a direção de ter caído na inércia devido à linha política reformista e pacifista. Sobre isso, é sintomático o depoimento de Antônio Arroxelas, que diz que na célula onde ele atuava a única atividade política era se reunir frequentemente para ler e discutir a “Voz Operária”, jornal do PCB de circulação mensal na década de 1960. Em um tempo em que a prática revolucionária era algo que tanto atraía os jovens, reunir-se para ler um jornal deveria ser causa de muitos problemas, se não, vejamos:

Era um absurdo! Se reunir pessoas todas elas visadas, todas fichadas e a noite, em apartamentos nossos para ler a Voz Operária e discutir as diretrizes dela. Podia todo mundo ser preso em troca de nada. E eu achava que deveria ter uma ação maior, que nós deveríamos ler um manifesto na Rádio Borborema e criar um determinado impacto⁹²(ARROUXELAS, 1999).

92 Antônio Augusto Arroxelas, entrevista com o autor, João Pessoa, 23 de Julho de 1999.

Esse estado de coisas contribuiu para que, a partir de 1964, o PCB campinense enfrentasse várias cisões que faziam com que militantes abandonassem o partido, e a própria atuação política, e que contribuíram para o surgimento de organizações como o PCBR.

PCBR: organizando-se para apoiar a luta armada

Em 1964, dois estudantes de engenharia criaram, em convênio com a direção do Cinema Capitólio, o “Cinema de Arte” de Campina Grande que deu origem ao “Cineclube Glauber Rocha”, criado em 1967. Sob pretexto de assistir filmes de arte, produzidos na Europa, e as produções do “Cinema Novo”, principalmente do cineasta que dava nome ao cineclube, intelectuais, estudantes, professores universitários e profissionais liberais se reuniam para discutir as questões políticas e culturais do momento. O Cineclube Glauber Rocha, que tinha, inclusive, um programa de rádio semanal chamado “Sétima Arte”, passou a ser a forma legal de expressão que o movimento de esquerda campinense dispunha, já que o CEC e os sindicatos estiveram sobre severa vigilância dos órgãos de repressão até serem definitivamente fechados.

Aliás, esse era o *modus operandis* em outras cidades. Em João Pessoa havia o “Cineclube Linduarte Noronha”, que funcionava nas dependências da Faculdade de Educação e reunia um público ávido por cultura e, claro, por discussões políticas. Além do movimento cineclubista, os Festivais de Música produzidos pelos canais de televisão, a produção teatral da época, além de vários outros tipos de manifestações culturais, tiveram importância capital na formação política de muitos jovens, como nos mostra José Dirceu, em *Abaixo a ditadura*: “[...] fundamos um cineclube na faculdade, que fez

o maior sucesso e deu assunto para noites intermináveis de reflexão e debate. Aí começaram as discussões políticas, as definições ideológicas e a necessidade de participação” (DIRCEU, 1998, p. 53).

Como muitos estudantes não tinham uma atividade política e cultural ao entrar nas universidades, os cineclubes adquiriam a função de suprir essa carência, pela capacidade que tinham de aglutinar pessoas. Através das obras cinematográficas se tratava da conscientização e da discussão política. Os cineclubes passaram a cumprir parte do papel das entidades estudantis, como a própria UNE, que foram sendo colocadas na ilegalidade logo após o golpe de 1964. Sem as entidades, que sofriam intervenções das Reitorias das universidades, os cineclubes funcionavam como válvula de escape para as insatisfações políticas de toda sorte até que começaram a ser sistematicamente fechados a partir de 1969.

Ainda dentro da questão cultural, como forma de incentivar a atuação política dos jovens, podemos ver na cidade de Campina Grande outros equipamentos culturais. Entre 1964 e 1974, a cidade possui duas universidades⁹³, quatro cinemas, além do já citado cineclube, um teatro, uma Escola de Arte, a Associação Campinense Pró-Arte e o Museu de Arte, pertencente à Universidade Regional do Nordeste, fundado em 1967. Havia, ainda, a Comissão Cultural do Município, responsável pela edição do “Jornal de Arte” que realizava atividades nas áreas de teatro, música, cinema e literatura. Nesse mesmo período aconteceram vários eventos culturais. A I Semana de Cultura Universitária de Campina Grande

93 Além da já citada URNE, que deu origem a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) existia a Faculdade Politécnica, que depois transformouse no Campus II da Universidade Federal da Paraíba.

(1964) e o Festival Bossa 1 (1966) são bons exemplos. Esses meios e eventos culturais serviram de canal para trazer para cidade à agitação cultural e política existente no Brasil. Sobre isso, vejamos o que diz o escritor, músico e compositor campinense Bráulio Tavares:

Era um período estimulante, que nos dava uma ansiedade de saber tudo o que estava acontecendo, e uma sensação de que fazíamos parte do mundo. Campina foi nos anos 60 um centro de lançamento de movimentos de vanguarda, como o Poema Processo. Depois da criação do Museu de Arte, as artes plásticas tiveram um avanço muito grande. Nós tivemos movimentos de cineclubes e cinemas de arte, além de festivais de violeiros, criação de revistas literárias, realização de festivais e shows de MPB, além do Festival de Inverno. Tudo isso nos dava a sensação de que a cultura brasileira e mundial estava ao nosso alcance, de que nós fazíamos parte desse mundo e tínhamos a possibilidade de interferir nele⁹⁴.

Com as influências demandadas pelo Centro Popular de Cultura da UNE, os estudantes campinenses organizavam suas atividades culturais com um forte cunho político e ideológico, como não poderia deixar de ser. Há ainda outro fator que contribuiu sobremaneira para incentivar movimentos

94 Bráulio Tavares, entrevista a Noaldo Ribeiro. Jornal da Paraíba em 03 de Novembro de 1996.

políticos na cidade, principalmente após o golpe militar. É que havia em Campina Grande uma imprensa bem estruturada. Basta ver que, em 1964, a cidade dispunha de três emissoras de rádio, um jornal impresso diário e um canal de televisão.⁹⁵

Vladimir Palmeira, também em entrevista a Daniel Aarão, avaliou o porquê da irradiação dos movimentos estudantis de 1968 pelo país. Para ele a modernização dos mecanismos de informação contribuiu bastante. O período em questão, segunda metade da década de 1960, é marcado pela expansão dos grandes meios de comunicação, em especial a televisão, mas também as revistas de circulação nacional, além do rádio que tinha seu espaço garantido na maioria dos lares brasileiros. A Revista Realidade, pertencente ao Grupo Abril Cultural, que circulou nacionalmente entre abril de 1966 e março de 1976, trazia, com frequência, reportagens sobre os movimentos políticos nacionais e internacionais. Em julho de 1968, por exemplo, a revista chegou às bancas de jornal com uma reportagem intitulada “Eles querem derrubar o governo”, onde se pode ler sobre greves, passeatas, reuniões e até invasões de universidades promovidas por militantes do movimento estudantil do Rio de Janeiro. Em outra edição, ainda no mesmo mês, a revista trouxe uma entrevista com Luis Travassos, que, segundo a ex-militante da AP, Ana Rita Almeida, esteve em Campina Grande algumas vezes para participar de reuniões. Nas matérias, se abordavam questões como as manifestações públicas dos estudantes, a representatividade nacional da

95 Josué Sylvestre informa que a TV Borborema, que pertencia aos Diários Associados de Assis Chateaubriand junto com a Rádio e o Diário da Borborema, era, na época, o único canal de televisão do Estado da Paraíba e de todo o interior nordestino.

UNE, os encontros promovidos pela entidade, a necessidade dos estudantes questionarem a política educacional do governo militar e a luta dos estudantes europeus.

A TV Borborema recebia e transmitia, para toda a cidade, imagens vindas do Sul e Sudeste do país, coletadas pela extinta TV Tupi. O Diário da Borborema, fundado em 1957, trazia constantemente reportagens sobre as questões nacionais. Durante quase todo o ano de 1968, o jornal noticiou os grandes fatos da política nacional, dando especial atenção às manifestações estudantis. Com a decretação do AI-5, o Diário da Borborema teve que mudar completamente sua linha editorial sob pena de não mais poder circular. Na edição de 30 de março de 1968, o DB noticiou a morte, ocorrida dois dias antes, do estudante Edson Luis, que fora assassinado no Rio de Janeiro por policiais militares durante um choque com estudantes.⁹⁶ O DB relatou várias passeatas que aconteceram no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre abril e junho de 1968. Cada vez que uma liderança estudantil era presa, em uma dessas manifestações, o DB não se furtava em noticiá-la em matérias de primeira página. O jornal falava, também, do que faziam os estudantes em Campina Grande:

Os estudantes universitários e secundaristas de Campina Grande foram às ruas, na manhã de ontem, em movimento pacífico, realizando passeatas e comícios de solidariedade ao líder estudantil Vladimir Palmeira, preso recentemente na Guanabara⁹⁷.

96 Esse fato serviu de estopim para os movimentos estudantis de 1968.

97 “Estudantes na rua protestam contra a prisão de Vladimir Palmeira”. In: *Diário da Borborema*, 14 de Agosto de 1968.

Essas informações influenciavam estudantes e militantes campinenses, como não poderia deixar de ser naquela conjuntura extremamente agitada. O que acontecia no Rio de Janeiro e em São Paulo era logo sabido em Campina Grande. Isso fazia com que os estudantes percebessem que os problemas enfrentados lá eram os mesmos enfrentados localmente e buscassem, também, se manifestar. Vejamos, mais uma vez, o que diz Vladimir Palmeira:

[...] pela primeira vez, em função da modernização dos meios de comunicação, você tinha uma coisa nova: um movimento num estado agitava o outro. Funcionava em cadeia. Mesmo quando criticava, a grande imprensa não deixava de divulgar. O fato do cara de Sergipe ler o que estava acontecendo no Rio ou no Amazonas, ajudava o movimento a se articular. A agitação de massas em 1966 começa de fato com um ato em Minas, um desfile de calouros. A repressão, divulgada pelos jornais, estimulou passeatas de solidariedade em todo o país (REIS FILHO, 1998, p. 100)

Todas essas questões contribuíram para aumentar as insatisfações em relação ao regime militar, claro, mas, também, em relação à prática política pacifista e reformista, dita imobilista, do PCB. Com as discussões para o VI Congresso, em 1966, os militantes do PCB campinense foram apresentados oficialmente às duas posições divergentes - uma que defendia o caráter nacional e democrático da revolução e, outra, que propugnava o caráter socialista do processo

de transformação social. Alguns militantes ficaram, então, sabendo da existência da Corrente Revolucionária e da Dissidência Estudantil. O PCB estadual organizou uma conferência, com a presença de comunistas campinenses, para discutir as teses ao VI Congresso e indicar os delegados que dele participariam. Foi aí que uma parte dos militantes, simpáticos às teses da Corrente, manifestou suas opiniões e, ato contínuo, se retirou do Partido.

Foi nesse momento que surgiu o núcleo do que, pouco tempo depois, seria o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) de Campina Grande. Segundo o professor universitário Rômulo Araújo, membro do Comitê Municipal e secretário estadual de organização do PCB:

A partir da conferência estadual nossas posições ficaram insuportáveis dentro do PCB, a ponto das reuniões locais começarem a se realizar sem a nossa presença e de me oferecerem uma viagem a União Soviética para terminar o 2º grau na Universidade Patrício Lubumba.⁹⁸

Rômulo tinha-se tornado um “indesejável” no PCB, por discordar da linha política do Comitê Central. Neste caso, a solução encontrada pelos dirigentes estaduais foi “enviar” o “indesejável” para a URSS onde ele passaria por um processo de “reeducação política”. Dirigentes afirmavam que essa era a maneira de tirar as ideias revolucionárias da cabeça do militante. Rômulo não aceitou a proposta, abandonou o PCB, e viajou para o Rio de Janeiro onde participou,

98 Rômulo Araújo, entrevista com o autor, Campina Grande, 01 de setembro de 1999.

no início de 1968, como delegado, da Conferência Nacional que fundou o PCBR. Neste ato estavam presentes lideranças como Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves. Ao retornar para Campina Grande, Rômulo Araújo trouxe consigo um cargo no Comitê Central do PCBR e outro num Comitê Regional, responsável pelas atividades no Nordeste, sediado em Recife.

Ao contrário de Rômulo, o também professor universitário Aílton José de Araújo, que foi membro dos comitês municipal e estadual do PCB, aceitou ir para a URSS, ficando um ano inteiro por lá, onde fez um curso sobre partidos e organizações políticas. Ao que tudo indica os soviéticos não conseguiram “reeducar” Aílton Araújo, pois quando ele retornou para Campina Grande, em outubro de 1967, foi logo rejeitando as teses reformistas do Comitê Central e simpatizando com as ideias revolucionárias da Corrente. Em seguida, Aílton aderiu ao PCBR. Segundo ele, o período entre a sua volta da URSS e a saída do PCB foi extremamente complicado. Os líderes passaram a tratá-lo como um traidor, por considerarem que ele tinha uma “dívida de gratidão para com o Partido” por este ter “investido em sua formação política”. Dizia-se que ele não tinha o direito de ficar contra as teses do Comitê Central. Aílton terminou sendo expulso do PCB, racionalizando dessa forma sua saída: “Eu queria radicalizar e o Partido naquele marasmo. A direção era contra a luta armada e houve um racha e como eu estava incompatibilizado com ela, viviam me acusando de pertencer a CIA e de ser trotskista, e eu terminei sendo expulso”.⁹⁹

Temos, então, mais uma demonstração de como agia o PCB local para dirimir suas divergências internas. Assim

99 Aílton José de Araújo, entrevista com o autor, Campina Grande, 06 de Agosto de 1999.

como nas décadas de 1940 e 1950, era mais fácil tratar um militante, que discordava da linha política do Comitê Central, como um agente da CIA ou um trotskista, como se fossem a mesma coisa, do que buscar a discussão para obter o convencimento político. Ainda segundo Aílton, o PCB era um partido de estrutura rígida e que fazia uma louvação incondicional ao regime socialista soviético sendo a favor de atitudes autoritárias, como a invasão de Praga, capital da Tchecoslováquia, por soldados do Exército Vermelho russo.

O PCBR se organizou em Campina Grande através das bases estudantis, dos profissionais liberais e de alguns poucos operários. Desde o início a intenção era montar uma estrutura local que servisse de apoio para a luta armada contra a ditadura militar, o que, segundo eles, não tardaria em acontecer. Foi assim que os militantes passaram a organizar reuniões e a montar uma estrutura que permitisse uma atuação assessoria às atividades armadas, como receber militantes perseguidos ou adquirir material, munição por exemplo, no comércio local, que era enviado para Recife. Sobre isso nos diz Aílton: “Não chegamos a atuar em luta armada, a gente era apenas apoio, dava apoio àquelas pessoas que estavam lá na frente de batalha mesmo, participando de confrontos com o regime militar.”¹⁰⁰

Mas, essas organizações vinham se estruturando em uma visão político-militar e tinham como objetivo se armarem para enfrentar a ditadura. Em situações como essas era preciso definir onde os embates iriam acontecer, mesmo que na forma da guerra de movimentos. Também, tinha-se que ter os locais para os recuos estratégicos das organizações, onde poderiam reunir forças, tratar de militantes feridos, cuidar da logística do grupo, etc.

100 Idem.

A ALN não tinha militantes atuando em Campina Grande, apenas alguns poucos simpatizantes. É que ela tinha reservado para a região Nordeste “a função de recuo estratégico e local de passagem”, já que pretendia organizar seus focos guerrilheiros na região Centro-Oeste do país, assim como fez o PC do B com a Guerrilha do Araguaia.

Segundo Carlos Eugênio Paz, ex-guerrilheiro que comandou a ALN após a morte de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, sua organização definiu que ações armadas, para adquirir fundos para a guerrilha rural, só seriam feitas em centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, já que essas cidades ofereciam as reais condições para uma vida clandestina. As cidades menores teriam a função de apoio. Mesmo algumas cidades grandes, como Porto Alegre, seriam resguardadas por terem funções específicas. No caso da capital gaúcha, serviria como rota para militantes entrando e saindo do Brasil, rumo a Cuba ou a países europeus. Ao se referir a isso ele diz que:

A gente não queria que o pessoal fizesse ações armada em cidades pequenas, a gente queria que o pessoal fosse sedimentando nelas. Porque se a gente estava pensando em guerrilha rural, o interior do Nordeste de algum modo iria ser zona de recuo e via de comunicação entre as regiões Sudeste e Centro-Oeste para nós¹⁰¹.

Na entrevista que me concedeu, Carlos Eugênio Paz, bastante conhecido pelo seu codinome Clemente, relatou que

101 Carlos Eugênio Paz, entrevista com o autor, Recife, 05 de Agosto de 1988.

passou por Campina Grande, entre 1969 e 1971, em duas oportunidades, vindo de São Paulo e indo ao Ceará, com o objetivo de se reunir com militantes da ALN para solicitar que eles não fizessem ações armadas, nem na capital e nem no interior do Estado, para não despertar atenção dos órgãos de repressão.¹⁰² Para Eugênio Paz, Campina Grande era uma “cidade tranquila”, onde o militante poderia passar alguns dias sem ser percebido, usando-a como rota de viagem, evitando locais mais movimentados, como as rodovias do litoral, onde existia um policiamento ostensivo, muito maior do que nas rodovias do interior. Daí podermos concluir que fazer ações armadas em Campina Grande era proibitivo, pois retiraria dela a função de sediar atividades que pediam tranquilidade.

Já o PCBR não chegou a teorizar sobre essa questão. Mas, o fato de ser Campina Grande uma cidade de médio porte, do interior nordestino, serviu de justificativa não só para evitar ações, como para que lhe fosse destinada outras formas de atuação política. As organizações não eram estâncias em seus locais de atuação, elas relacionavam-se com suas direções regionais e nacionais e isso fazia com que se determinassem funções específicas para cada uma de acordo com o local onde estavam implantadas. Assim, se o PCBR fazia ações armadas em outras cidades, como é o caso do assalto ao Banco Lavoura, em João Pessoa em maio de 1969¹⁰³,

102 Os militantes da ALN da cidade de Crato (CE) não atenderam às solicitações de Carlos Eugênio Paz e fizeram uma desastrosa ação. Um fazendeiro local foi sequestrado e assassinado. Isso chamou a atenção dos órgãos de repressão e as organizações não puderam realizar qualquer ação política na região, sem contar que muitos foram presos e torturados.

103 “Ontem em João Pessoa assaltantes levaram 56 milhões do Banco Lavoura”. In Diário da Borborema, 05 de Maio de 1969.

precisaria ter locais para o chamado recuo. Vejamos mais uma vez o que diz Aílton de Araújo:

[...] foi determinado na época, não está escrito, mas dá para se entender que era uma cidade para apoio. Era uma cidade reservada justamente para isso, para não queimar o setor, para evitar chamar a atenção da repressão. Eu dei assistência para muita gente aqui. Inclusive, no dia em que fui preso, tinha um companheiro do Comitê Central do PCBR comigo, na minha casa.¹⁰⁴

Esse militante, que Aílton de Araújo não sabe quem era, pois se encontrava clandestino e com pseudônimo, veio a Campina Grande para se refugiar, pois estava sendo perseguido por órgãos de segurança. Era estratégico, para o PCBR, ter uma cidade como Campina Grande para resguardar seus militantes. Além do mais, bem próximo a Campina Grande está Recife, onde o PCBR era muito bem estruturado e realizava com frequência ações armadas. Inclusive, a organização realizava um trabalho de conscientização política junto a trabalhadores da Zona da Mata canavieira. Ter Campina Grande ao alcance da mão era estratégico para as dificuldades de toda sorte que iam aparecendo no dia-a-dia dos militantes.

No auge da repressão política, durante o governo do general Médici, entre 1970 e 1972, o Comitê Central do PCBR se instalou em Recife fugindo das perseguições do eixo Rio/São

104 Aílton José de Araújo, entrevista com o autor, Campina Grande, 06 de Agosto de 1999.

Paulo. Neste período, várias reuniões da direção nacional do PCBR eram feitas em Campina Grande na casa de Jorge Leite Aguiar, que tinha sido vice-presidente e presidente do CEC entre 1962 e 1963.

Jorge Leite tinha o perfil ideal para cumprir o papel de simpatizante. Durante muito tempo militou bem próximo ao PCB, não sendo ligado organicamente a nenhum dos grupos revolucionários. Como todo bom simpatizante, Jorge Leite prestava favores às organizações que lhe procuravam. Ele cedia sua residência para reuniões, acolhia militantes vindos de outras cidades, providenciando tudo o que lhes fosse preciso, como alimentação, roupas e documentos, chegando até mesmo a conseguir trabalho para alguns deles. Para Jorge Leite isso tudo “era uma questão de solidariedade, pois eu terminava ajudando algumas pessoas que sabia que estavam sendo perseguidas”.¹⁰⁵ Por causa disso, Jorge foi preso, levado para as dependências do DOI-CODI, em Recife, e barbaramente torturado cerca de um mês.

Mas, o PCBR local não estava imune ao fracionamento tão característico das organizações revolucionárias. Ele também enfrentou um processo de desestruturação, devido à repressão política que prendeu militantes na Paraíba e em Pernambuco após o assalto ao Banco Lavoura, na cidade de João Pessoa em 1969, e graças às lutas internas que levaram a cisões e ao afastamento de militantes. Rômulo Araújo, por exemplo, começou a discordar da organização quando percebeu, em fins de 1969, que ela estava paulatinamente se desvinculando dos movimentos de massa e se concentrando nas ações armadas dos centros urbanos. Rômulo não negava a necessidade da luta armada, mas não aceitava o

105 Jorge Aguiar Leite, entrevista com o autor, Campina Grande, 21 de Julho de 1999.

afastamento dos movimentos de massa, em que pese a paralisação deles após o AI-5.

Mesmo defendendo a luta revolucionária a partir da zona rural, o PCBR entrou no círculo vicioso das ações armadas, nos centros urbanos, para financiar a própria existência da organização forçado que foi a tomar precauções para proteger-se da violenta repressão militar. Assim, se fechou em si mesmo e se afastou da sociedade.

Necessitando cada vez mais de realizar ações armadas, para adquirir fundos provedores do sustento de seus militantes profissionalizados e clandestinos, o Comitê Central do PCBR montou o Comando Político Militar (CPM) que centralizou as atividades relacionadas às ações armadas. O CPM realizava ações sem o conhecimento dos militantes do PCBR e muitos nem sabiam que ele existia. Isso era justificado pela questão da segurança em relação aos órgãos de repressão. O CPM tornou-se uma organização (clandestina) dentro da organização, com autonomia e ilimitado poder de atuação. O único liame entre ele e o PCBR era um militante da direção nacional. Para Rômulo, o CPM não respeitava os fóruns de discussão existente no PCBR porque tomava decisões e as implementava sem a consulta prévia ao conjunto dos militantes:

Eu tinha mais responsabilidade dentro da organização e sabia que existia um partido ao lado do partido, o CPM. Eles nos mantinham reféns porque as decisões eram deles. Foi o pessoal militar do CPM que levou o partido para as ações armadas. O grosso da militância sequer sabia

do que estava acontecendo porque era proibido dizer.¹⁰⁶

Eis o leninismo, com feições blanquistas, da esquerda revolucionária brasileira. Um pequeno grupo, convencido da justeza de seus meios e fins, protegido pelo manto da necessidade de se garantir a segurança interna da organização, partiu para a realização de ações armadas sem se aperceber da opinião de seus militantes. Agindo como se fosse uma para-organização, esse pequeno grupo parecia recluir que o conjunto da organização não aceitasse suas ações. Ao invés de partir para o convencimento político preferiu usar sua autoridade para acima e além de todo o grupo.

A consequência direta do blanquismo do CPM foi que os militantes do PCBR iam sendo presos e acusados de algo que não haviam realizado. Quando o CPM assaltava um banco, por exemplo, reivindicava a ação em nome do PCBR já que ele simplesmente não existiria aos olhos da sociedade e da organização. A mãe de todas as ironias e que, após a centralização federal, os órgãos de repressão¹⁰⁷ se tornaram mais bem informados sobre as ações do CPM do que os próprios militantes do PCBR.

O comerciante e ex-militante do PCBR, Alberto Magno, diz que a maioria dos militantes presos, após o assalto ao Banco Lavoura, não sabia que essa ação foi realizada pela organização a qual pertenciam. Mesmo assim foram acusados e condenados a 2 ou 3 anos de reclusão por algo que não

106 Rômulo Araújo, entrevista com o autor, Campina Grande, 01 de Setembro de 1999.

107 Entre 1968 e 1969 os vários órgãos encarregados da repressão política, como DOPS, DOI-CODI, CENIMAR, CISA e CIE, ficaram atuando sob um único comando em Brasília.

fizeram. O “crime” deles foi fazer parte da organização guerrilheira que praticava ações armadas sem que eles mesmos soubessem. Magno afirmou que o assalto foi feito por militantes do PCBR (ou melhor, do CPM) de Recife. Eles saíram da capital pernambucana, foram até João Pessoa, realizaram ação e retornaram, sem que comunicassem aos membros do PCBR da capital paraibana o que pretendiam fazer.

Outro exemplo de como agia o CPM é o caso da “Guerrilha de Catolé do Rocha”.¹⁰⁸ Fiel à ideia de organizar um foco de guerrilha rural, o CPM enviou alguns militantes, para a região de Catolé do Rocha, com a específica tarefa de montarem uma base para treinamento de guerrilheiros. Claro, o CPM não se deu ao trabalho de discutir a questão com ninguém, inclusive com o Comitê Estadual do PCBR.

Alberto Magno diz que, na Paraíba, a posição da maioria dos militantes do PCBR era a defesa da luta armada, desde que num processo em que as massas pudessem participar. A perspectiva de fazer ações armadas isoladas teria partido da direção sem que o conjunto da organização fosse previamente consultado. Para ele, isso acontecia por que:

[...] não havia discussões, as decisões eram tomadas “de cima”, e a base apenas cumpria. Quase tudo já vinha pronto em nome do centralismo democrático. A gente não tinha muita discussão, já vinha tudo pronto, era o Comitê Central

108 Catolé do Rocha situa-se no alto sertão paraibano, a 444 km de João Pessoa. O fato ficou assim conhecido pela forma como foi tratado pela imprensa paraibana.

quem definia tudo. Era a mesma estrutura viciada da nossa esquerda, do PCB¹⁰⁹.

Rômulo Araújo justificou seu afastamento do PCBR por não mais concordar com a linha política que favorecia o militarismo e cerceava a discussão e o estudo. Como se sabe, a esquerda comunista brasileira se formou assimilando a teoria marxista através dos velhos manuais stalinistas que praticavam toda sorte de banalizações e reduções do marxismo, como bem nos demonstrou Nicos Poulantzas. As organizações revolucionárias levaram consigo essas ideias ao saírem do PCB. O paradoxo é que ao mesmo tempo em que discordavam do tradicionalismo comunista, elas copiavam seus velhos modelos. Rômulo afirmou que muitos colegas da organização não respeitavam suas posições e que a direção se intrometia até mesmo em sua vida particular:

[...] quando se discutia ‘Caminhando’ ou ‘Sabiá’ e eu fui dizer que achava ‘Sabiá’ melhor e mais revolucionária tanto estética como ideologicamente, fui logo taxado de ‘intelectual pequeno-burguês [...] Eu namorava uma militante da organização e o pessoal achava que eu não devia e queriam que eu acabasse. Essa foi uma das razões que levou o movimento estudantil a se afastar das organizações.¹¹⁰

109 Alberto Magno, entrevista com o autor, João Pessoa, 13 de agosto de 1999.

110 Rômulo Araújo, entrevista com o autor, Campina Grande, 01 de Setembro de 1999.

Por serem contra a chamada “degradação da moral burguesa”, os comunistas criaram seu próprio código de ética e de conduta moral que, assim como a disciplina partidária, se pautava em rígidas normas. O “novo homem do socialismo” não poderia cometer os mesmos erros do “velho homem degradado pelo capitalismo”. Assim é que as direções partidárias tentavam controlar até mesmo o gosto musical de seus militantes.

O PCBR até tentou ser diferente do PCB, mas, pelo que se vê, não conseguiu. Ele até teve uma prática política diferente, em que pese não ter podido implementá-la por inteiro. Mas, o fato é que em termos de organização o PCBR seguia o modelo do PCB, até porque adotou o leninismo como princípio e não soube, ou não quis, evitar os mesmos hábitos autoritários.

Um bom exemplo disso é que o PCBR se utilizou da mesma prática nefasta do “justiçamento”, utilizada pelo PCB na década de 1930. A esquerda que queria ser “nova” também usava o expediente do assassinato para se desfazer de seus “indesejáveis”. Aliás, não só o PCBR, mas a ALN também assassinava militantes seus.

Gorender (1987), em *Combate nas Trevas*, relata quatro “justiçamentos” - dois em 1971 e dois em 1973, sendo três de responsabilidade da ALN e um do PCBR. A ALN justificou o primeiro como uma ameaça à organização, já que o militante morto desejava abandonar o grupo, mas não queria sair do país¹¹¹. O segundo “justiçamento” da ALN foi um suposto caso de traição. Um militante teria feito um acordo com a

111 Esse caso foi o “justiçamento” de Márcio Leite de Toledo em 23 de Março de 1971, em São Paulo. Carlos Eugênio Paz, que comandou a ação, relata detalhadamente esse fato em seu livro *Nas trilhas da ALN* e na entrevista que me concedeu em agosto de 1988.

polícia para delatar um membro da Coordenação Nacional em troca de sua liberdade.¹¹² Já o terceiro caso aconteceu porque um militante teria, sob tortura, denunciado alguns companheiros.¹¹³

O caso do “justiçamento” no PCBR se dá em circunstâncias de total desconfiança do Comitê Central para com seus militantes de base. Em 22 de Julho de 1973, três membros da organização assassinaram Salatiel Teixeira Rolim, acusando-o de ter desviado dinheiro do grupo e de ter delatado Mário Alves, um dos principais líderes do PCBR. Segundo Gorender (1987) as acusações nunca foram comprovadas e Salatiel Rolim foi executado sem que lhe oferecessem o benefício da dúvida. Também não se levou em consideração que a “delação” de Salatiel se deu no processo de torturas a que foi submetido. Aliás, os militantes eram presos, em geral, a partir das informações coletadas, pelos órgãos de repressão política, nas sessões de torturas que eram costumeiramente praticadas. Gorender chega a ironizar a situação: “Se valesse o princípio jurídico de igual pena para igual crime, o grupo de fogo da ALN (que praticava os justiçamentos) deveria praticar uma carnificina na sua própria organização” (GORENDER, 1987, p.245).

Em quase todos os casos de “justiçamento” se vê a síndrome da traição. Ao aniquilar um militante seu, sem lhe dar o direito de se defender, as organizações revolucionárias estavam, na verdade, se comparando não só ao PCB, de quem tanto queriam se diferenciar, como a setores da

112 Esse caso aconteceu em 12 de Novembro de 1971. A ALN “justiçou” a tiros seu militante Carlos Alberto Maciel Cardoso.

113 Aqui, Francisco Jacques Moreira de Alvarenga foi assassinado em 28 de Julho de 1973.

direita que se utilizavam, também, de práticas violentas e autoritárias¹¹⁴.

Encontraremos o motivo, nunca declarado, dos “justiçamentos” nas divergências políticas. E não poderia ser diferente, pois as organizações revolucionárias desconheciam procedimentos democráticos como o diálogo, a discussão e a livre defesa de ideias e opiniões. Aceitar conviver com um militante divergente redundaria em admitir o contraditório e a pluralidade e isso era simplesmente inadmissível para as organizações, até porque estes procedimentos seriam os tais “valores pequeno-burgueses da pútrida sociedade capitalista”. No entanto, foi seguindo esses “princípios” que Stálin eliminou quase toda a direção do PCUS entre 1935 e 1948.

A sintomática constatação disso tudo, é que esquerda revolucionária não conseguiu se diferenciar do PCB por ter adotado a mesma matriz teórico-filosófica do chamado “partidão”. O PCBR, assim como quase todas as organizações revolucionárias da época, era leninista e fazia questão de sê-lo, como se percebe em seus documentos. Ao colocar a revolução acima de tudo, deixou de lado a manutenção de algo que apenas tentou ter no seu início, um processo de discussão democrático. No seu surgimento, o PCBR propunha um trabalho junto às massas que resultaria em uma revolução armada. Mas, seus militantes, egressos do PCB, não puderam se libertar de valores tão caros cevados ao longo de décadas. Por serem a vanguarda do movimento, terminaram

114 Na década de 1960 existia o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC) que colocava bombas em teatros e bancas de jornal, além de invadir universidades. O CCC atentava contra a vida de qualquer pessoa que fosse considerada como “de esquerda”. O nível de radicalização do CCC era tão intenso que usava o seguinte slogan em 1968: “Já matou seu comunista hoje?”

se afastando dele mesmo e da própria sociedade a qual pretendiam transformar.

Vejamos agora o caso de outra organização que atuava em Campina Grande, a Ação Popular (AP), que, ao contrário da maioria das organizações revolucionárias, não saiu das entranhas do PCB. A AP veio de dentro dos movimentos sociais da Igreja Católica, o que a torna um caso *sui generis* no movimento revolucionário brasileiro.

AP: do catolicismo ao maóismo

Em 1963, o Papa João XXIII publicou a encíclica “Paz na Terra” que defendia o envolvimento da Igreja Católica nos movimentos sociais que lutavam contra a miséria das populações de países do terceiro mundo. Influenciados por isso e pela efervescência política do início da década de 1960, alguns setores católicos, genericamente chamados de “ala progressista”, começaram a se organizar politicamente por volta de 1964. Inicialmente, criaram o Movimento de Ação Católica (MAC) objetivando ser uma resposta da Igreja à questão social.

O MAC atuava na questão política através de organismos como as Escolas de Serviço Social, a Ação Católica, o Centro Dom Vital e o Jornal A Ordem, criados em diversos setores da sociedade brasileira. Percebendo que o potencial de mobilização política da época se encontrava na juventude, o MAC adotou a inteligente estratégia de criar as “juventudes católicas” de acordo com a ocupação profissional ou social dos jovens. É assim que surgem as Juventude Católica Agrária (JAC), Estudantil (JEC), Independente (JIC), Operária (JOC) e Universitária (JUC).

A JUC surgiu para atuar especificamente no meio acadêmico e para ser alternativa às organizações marxistas, em

especial o PCB, que estavam à frente do movimento estudantil na década de 1960. Rapidamente, a JUC conseguiu espaços importantes no meio universitário, chegando a participar da diretoria da UNE já em 1963. É que o PCB perdia, devido as suas posições reformistas, as condições políticas para sensibilizar os estudantes contrário que era as revoluções latino-americanas, que tanto encantavam a juventude. Enquanto a JUC ocupava os espaços políticos, por estar permanentemente mobilizada e atuando junto às bases, o PCB concentrava suas discussões no nível da cúpula dirigente, esquecendo as bases partidárias. Para quem queria ter uma sistemática atuação política, mas temia o caminho revolucionário, a JUC se tornou uma alternativa viável e ao alcance da mão.

Mas, ironicamente, a JUC foi paulatinamente sendo tragada pelas ideias que, um dia, pretendeu apresentar alternativas. Os militantes da JUC foram sendo politizados, ou doutrinados, a partir das experiências que tiveram ao tomarem conhecimento com a atuação das Ligas Camponesas, por exemplo. À medida que tomavam contato com as ideias e discussões das organizações marxistas, como o PC do B, os militantes católicos foram tendo suas convicções políticas subvertidas. A inflexão da JUC foi, também, influenciada por uma agitação cultural com clara perspectiva de contribuir no processo de transformação social. A conjuntura internacional também contribuiu nesse processo da JUC devido a questões como as lutas anticolonialistas dos países africanos, as revoluções cubana e chinesa, os movimentos estudantis na França, no México e nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã e as mobilizações contra as ditaduras que se espalhavam pela América Latina.

A JUC, através de sua coordenação nacional, se subordinava ao Episcopado no Rio de Janeiro que a proibiu de atuar junto aos movimentos agrários. Este foi o estímulo final que os jovens católicos precisavam, ou queriam, para se afastarem

da Santa Sé. Num encontro realizado em Belo Horizonte, em 1963, se definiu a extinção da JUC, e a criação da AP, além do fim das relações com as estruturas administrativas da Igreja Católica. Aldo Arantes, um dos fundadores da AP, justifica o fim da JUC: “A JUC era uma organização da Igreja Católica que não se unia em função da política, mas por causa da confissão religiosa. E unida pela confissão religiosa, não comportava a disciplina política” (ARANTES, 1984, p. 34).

A AP surgiu como uma organização estudantil de caráter democrático e reformista, apesar de ter divergências com o PCB. No início, a AP rivalizava com os comunistas a atenção da chamada “pequena-burguesia radicalizada”. Como ela não queria mais ser comparada a JUC buscou atuar em outros movimentos sociais, além do estudantil, como o agrário, através das Ligas Camponesas, o operário, nos sindicatos urbanos, e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Mesmo negando sua origem católica, a AP soube se valer das experiências que tinha em atuar junto a comunidades e grupos de orientação cristã. Inclusive, foi nas juventudes católicas (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC) onde ela arregimentou militantes e simpatizantes. Os militantes da AP queriam, de fato, ter uma atuação política que se coadunasse com as demandas revolucionárias da época, coisa que uma organização católica não permitia.

A depuração dos princípios cristãos e a consequente admissão das ideias marxistas foi um processo dos mais rápidos. Nos seus primeiros meses de existência, a AP se definiu, devido as suas heranças católicas, como uma organização baseada nos princípios do socialismo humanista e idealista do filósofo francês Emmanuel Mounier, um dos formatadores da democracia cristã europeia. Neste contexto, a AP defendia que o catolicismo seria a alternativa entre o “idealismo desencarnado”, desligado da realidade, e o marxismo, que desconsiderava o individualismo.

No “Documento-Base”, publicado em fevereiro de 1963, a AP definia uma Coordenação Nacional, como órgão dirigente máximo, que se articularia as coordenações regionais, razoavelmente autônomas. Nesse mesmo documento vemos o que viria a afastar a AP da Igreja Católica e a aproximaria da esquerda revolucionária. O documento afirmava que a AP se inclinaria pela ação política voltada para o processo revolucionário, através da mobilização das camadas populares, como se pode ver:

A AP opta por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. (REIS FILHO, 1985, p. 45)

A tese do foquismo cubano influenciava os militantes da AP, mas isso não impediu que eles aderissem, como se vê no documento “Esquema dos 6 pontos” de 1965, às ideias de Mao Tsé-Tung e às estratégias da revolução chinesa. A AP aceitou rapidamente a tese de que a “etapa atual do desenvolvimento do marxismo é o maoísmo, que luta contra o revisionismo de tipo krushovista”. Por “revisionismo krushovista” entenda-se o processo iniciado com a divulgação do relatório de Nikita Krushov, denunciando a carnificina que Stálin promoveu na União Soviética. Mal havia surgido e a AP já reproduzia velhos hábitos da esquerda, como este de tentar negar o que era tido e havido como verdade.

O “Esquema dos 6 pontos” salienta, ainda, que o Brasil teria características semicoloniais e semifeudais, sendo, então, o caráter da revolução brasileira nacional e

democrático. Aqui, ficam claras as divergências com o PCB, em relação ao reformismo pacifista, e a vertiginosa aproximação com o PC do B. Apesar de que a AP ainda aceitava a esdrúxula tese, elaborada por historiadores do PCB, de que haveria no Brasil o amálgama de três estruturas econômicas: a capitalista, nos centros urbanos, e as semicolonial e semi-feudal nas regiões agrárias do país.

Era preciso ser coerente com o modelo revolucionário escolhido. Assim, se o caráter da revolução seria nacional e democrático, a guerra popular e prolongada seria a forma de se fazer a revolução. Para que não pairassem dúvidas a cerca da escolha, aparecem no documento críticas ao foquismo cubano. O “Esquema dos 6 pontos” terminou por identificar o PC do B como legítimo representante dessas questões no Brasil, sendo por isso o “verdadeiro partido da revolução brasileira”.

Mas, a AP ainda tinha outra questão a resolver. Constatando que a maioria de seus militantes era de origem burguesa, e que esta classe não faria a revolução, era preciso passar pelo processo de inserção da e na produção. Dessa forma os militantes da AP foram orientados a procurarem trabalho em indústrias para lidarem com as questões da linha de produção. A ideia era conviver com o proletariado, pois não seria ele o encarregado de fazer a revolução?

Essa questão contrariava mesmo os militantes da AP, ao contrário de organizações como o PCBR que resolveram o dilema de fazer a revolução proletária, sem o proletariado, adotando a tese da vanguarda revolucionária. A AP, no entanto, ainda insistiu por algum tempo com a tese da integração ao processo produtivo como solução viável para o dilema. Mas, os apelos revolucionários eram muitos. A ideia de estar à frente do processo, que levaria o país ao paraíso socialista, era bastante atrativa para ser desperdiçada. Assim, seguindo orientação maoísta, a AP iniciou a preparação

para a guerra popular e prolongada na zona rural. Para isso, retirou seus militantes das portas das fábricas e começou a enviá-los para áreas interioranas previamente definidas. O que a AP realmente queria, como todas as organizações da época, era ser a vanguarda revolucionária e/ou o núcleo do partido da classe operária, seguindo a lógica leninista.

Por isso, a organização de origem cristão e pequeno-burguesa tinha que ser proletarizada ou depurada, como se dizia. O problema posto não foi desenvolver, para modificar, a base ideológica e política da organização, mas alterar o que se chamava de “base objetiva” da mesma. Tratava-se de mudar o eixo dos seus trabalhos, de deslocá-los da faixa pequeno-burguesa e situá-los nos meios operários e camponeses. Foi assim que a integração na produção (fabril ou agrária) apareceu como panaceia para o dilema da revolução.

Essa fórmula se racionalizava na ideia marxista de que o meio influencia o homem ou que é a infraestrutura econômica que determina a superestrutura ideológica e política. Mas, supor que o militante pensaria e agiria como um operário apenas por ter sido, literalmente, jogado dentro de uma fábrica não passa de uma lógica das mais formais. Na verdade, subjacente a essa ideia, estava a elaboração stalinista de que o militante purgaria seus “defeitos pequeno-burgueses” enfrentando as dificuldades do processo produtivo. Na URSS, dos tempos de Stálin, os “inimigos da classe operária” eram enviados para a Sibéria onde a luta pela sobrevivência os “purificaria”, tornando-os aptos para a revolução e merecedores de uma nova vida em uma nova sociedade.

As organizações revolucionárias do Brasil acreditavam que a tal origem pequeno-burguesa era algo nefasto à luta política. Partindo do pressuposto, marxista, de que essa é uma classe perigosa e escorregadia, nada melhor para “salvar” o militante do que colocá-lo em um processo onde ele receberia a “verdadeira ideologia revolucionária”. Mas, a AP

percorreu o caminho inverso. Ao invés de trazer para dentro da organização, proletários e camponeses, tentou fazer com que seus militantes pensassem e agissem como alguém que nunca tinham sido. Apesar de “lutar pelas massas”, a organização, ao tomar tal atitude, revelou um grave preconceito para com elas.

Neste processo, a AP considerou como áreas de integração proletária as cidades industriais, no entorno da capital paulista, e Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Já o município de Água Branca, em Alagoas, a Zona da Mata pernambucana e a Zona do Cacau baiana, dentre outras, foram consideradas áreas de inserção rural. A partir de 1969, devido às questões de segurança, passou-se a utilizar a integração na produção como forma de deslocar militantes perseguidos entre Estados e regiões diferentes.

A integração na produção ainda colocava uma questão de ordem prática. Como inserir um militante em uma fábrica ou em uma plantação sem que ele tivesse, em algum momento de sua vida, desempenhado as funções de metalúrgico ou camponês? Como estudantes, profissionais liberais e professores iriam poder concorrer a uma vaga, em uma indústria, sem dominar as técnicas nela utilizadas? A solução encontrada foi submeter o militante a um processo de treinamento que o tornasse apto para as novas funções. Mas, onde e como fazer esse treinamento sob circunstâncias tão especiais como aquelas das décadas de 1960 e 1970, quando as ameaças de prisão e tortura eram uma realidade do cotidiano das organizações? É aqui que uma cidade como Campina Grande entra no cenário de atuação de uma organização como a AP.

Campina Grande servia bem como local de apoio para militantes de outras cidades de organizações como o PCBR e a AP. No caso da AP isso aconteceu sistematicamente, a ponto de importantes reuniões, que decidiram pela incorporação da AP ao PC do B, terem sido feitas em Campina

Grande, no ano de 1972. Mas, para se chegar a isso se teve que trilhar um lento processo de organização. O já citado congresso de fundação da AP, em Belo Horizonte, contou com a participação de uma representante da juventude católica de Campina Grande. Tratava-se da advogada, e líder de uma Liga Camponesa, Ofélia Amorim que retornou a Campina Grande com o encargo de organizar a sessão local da AP. Rapidamente, Ofélia contatou militantes da JUC e já em 1963 a AP campinense atuava no movimento estudantil e nas Ligas Camponesas.

Os militantes da AP criaram em Campina Grande e João Pessoa, com o apoio de jornalistas, políticos e até do governador do Estado, Pedro Gondim, a Comissão Estadual de Educação Popular (CEPLA). Essa comissão contava com a fundamentação didático-pedagógica e política do educador Paulo Freire. Nos bairros populares das duas cidades, e junto a Ligas Camponesas como a de Sapé, a CEPLA teve uma atuação constante até o golpe de 1964. Segundo a professora universitária Isa Guerra, uma das fundadoras da AP local e organizadora da CEPLA, a comissão era “[...] de fato um instrumento da esquerda, porque quem estava lá era a AP e o PCB, apesar das divergências ideológicas, políticas e éticas”.¹¹⁵

Aliás, AP e PCB de Campina Grande mantiveram durante bom tempo uma curiosa relação: atuavam juntos, sobretudo no movimento estudantil, mas mantinham uma relação política pontuada pelas divergências e desconfianças recíprocas. Isa Guerra diz que o centro das divergências residia no fato de que a AP duvidava do determinismo histórico, do centralismo democrático e de “toda teoria subentendida

115 Isa Guerra, entrevista com o autor, Campina Grande, 15 de Outubro de 1999.

ou presente na burocratização do Partido Comunista, que vinha de um modelo concebido na URSS, que os apistas não aceitavam". Apesar disso, os "apistas", anos mais tarde, já como Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B) adotaram estas questões quando se fundiram ao PC do B. Aquilo que antes era alvo das desconfianças se tornou a cartilha dos "apistas".

Entretanto, foi no movimento estudantil campinense onde a AP colheu seus maiores êxitos. O CEC, de 1964 até 1969, quando foi fechado por força do AI-5, teve militantes da AP nos seus principais cargos de direção. As passeatas e manifestações, contra o acordo MEC-USAID e a própria ditadura militar, eram lideradas pelo CEC e, conseqüentemente, por membros da AP¹¹⁶.

A AP atuava, ainda, no movimento estudantil universitário, a ponto de enviar dois representantes ao XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP), em outubro de 1968. As circunstâncias nas quais aconteceu esse congresso o tornam peculiar. No segundo semestre de 1968, a repressão sobre o movimento estudantil havia se acirrado de tal forma que ficou difícil realizar atividades, como manifestações e reuniões. As lideranças da UNE e de outras entidades estudantis decidiram fazer um congresso totalmente clandestino em uma fazenda no interior do estado de São Paulo. Participaram do evento cerca de 1.000 delegados de todo o país.

A questão relevante é porque realizar um congresso clandestino, com a participação de tantas pessoas, em um momento em que as lutas estudantis estavam em declínio?

116 Para se ter ideia de como esses movimentos eram bem organizados, entre o final de 1967 e o início de 1969, os estudantes conseguiram impedir todas as tentativas de aumentar as tarifas de ônibus urbanos empreendidas pelas empresas de transporte coletivo.

Também, é preciso pensar porque se realizar um congresso desse tipo num cenário de repressão crescente? A real intenção dos estudantes, ou pelo menos de suas lideranças, era desafiar o regime, enviar-lhe uma mensagem política de que ainda estavam em atividade e demonstrar que se mantinham dispostos a lutar contra a ditadura.

Em um clima de intensa repressão, com o AI-5 já em fase de preparação, quando uma simples reunião de estudantes era duramente reprimida, organizar um Congresso com essas características foi uma insensatez. Isso mostra como as ideias das organizações revolucionárias influenciavam os estudantes. A perspectiva militarista da luta armada, que convencia a muitos de que era preciso agir na clandestinidade, foi o que orientou as lideranças que organizaram o Congresso. Para Palmeira *apud* Dirceu 1998, p.164:

Aquilo foi uma bobagem, o correto seria fazer um congresso aberto, muito democrático, com grandes representações; o Abreu Sodré havia até insinuado que poderia não reprimir. Em todo caso, se não quiséssemos arriscar, poderíamos organizar clandestinamente um encontro menor, em outro lugar, com cem ou duzentos representantes.

Porque fazer um encontro clandestino, quando existiam possibilidades plausíveis de fazê-lo abertamente? Mais uma vez, o exemplo da visão revolucionária que grassava o meio estudantil da época. Além disso, o encontro foi muito mal organizado. Inexistia um mínimo de segurança, inclusive para as lideranças políticas que foram ao evento. Já no segundo dia do Congresso, os órgãos de repressão descobriram tudo

e realizaram uma operação que prendeu todos os estudantes no local. Segundo Sérgio Passarinho, presidente da União Estadual dos Estudantes da Bahia em 1968, que esteve no Congresso: “Em Ibiúna fomos praticamente empurrados para uma armadilha. Predominou, na organização do Congresso, uma visão pseudo revolucionária. Aquilo parecia mais um acampamento de guerrilheiros encravado na serra!” (REIS FILHO, 1998, p.183).

Maura Pires, uma das representantes da AP campinense no Congresso, concordou com essa visão. Tratava-se na época de exercitar, de toda e qualquer maneira, o ímpeto revolucionário dos jovens. Para ela:

A queda foi muito rápida! Quando a gente mal começou, caiu. Houve muita incorreção de quem estruturou o Congresso. Numa fazenda, em uma cidade pequena do interior, sai gente para comprar gêneros e chamava a atenção. Eu sei que no dia 12 de outubro eu já estava presa.¹¹⁷

O que se destaca da ida de Maura Pires ao Congresso de Ibiúna é o fato da AP campinense ter se articulado ao ponto de enviá-la para um encontro onde só participariam estudantes que tivessem posição de liderança em suas universidades ou cidades. Contou-me a própria Maura Pires que, quando detida na Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo, após o desmantelamento do Congresso, os policiais ficaram muito impressionados com o fato de ela ter se deslocado de tão longe para participar do encontro.

117 Maura Pires, entrevista com o autor, Campina Grande, 26 de Julho de 1999.

Ao ser libertada, no início de 1969, Maura Pires voltou para Campina Grande e soube que não se faria mais movimentos políticos na cidade devido a repressão e ao fato da AP ter mudado seus direcionamentos políticos e organizacionais. Da metade de 1969 em diante, Maura e seus companheiros atuaram no trabalho logístico da AP. Uma das principais atividades era receber militantes que vinha para Campina Grande em busca de vários tipos de apoios. Assim, foi que Campina Grande passou a ser um “local de apoio”.

Pessoas que estavam sendo procuradas por órgãos de repressão de outros estados se estabeleciam na cidade contando com o apoio logístico dos “apistas” locais. Foi assim que Maura Pires recebeu um militante vindo de Salvador que, ao chegar à cidade, recebeu um novo nome, ele foi “rebatizado”, novos documentos e até uma nova profissão. Diz Maura que: “[...] a cidade ficou preservada para alguma coisa, porque vinha gente de muitos lugares, de Minas, da Amazônia e do Sul”.¹¹⁸ Ainda vinham militantes para fazer tratamentos de saúde ou mesmo para realizar reuniões. Em outra ocasião, Maura recebeu em sua casa uma militante que estava grávida e que tinha “um fortíssimo sotaque gaúcho”. Ela ficou em Campina Grande o tempo necessário para que seu filho nascesse e pudesse enfrentar uma viagem de volta para algum lugar que Maura, claro, não saberia qual. Enquanto a militante sulista aqui esteve, Maura cuidava de atender todas as suas necessidades sem, lógico, fazer perguntas embaraçosas. Importa ver que Maura, e os outros “apistas” campinenses, não participaram de uma reunião sequer, ou mesmo receberam algum documento, com determinações para que assim agissem. Maura diz que “recebia essas tarefas e as cumpria”.

118 Idem.

Jorge Leite Aguiar não era simpatizante de uma única organização e sim de “uma causa”, por isso prestava apoio para quem conseguisse a ele chegar. No caso da AP, Jorge cedeu uma pequena propriedade que possuía nos arredores de Campina Grande. Lá, entre 1969 e 1971, sempre entre os meses de junho e julho, a AP realizou seus encontros regionais e nacionais. Segundo Jorge, as “reuniões eram em nível de congresso e participavam, em média, entre 30 e 40 pessoas de vários locais do país”. Para se montar uma reunião desse porte se precisava ter uma estrutura organizacional bem elaborada, já que tudo era feito clandestinamente, para que os órgãos de repressão nada soubessem.

Além de ceder o local das reuniões, Jorge Leite cuidava da infraestrutura do local, comprava alimentos e transportava seus participantes. Segundo ele, muitos dos militantes tinham sotaques característicos das regiões Sudeste e Sul do país. Em geral, eram lideranças (regionais e/ou nacionais) que vinham para Campina Grande exclusivamente para participar das reuniões. Outra função de pessoas como Jorge Leite e Maura Pires era justamente não fazer nada, ou seja, a atuação deles era no sentido, também, de evitarem atividades e mobilizações políticas. Essas pessoas levavam uma vida absolutamente normal, além de legal, sem participar de qualquer coisa que pudesse chamar atenção. Se Campina Grande era o local de apoio logístico, como queriam os “apistas”, ou o local para recuo estratégico, como queria Carlos Eugênio Paz da ALN, ou mesmo um local para as intermináveis reuniões do PCB, então quanto mais “adormecido” estivesse o espírito revolucionário dos jovens campinenses melhor para as organizações.

Mas, os “apistas” campinenses ainda contribuíram para com o processo de integração na produção. Não que Campina Grande tenha se destacado como uma área de

integração, mas como um local de treinamento, apesar de dispor de indústrias e de uma área rural ao seu redor. Em sua entrevista, Ana Rita Almeida afirmou que, entre 1964 e 1968, se fez muitas reuniões em Campina Grande, sempre com a presença de lideranças nacionais da AP. A partir de 1968 passou-se a receber militantes para a preparação prévia visando a integração na produção. O exemplo foi um membro da organização, vindo do Sul do país, que passou algum tempo na cidade aprendendo o ofício de torneiro mecânico, para depois ir trabalhar numa fábrica em São Paulo, onde também desenvolveria atividades políticas. Vale salientar que, uma vez em Campina Grande, o militante não atuava politicamente, pois o objetivo era não despertar o interesse dos órgãos de repressão. A intensão era que a cidade permanesse incólume a qualquer investida policial, coisa que não aconteceu, pois a partir de 1972 a repressão política na cidade atingiu o nível do imponderável.

O Exército mantinha uma casa clandestina, na periferia de Campina Grande, de propriedade de um conhecido comerciante de armas e munições, para onde presos políticos, a exemplo de Jorge Leite e Maura Pires, eram levados para serem torturados. Essa casa ficou sendo chamada de a “Granja do Terror”, onde além da tortura, se fazia uma espécie de triagem entre aqueles que iriam para o DOPS de Recife e os que seriam levados para o 31º Batalhão de Infantaria Motorizada em Campina Grande¹¹⁹.

Mas, a AP local fazia uma espécie de intercâmbio com as AP's de outros estados. É que militantes de Campina Grande foram integrados à produção em outros estados e regiões do país. É o caso do advogado Hamilton França, que

119 “A Palavra abre o baú da Ditadura”. In: *A Palavra*, 12 a 18 de Abril de 1992.

foi deslocado para a cidade de Turiaçu, no extremo norte maranhense, com a função de instalar uma área que serviria para a realização de trabalho político junto a camponeses. Essa área seria preparada para servir de recuo e retirada de pessoas da região do Araguaia, onde o PC do B desenvolveu suas atividades guerrilheiras¹²⁰. Para Hamilton, Campina Grande era um local de preparação de militantes, de onde muitos saíam para atuar em outros locais.

Quando do início do processo de integração, a AP criou um órgão que escolheria e treinaria os militantes que seriam inseridos na produção. Era a Comissão Política de Organização Regional (CPOR). Uma das funções do CPOR era aferir as condições políticas, ideológicas e até psicológicas do militante a ser integrado. Sobre essa questão Hamilton França afirma que:

[...] neste sentido era tido como uma demonstração de firmeza ideológica você se oferecer para ir trabalhar no campo, não o fato de trabalhar como agricultor, mas também o de exercitar a ideia central, que era aquela de politizar os camponeses para que colocassem em prática a proposta de luta da organização.¹²¹

Mas, se alguns provavam suficiente “firmeza ideológica”, outros, ao contrário, insistiam em não se libertarem de suas “tendências pequeno-burguesas”, como é o caso da

120 Nesse momento, 1972, a fusão AP/PC do B já estava quase concluída.

121 Hamilton França, entrevista com o autor, Campina Grande, 04 de dezembro de 1998.

educadora Salete Agra que abandonou a AP, em 1969, por não desejar se integrar à produção como queria a direção da organização. Para ela, a integração significava deixar a vida normal e cair na clandestinidade para atuar no meio operário ou camponês.

No processo de discussão do qual participou, lhe foi dito que, em que pese suas recusas, a direção da AP tinha decidido que ela iria, sim, ser integrada a uma área de produção. Com as insistentes recusas de Isa, a direção lançou mão do expediente do “centralismo democrático”, aquele mesmo que a AP negava em seu surgimento e que era fruto das desconfianças nutridas em relação ao PCB. A direção da AP impôs “democraticamente” a Isa Guerra à inserção, mesmo assim ela seguiu resistindo e terminou deixando a organização. Sobre isso, Isa dizia que:

Eu poderia contribuir para revolução, mas dentro da minha profissão de educadora, não somente posso como devo. Mas não vou me travestir de operária ou camponesa para integrar-me na produção porque eu não sou nenhuma das duas coisas. Eu não aceito esse centralismo democrático!¹²²

O “centralismo democrático” era o artifício pelo qual as organizações atingiam o consentimento e a unidade em torno de ideias. Ao unificar uma ideia se atingia a legitimidade da ação. Pelo centralismo se impedia as divergências e, claro, se limitava as discussões. Na dificuldade de obter o convencimento político, se usava o expediente de imposição

122 Salete Agra, entrevista com o autor, João Pessoa, 23 de julho de 1999.

da opinião da minoria sobre a maioria. Mas, ainda dentro do conjunto de atividades “apistas”, vemos que Campina Grande passou a ser domicílio de alguns líderes da organização em nível regional. No início de 1971, a Coordenação Regional da AP decidiu retirar militantes de Recife e enviá-los para Campina Grande, onde morariam, com suas famílias, e desenvolveriam atividades profissionais normais. É que esses militantes estavam bastante visados pelos órgãos de repressão. Este é o caso do atual vice-prefeito de Recife, Luciano Siqueira, que era membro dessa Coordenação Regional.

Em 1971, ele se mudou para Campina Grande, juntamente com sua esposa e com outro casal, para, usando uma expressão sua, “diluir-se na população campinense”. A vinda deles foi cercada de vários cuidados, no tocante a prevenção da segurança, a ponto de, inicialmente, nem os próprios “apistas” campinenses saberem de sua chegada. Vejamos como Luciano Siqueira justificou sua vinda para Campina Grande:

Nós fomos para Campina Grande porque ela era uma cidade de médio porte, com certa movimentação, uma localização estratégica, de lá se tomava ônibus para qualquer parte do país, e onde se podia ser clandestino. Lá você podia se diluir na população.¹²³

A AP, assim como o PC do B, e ao contrário do PCBR, manteve durante toda a sua existência uma preocupação constante em ter contato com as massas. Isso se deve,

123 Luciano Siqueira, entrevista com o autor, Recife, 21 de Setembro de 1999.

paradoxalmente, às influências de sua origem católica e as ideias maoístas, no tocando a questão de que a luta pelo socialismo seria longa e popular. Quando perguntado sobre que tipo de atuação política ele e seu grupo desenvolveram em Campina Grande, Luciano respondeu da seguinte forma:

O objetivo principal não era agir em Campina Grande, era fazer da cidade uma espécie de refúgio, um local onde nós pudéssemos viver uma vida normal, ligada ao povo, escapar da perseguição policial e aí para exercer as atividades políticas, cujo centro não estava em Campina, se dirigia para outros projetos e outros locais.¹²⁴

Sendo assim, eles desenvolveram atividades profissionais na cidade, e aos poucos foram estabelecendo contatos com os militantes locais. Mas, Luciano Siqueira não descuidava das atividades de articulação política no Nordeste e do acolhimento de militantes para reuniões. Foi por seu intermédio que se estruturou os encontros regionais e nacionais na fazenda de Jorge Leite.

Em outra fazenda, de propriedade do pai de Ana Rita Almeida, realizou-se em 1972, aquela que seria a reunião mais importante da AP. Foi o encontro de todo o Comitê Central da Organização, composto de doze membros (extremamente perseguidos pelos órgãos de repressão), para se tomar a decisão final de incorporação ao PC do B. Participaram dessa reunião os principais nomes da AP, e que

124 Idem.

ainda hoje são lideranças nacionais do PC do B, como Aldo Arantes, José Renato Rabello e Haroldo Lima.

Essa era uma questão estratégica. A partir do AI-5, as atividades políticas desenvolvidas em Campina Grande, no movimento estudantil, por exemplo, entraram em seu ocaso. Tratava-se não de reativá-las, mas, aproveitando a nova situação, continuar a ter uma prática política baseada em parâmetros diferenciados, onde mais importante do que se fazer notar era justamente o contrário, passar-se despercebido.

À pergunta colocada, sobre porque não se fazer ações armadas em Campina Grande, obtive a resposta quando vi que AP e PCBR atribuíram à cidade um papel de apoio ao processo de luta, diferente daquele onde as ações eram o centro irradiador da atividade política. Ser uma cidade de médio porte do interior nordestino, e não ter, pelo menos até 1972,¹²⁵ desenvolvido um forte aparelho repressivo, permitiu a realização de atividades que pediam tranquilidade social. Devido às condições locais, seria mais fácil montar uma estrutura para receber militantes do que para assaltar um banco. Militantes, como Luciano Siqueira, se dedicaram a criar condições de apoio para que as organizações funcionassem, de acordo com seus modelos, em outros locais.

As organizações tinham uma estratégia de ação bem definida, concorde-se ou não com isso. Por isso seus militantes não podem ser chamados de “aventureiros de um tempo

125 O Exército se apressou em montar um aparelho repressivo em Campina Grande a partir de 1972, quando militantes presos em Recife começaram, sob tortura, a relatar as atividades desenvolvidas na cidade. Porém, a tradição de movimentos políticos, existente em Campina Grande desde a década de 1950, também influenciou a montagem desse aparelho repressivo, que como já foi mostrado contava até com um local clandestino para tortura de presos políticos.

perdido”. Não me parece que aventureiros apaixonados pela ação pudessem ter atribuído, pragmática e objetivamente, as funções de apoio e logística para Campina Grande, pois isso requisitaria um nível de organização que não é próprio dos aventureiros. Não fazer ações armadas em Campina Grande foi útil, por mais paradoxal que isso possa vir a ser. Isso permitiu que os órgãos de repressão demorassem a atentar para o que de fato estava acontecendo. Assim, AP e PCBR puderam realizar suas reuniões e acolher seus militantes que, dentro do espírito revolucionário da época, deveriam ser os “heróis da revolução anunciada”.

Últimas Considerações

Após citar situações em que a esquerda brasileira atuou de forma autoritária e antidemocrática, e mostrar como uma cidade como Campina Grande participou do processo de lutas montado pelas organizações revolucionárias, devo pontuar as questões do início e fazer algumas ponderações. Pelo menos em nível local, a atuação das organizações foi similar, em que pese às divergências teóricas e políticas. Elas agiam de acordo com atribuições específicas dadas por direções regionais e/ou nacionais. O PCBR e a AP valorizavam a ação revolucionária como forma de chegar ao poder, ao mesmo tempo em que desvalorizavam a ação democrática.

Os grupos poderiam ter realizado ações armadas em Campina Grande, mas preferiram desempenhar o que chamei de atividades de apoio e infraestrutura. Do total de dezessete entrevistados, pelo menos quinze confirmaram a cidade como um local para atividades assessorias ao esquema nacional de luta das organizações. Vimos uma clara orientação para não se fazer ações armadas para que essas atividades de apoio não fossem prejudicadas. Existiam os meios para que os militantes do PCBR, por exemplo, realizassem em Campina Grande uma ação similar à do Banco Lavoura em João Pessoa, mas não o fizeram, pois tarefas outras lhes foram atribuídas. A descoberta das ações da AP em Campina Grande comprovam as hipóteses iniciais. A

tarefa era, por exemplo, treinar militantes para que fossem atuar na produção em outras cidades. Até mesmo o PCB, com suas posições antirrevolucionárias, também se utilizou da cidade para atividades assessórias à sua atuação política.

Não fazer ações armadas em Campina Grande deve-se ao fato dela ser uma cidade interiorana, mas deve-se, também, a uma clara opção das próprias organizações. Isso me faz crer que elas planejavam suas ações. Por isso, não as considero criação de pessoas aventureiras. A conjuntura política da época era bem mais revolucionária do que reformista, não só no Brasil, como em toda a América Latina. O debate não era se a revolução seria ou não feita, mas que modelo deveria ser seguido para concretizá-la. Para as organizações, estava claro que a função do militante era de apressar o que era tido como inevitável. Os ex-militantes que entrevistei bem mostraram que, na época, a intenção era mesmo fazer a revolução.

O título desse livro exprime bem essa situação. Os militantes estavam bem mais próximos de serem “Heróis da revolução anunciada” e distantes de serem “aventureiros de um tempo perdido”. Mesmo assim, prefiro tratá-los **como pessoas antenadas com o momento político revolucionário em que viviam**. Esse título quer demonstrar (e, confesso, quer também ironizar) a existência de uma perspectiva, presente na época, de sempre se recorrer a uma dessas duas definições para se denominar aqueles que partiram para o enfrentamento armado.

Apesar da ditadura, considero um erro afirmar que as organizações revolucionárias só passaram para as ações armadas premidas pelas circunstâncias. Assim como o PCB, nas décadas de 1930 e 1940, elas defendiam a violência revolucionária, considerando-a justa por que impulsionaria mudanças sociais, bem antes do golpe militar. A Corrente

Revolucionária no PCB começou a se formar ainda na década de 1950. O AI-5 só confirmou o que alguns suspeitavam e muitos afirmavam: a única solução era a luta revolucionária, mesmo que o PCB indicasse a ação política em torno da redemocratização. Algo bastante interessante foi observar que, mesmo propugnando a atuação democrática, o PCB manteve-se aferrado a um modelo de organização nos moldes stalinistas. Igualmente, foi perceber que as organizações revolucionárias diferiam na forma, mas não no conteúdo.

Ao tentar responder sobre as consequências das escolhas feitas pelas organizações, penso que ao optarem exclusivamente pelo enfrentamento armado, elas tiveram que lidar, em primeiro lugar, com as inúmeras possibilidades de verem seus militantes presos, torturados, exilados e até mortos pelos órgãos de repressão. Tiveram, também, que lidar com a questão da clandestinidade, que em muitos casos não se dava por imposição e sim por opção, e isso as levou para o isolamento total da sociedade civil, a mesma que pretendiam transformar.

As organizações revolucionárias, ao invés de ficarem à disposição dos movimentos sociais e políticos para neles ou ao lado deles atuarem, preferiram vê-los subordinados aos seus interesses, coerentes que eram com o espírito da vanguarda leninista. Essa opção custou o preço do isolamento político para os grupos revolucionários. A revolução era tida como algo certo e, portanto, “anunciada”. O militante, que ganharia a aura de “herói”, deveria ser aquele com a função de apressá-la. Caso se recusasse a cumprir seu “papel revolucionário” poderia ser tratado como “aventureiro pequeno-burguês” pela ortodoxia comunista. Crer, de forma dogmática, na inevitabilidade e na inexorabilidade do processo revolucionário foi algo que impediu que os grupos de esquerda enxergassem as fissuras e contradições que

poderiam ser exploradas no bloco militar e civil, instalado no poder a partir de 1964.

O desperdício foi total quando se privilegiou as atividades clandestinas, abandonando-se as massas, e se começou a tratar os movimentos, como o estudantil, como epifenômenos. Algumas das autobiografias de ex-militantes, como a de Giocondo Dias, dizem que as organizações não tiveram sucesso porque não agiram de acordo com os seus modelos internacionais. Penso que foi justamente por serem fiéis a esses modelos que elas não lograram êxito. Muitos dos erros cometidos ocorreram devido ao vanguardismo da esquerda, baseado nas teses leninistas e, porque não, blanquistas. A opção das organizações em colocar o movimento estudantil como uma segunda alternativa, priorizando a atuação clandestina como forma de luta, é a expressão máxima disso.

Muitos militantes do movimento estudantil que perentenciam a organizações revolucionárias foram para a clandestinidade e para as ações armadas por estarem sendo perseguidos pelos órgãos de repressão e por considerarem que este era o único caminho. Aquilo que seria um recurso a ser utilizado em última instância passou a ser condição necessária da atuação política. Independente de considerar os militantes dessas organizações pessoas antenadas com o momento político em que viviam, não desconsidero que a falta de uma perspectiva de atuação, que valorizasse a democracia e a participação nos movimentos sociais e políticos, contribuiu para que a esquerda revolucionária fosse quase toda aniquilada.

Hoje, existe uma espécie de consenso sobre a escassez dos espaços políticos para as tentativas bruscas de tomada do poder, tanto à direita como à esquerda. As vias revolucionárias, chefiadas por vanguardas iluminadas, não atraem mais ninguém, ficaram no passado. Assim, o caminho mais

seguro para a esquerda deve ser o de lutar para a consolidação da democracia política, onde a participação no jogo eleitoral não seja um fim em si mesmo. Definitivamente, as saídas de força não nos servem mais. O processo ininterrupto de conquistas parciais, porém sólidas, no parlamento, por exemplo, é a perspectiva a ser seguida.

Claro, não nego a necessidade de se lutar por um país que tenha mais igualdade social e econômica, já que é quase impossível exigir atitudes políticas democráticas de quem não participa da distribuição de renda. Mas, a luta por melhorias de vida não está dissociada da luta por democracia política, pelo contrário, uma depende da outra. Cabe à esquerda brasileira convencer-se de que viver sem democracia é, historicamente e antes de qualquer coisa, uma ameaça para si mesma. Nos momentos em que a esquerda aceitou abrir mão da democracia para priorizar seus projetos transformadores, acabou não os implementando e sendo duramente reprimida por forças antidemocráticas da direita. O que consegue fazer a esquerda diferenciar-se da direita é a sua perspectiva humanista, e não a visão pretoriana de que é possível realizar ou evitar reformas pela força, por fora da democracia. Neste ponto, as duas estiveram parecidas em vários momentos de nossa história política.

Referências

AFANÁSSIEV, V. G. **Fundamentos da filosofia**. Moscou: Edições Progresso, 1985

AGUIAR, Oliveira de Aguiar. **Recife: da frente ao golpe** – Ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Editora da Universitária da UFPE, 1993.

ALVES, Francisco Ivan. **Giocondo Dias: uma vida na clandestinidade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1991.

ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964/1984)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

AUED, Bernardete Wrublevski. **A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.

BERARDO, João Batista. **Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina**. São Paulo: Edições Populares, 1981.

BERQUÓ, Alberto. **O sequestro dia a dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

_____. **Dicionário de política**. 8.ed. Brasília: Editora da UNB, 1995

CARONE, Edgar. **O PCB - 1922/1943**. v. I. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O PCB - 1943/1964**. v. II. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O PCB - 1964/1982**. v. III. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Luis Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Global, 1998.

CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1994

_____. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DANIEL, Herbet. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982

DçARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Visões do golpe**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Visões do golpe**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura!** O movimento de 68 contado por seus líderes. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond/Espaço e Tempo, 1998.

DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil**: o governo Médici (1969/1974). São Paulo: Global Editores, 1986.

FEMIA, Joseph, **Marxian and Democracy**. Oxford: Claredon Press, 1993.

FIGUEIRÊDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política**: 1961/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 35. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra – CEDEC, 1986.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. 3. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GURJÃO, Eliete de Queirós. **Morte e vida das oligarquias.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994

HOBSBAWN, Eric J. **Revolucionários – Ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUNTINGTON, Samuel p. **A terceira onda – a democracia no final do século XX.** São Paulo: Ática. 1994.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **O contrato social ontem e hoje.** São Paulo: Cortez, 1993.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5.ed. Perspectiva: São Paulo, 1997.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Global editores, 1987.

_____. **A defesa da pátria socialista.** Moscou: Progresso, 1983.

_____. **A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo.** Moscou: Progresso, 1986.

LEONE, Matilde. **Sombras da repressão.** O outono de Maurina Borges. Petrópolis: Vozes, 1998.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** Marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. 5. Ed. (revisada). São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS Fº, João Roberto. **A rebelião estudantil.** Campinas: Mercado de letras, 1996.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba - Lutas e resistência.** 3. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo - Antigo e Moderno.** Trad. Henrique de A. Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MIRANDA, Oldack; EMILIANO, José,. **Lamarca – O capitão da guerrilha.** 5. ed. São Paulo: Global Editores, 1981.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos.** Tomo III. Projeto Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, K. e Engels, F. **Obras escolhidas.** Vv. I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989.

_____. **Obras Escolhidas.** v. II. São Paulo: Alfa-ômega, 1989.

_____. **Obras Escolhidas.** v. III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989.

MORAIS, Fernando. **Olga.** 15. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1989.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **O Centro Estudantal Campinense: 1955/1960.**

Estudo sobre uma geração de lideranças políticas de Campina Grande. Dissertação apresentada no curso de Mestrado em Sociologia da UFPB: Campina Grande, 1990.

NETO, Geneton Moraes. **Dossiê Brasil - As histórias por trás da História recente do país.** 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da Democracia: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil.** Recife: Pindorama, 1995.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Nas trilhas da ALN.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Amas a incerteza e serás democrático.** Novos Estudos. CEBRAP: São Paulo, n.09. p.36-46. Jul 1984.

REIS Fº, Daniel Aarão (et al). **História do Marxismo no Brasil - O impacto das revoluções.** v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____ e MORAES, Pedro. 68 – **A paixão de uma utopia.** 2. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos como o Brasil deu no que deu.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora da UNESP: 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. **Sociedade e Política (1930/1964).** Tomo III, v.3, 2. ed. São Paulo: Difel, 1983.

SÁ, Glênio. Relato de um guerrilheiro. São Paulo: Editora Anita Garibaldi: 1990.

SÁ, Jair Ferreira de e Reis Fº, Daniel Aarão. **Imagens da Revolução.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

SADER, Emir. **O anjo torto. Esquerda (e direita) no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANFELICE, José Luis. **O movimento estudantil – A UNE na resistência ao golpe de 64.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada - o debate contemporâneo**. v. I. São Paulo: Ática, 1994.

SEMERARO, Giovani. **A primavera dos anos 60. A geração de Betinho**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Staccone, Giuseppe. **Gramsci: 100 anos – revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SOUZA, M^a do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930/1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, 1983.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte (1945 a 1953) – Fatos e Personagens da História de Campina Grande**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1981.

_____. **Nacionalismo e Coronelismo (1954 a 1964). Fatos e Personagens da História de Campina Grande**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários - Memórias da Guerrilha Perdida**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação (o positivismo, a fenomenologia, o marxismo)**. São Paulo: Atlas, 1995.

VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou - A aventura de uma geração**. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Marly de A. Gomes. **Revolucionários de 35 - Sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ZAVERUCHA, Jorge (org.). **Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX**. Recife: Bagaço, 1998.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração	Jéfferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Foto da Capa	Jorge Butsem “Eles querem derrubar o governo”. Revista Realidade, Julho de 1968. Pag. 32/33 “Resistência – com um estilingue, estu- dante enfrenta policiais na Universida- de do Paraná”
Normalização Técnica	Jane Pompilo dos Santos
Impressão	Gráfica Universitária da UEPB
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	10,5 x 16,5 cm
Tipologias utilizadas	Optima 11,5/14 pt
Papel	Apergaminhado 75g/m ² (miolo) e Cartão Supremo 250g/m ² (capa)